

**FACULDADE ALVES FARIA (ALFA)
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Saulo de Oliveira

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL:
1997-2011**

**GOIÂNIA
2012**

**FACULDADE ALVES FARIA (ALFA)
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Saulo de Oliveira

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL:
1997-2011**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria como requisito para obtenção do Título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira

**Linha de pesquisa:
Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional**

**GOIÂNIA
2012**

FACULDADE ALVES FARIA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Saulo de Oliveira

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL:
1997-2011

AVALIADORES:

Prof. Dr. Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira (ALFA)

(Orientador)

Prof. Dr. Alzino Furtado de Mendonça (IFG)

Prof^a. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento (ALFA)

GOIÂNIA

2012

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me concedido a oportunidade e as condições de desenvolver este estudo.

À minha família, esposa e filhos que foram mais que companheiros; um exemplo de compreensão e paciência, especialmente pelos inúmeros finais de semana que enfrentaram sem a minha companhia. À minha esposa, pelo seu amor e apoio que, sem dúvida, foram essenciais para a conclusão desse.

Ao meu orientador, Dr. Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira, agradeço pela credibilidade, atenção, paciência e ensinamentos que me foram passados no decorrer deste estudo – e decisivos para o sucesso e reconhecimento alcançados.

Aos amigos do mestrado, em especial aos amigos da Amtec, pelo companheirismo, receptividade e dicas sempre bem vindas.

Aos professores do mestrado pela atenção, conhecimento repartido e ensinamentos preciosos.

À Jaqueline Rios, responsável pelas dicas quanto a escrita e revisões, sem as quais haveria comprometimento na qualidade do mesmo.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que comigo contribuíram, de forma direta e indireta, e que acreditaram no meu sucesso nesta jornada.

RESUMO

OLIVEIRA, Saulo de. **Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: 1997-2011.** Dissertação, 2011. 129f. – Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria. Goiânia, 2011.

O tema da inclusão digital tem crescido em importância para a inclusão social na medida em que a relação entre tecnologia e sociedade torna-se cada dia mais complexa. Esta dissertação se propõe a estudar a relação entre o avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) e o persistente abismo digital existente no Brasil. Verifica-se a resposta apresentada pelo Estado brasileiro às novas mudanças tecnológicas, com análise da política pública de inclusão digital, tendo como base as ações/programas/projetos desenvolvidos, implantados e disponibilizados pelo Governo Federal. O Estado brasileiro tem apresentado várias ações como parte da política pública de inclusão digital, a fim de obter a inclusão social dos setores que estão marginalizados dentro da sociedade atual. A dissertação partiu da revisão de conceitos sobre política pública, para então apresentar os pensamentos teóricos de autores sobre a formação da sociedade do conhecimento, sua evolução, seus pontos positivos e negativos, e os cuidados que devem ser tomados na sua implantação. São apresentadas, de forma sucinta, todas as ações, programas e projetos de inclusão digital do Governo Federal, disponíveis para adesão dentro de seus critérios. Com base nos conceitos teóricos, no conhecimento dos programas e em indicadores governamentais de inclusão digital, é apresentada uma discussão sobre a evolução dessa política pública até o momento.

Palavras-chave: inclusão digital. Sociedade da informação. Políticas públicas.

ABSTRACT

The issue of digital inclusion has grown in importance for social inclusion to the extent that the relationship between technology and society becomes increasingly complex. This thesis aims to study the relationship between the advancement of new technologies of information and communication technologies (NICTs) and the persistent digital divide that exists in Brazil. There is the answer submitted by Brazil to the new technological changes in public policy analysis of digital inclusion, based on the actions / programs / projects developed, deployed and made available by the Federal Government. The Brazilian government has presented several actions as part of the public policy of digital inclusion, in order to obtain the social inclusion of marginalized sectors that are in society today. The dissertation was based on the review of concepts of public policy, and then it was presented the theoretical thinking of authors on the formation of a knowledge society, its evolution, its pluses and minuses, and care must be taken in its implementation. It was presented, in a summary form, all actions, programs and projects of digital inclusion of the Federal Government available for bonding within your search criteria. Based on theoretical concepts, knowledge of government programs and indicators of digital inclusion, there is a discussion on the evolution of public policy so far.

Keywords: digital inclusion. Information Society. Public policies

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução da sociedade informatizada.....	35
Figura 2 - As cinco fases da inclusão digital	51
Figura 3 - Interdependência dos níveis de inclusão digital	51
Figura 4 - Programas oficiais de inclusão digital do Governo Federal.	68
Figura 5 - Evolução dos programas de inclusão digital no período de 1997-2011	100
Figura 6 - Criação de programas de inclusão digital no período de 1997-2011.....	101
Figura 7 - Relação dos programas de inclusão digital com as fases de Sorj (2003)	102
Figura 8 - Programas/projetos (153) e quantidade de PIDs gerados (19.872) – Brasil.....	105
Figura 9 - Programas/projetos de inclusão digital de acordo com o responsável pela sua criação.....	106
Figura 10 - Programas/projetos (21) e quantidade de PIDs gerados (690) – Goiás	107
Figura 11 - Programas/projetos de inclusão digital de acordo com o responsável por sua criação.....	108
Figura 12 - Crescimento do número de computadores e da internet em domicílios brasileiros (2005-2010)	110
Figura 13 - Computadores em domicílios por classe social, percentuais (2005-2010).....	110
Figura 14 - Internet em domicílios por classe social, percentuais (2005-2010).....	111
Figura 15 - Percentual de indivíduos que nunca acessaram internet por classe social.....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E BASES	16
1.1 <i>Dimensão da política pública</i>	18
1.2 <i>Políticas públicas: objetivos, formulação, demanda, controle e avaliação</i>	19
1.3 <i>Tipos de política pública</i>	22
1.4 <i>Modelo de tomada de decisão política: incrementalismo</i>	23
1.5 <i>A integração na política pública</i>	25
1.6 <i>Desafios impostos ao novo modo de planejar políticas públicas</i>	30
2 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	31
2.1 <i>Da revolução industrial à sociedade da informação</i>	31
2.2 <i>A evolução da sociedade da informação</i>	34
2.3 <i>A visão tecnofóbica da sociedade da informação</i>	37
2.4 <i>A visão tecnofílica da sociedade da informação</i>	42
2.5 <i>Variáveis determinantes da exclusão digital</i>	47
2.6 <i>Cuidados que devem acompanhar a inclusão digital</i>	50
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL	61
3.1 <i>Panorama da inclusão digital no Brasil</i>	61
3.2 <i>Ações, programas e projetos de iniciativa do Governo Federal</i>	66
3.3 <i>Ações, programas e projetos de iniciativa do Governo Estadual</i>	96
4 LIMITES E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL	99
4.1 <i>A atual etapa de desenvolvimento da sociedade da informação</i>	100
4.2 <i>A abrangência da política pública de inclusão</i>	103
4.2.1 <i>Programas/projetos e pontos de inclusão digital</i>	103
4.2.2 <i>Presença de computadores e internet, por domicílio, e acesso à internet</i>	109
4.2.3 <i>O efetivo alcance da política pública de inclusão digital</i>	113
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A – Relação dos programas de inclusão digital com as fases de sorj (2003)	124
APÊNDICE B – Distribuição dos programas/projetos de acordo com a entidade responsável pela sua criação - Brasil	125
APÊNDICE C – Distribuição dos programas/projetos de acordo com a entidade responsável pela sua criação - Goiás	129

INTRODUÇÃO

As grandes transformações que ocorrem na sociedade sempre possuem valores desencadeadores que são apontados, muitas vezes de maneira empírica, como causas destas modificações. Após a consolidação dessas transformações, suas consequências positivas e negativas afloram aos olhos dos estudiosos e da própria sociedade.

Para Toffler (1980), foi assim com as grandes revoluções que transformaram as sociedades humanas em nível local e global, chamadas por ele de “Ondas”, em seu livro “A Terceira Onda”.

De acordo com o autor, a primeira onda se caracterizou pelo desenvolvimento da capacitação técnica de exploração do solo, propiciando o surgimento da agricultura de produção em escala, permitindo a construção dos primeiros aglomerados humanos e a fixação do homem à terra.

A revolução industrial, denominada de segunda onda, foi subdividida em duas: primeira revolução industrial, que teve como base o aproveitamento da força pelo motor a vapor e a segunda revolução industrial, que teve como vetores iniciais a descoberta e a utilização da eletricidade e dos combustíveis fósseis que moviam os motores elétricos e a combustão.

Na terceira onda, chamada de era da informação e do conhecimento, ocorre uma explosão exponencial da informação e uma mudança de foco no que diz respeito aos ativos utilizados como fonte de produção e riqueza do desenvolvimento humano. Os ativos e insumos principais, anteriormente usados e que permitiam diferenciais competitivos às sociedades que os possuíam, eram provenientes do capital, mão de obra, maquinário, terra e seus recursos. Com o advento da terceira onda, todavia, o grande ativo passou a ser o capital intelectual formado pela criatividade, inteligência e imaginação (GORZ, 2005).

Com o desenvolvimento da tecnologia a partir da metade do século XX, ocorre uma composição sinérgica de três aspectos considerados como os vetores principais das modificações da terceira onda. Primeiramente, a possibilidade de representar qualquer conteúdo informacional sob a forma digital. Em segundo lugar, ocorre uma evolução na capacidade de processar e armazenar informações nos microprocessadores dos microcomputadores. E, por fim, surgem as telecomunicações permitindo a transmissão *online* de informações através de redes computacionais que interligam todo o planeta.

Os três vetores conjugados contribuíram para a modificação da sociedade humana em uma aldeia global, diminuindo as distâncias, rompendo fronteiras e trazendo transformações econômicas, políticas, culturais e psicossociais.

De acordo com Tofler (1980), a humanidade tem sido desafiada a compreender a própria natureza dos fenômenos produzidos por essas modificações, principalmente, quanto aos aspectos decorrentes das suas consequências (positivas ou negativas) para o progresso social da humanidade.

Os problemas ainda não solucionados da sociedade, ou seja, contradições entre riqueza e pobreza, inclusão e exclusão, florescimento e decadência, abundância e miséria, distribuição de riquezas, qualidade de vida, desenvolvimento humano e outras questões sociais semelhantes tendem a se agravar no contexto de sociedades em processo de informatização. Essas diferenças, já presentes na primeira onda pela concentração de terras destinadas à produção agrícola e, na segunda onda, através da exploração do trabalho sob condições precárias e com a concentração de renda em grandes conglomerados industriais, se acentuam, na terceira onda, pela exclusão de grande parcela da sociedade do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) e, conseqüentemente, dos benefícios advindos de sua utilização.

Ao segmento acadêmico compete estudar e compreender melhor as mudanças e os desdobramentos pelos quais passa a sociedade contemporânea, buscando um discernimento mais objetivo e prático para questões como, por exemplo, o aumento da distância que separa os indivíduos providos dos desprovidos de uma qualidade de vida à altura do conhecimento científico e tecnológico atualmente atingido pela humanidade.

O acesso à informação e à democratização da capacitação das pessoas, a fim de transformar informação em conhecimento¹, são considerados, atualmente, condições importantes para que se diminuam os desequilíbrios sociais, possibilitando o acesso de um maior número de pessoas aos benefícios proporcionados pelos avanços científicos, contribuindo para reduzir a exclusão social em considerável parcela da população mundial.

O Governo Federal brasileiro entendendo o conhecimento como “um dos principais fatores para superação de desigualdades, de agregação de valor e criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar” (TAKAHASHI, 2000, p. V), trabalha, desde o final do século passado, para minimizar a situação dos excluídos digitais dentro do nosso país.

A internet trouxe promessas de livre expressão e de oportunidades nunca antes vistas, com grande produção e disseminação de informações. Por outro lado, criou-se uma sociedade na qual a retenção e o acúmulo do conhecimento constituem a regra que molda e estratifica a sociedade, e simboliza riqueza e poder. Com a disseminação do uso das tecnologias da

¹ Torna-se necessário diferenciar informação de conhecimento. Conhecimento é a informação processada e reconstruída, ou seja, uma reinterpretação dela. Conhecimento é a informação adquirida, analisada e aplicada em contexto específico. Para se gerar conhecimento é preciso ter acesso à informação de forma abrangente (CORRÊA, 2007).

informação e comunicação (TIC) e da internet, em especial, o Governo passa a fazer uso de recursos tecnológicos para promover a inclusão social, considerando a “alfabetização digital” um elemento chave a fim de promover um “salto tecnológico nas dimensões humana, ética e econômica do povo brasileiro” (TAKAHASHI, 2000, pág. V).

A sociedade da informação assumiu um papel de destaque na agenda mundial, e o Brasil, considerando o acesso à tecnologia elemento-chave, tem desencadeado ações, programas e projetos para assegurar a todos os brasileiros o acesso aos seus benefícios, promovendo políticas públicas de inclusão digital, que estão se desenvolvendo ao longo do período foco deste trabalho.

No Brasil, as iniciativas governamentais de inclusão digital começaram em 1997 com o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e vêm sendo desenvolvidas ao longo desses quatorze anos, por meio de vários Ministérios, Secretarias e Empresas públicas. Os governos subnacionais, especialmente os Estados e suas capitais, têm gerado também iniciativas a fim de minimizar as diferenças existentes entre os excluídos e os incluídos digitais.

No contexto atual, em que os entes nacionais têm escassez de recursos para custear o desenvolvimento de infraestrutura pública como um todo e, simultaneamente, atender às crescentes demandas sociais, é imprescindível que haja, nas diversas esferas governamentais, uma coordenação de atividades que leve em consideração aspectos interdisciplinares e sistêmicos.

Este é o cenário tomado como referência do presente trabalho. Então, a justificativa para o desenvolvimento dessa temática parte da conjugação de três fatores: a dimensão continental do Brasil, a atual relevância do assunto e a relação do autor com o tema.

O Brasil é um país de dimensões continentais com diversidades geográficas, históricas, culturais, econômicas e educacionais. Existe uma grande dificuldade em se elaborar políticas públicas de inclusão digital para alcançar um ambiente tão vasto e cheio de diversidades, potencializando, assim, suas debilidades na fase de implantação, dificultando o seu controle e, por consequência, a avaliação dos retornos pretendidos, elaborados na sua concepção.

As mudanças advindas da terceira onda é um assunto recente, ainda com escassas pesquisas acadêmicas sobre o tema. Existe uma percepção por parte do autor de um abandono das políticas públicas de inclusão digital, pelo Governo, apesar da retórica governamental de que a inclusão digital é uma meta prioritária. Em uma pesquisa exploratória empreendida na cidade de Goiânia, de cinco telecentros listados no *site* do Governo Federal, quatro estavam

inoperantes, sendo que um deles estava cadastrado em duas iniciativas diferentes² e o único que estava em funcionamento apresentava a configuração de dez microcomputadores disponíveis, contudo, operacionalmente desatualizados e sem conexão à internet.

O autor é servidor público municipal de carreira e o tema guarda estreita relação com o desempenho de suas atividades e formação superior na área de informática. Diante disso, o presente estudo contribuirá para a consolidação de uma visão crítica sobre política pública, exclusão social, inclusão digital e sociedade da informação. Permitirá, ainda, o conhecimento de todas as ações, programas e projetos disponíveis no âmbito do Governo Federal que podem ser apropriados pelo seu ente empregador. Este estudo possibilitará, também, o aperfeiçoamento de seu desempenho profissional, com a expectativa de aplicação integral dos conhecimentos adquiridos na pesquisa.

O problema a ser investigado neste trabalho consiste em discutir e analisar as implicações existentes entre inclusão digital e exclusão social. No contexto de uma sociedade informatizada, importa perguntar em que condições a população em geral pode ter, ou vir a ter, acesso aos benefícios proporcionados pelas TICs.

Assim, a pergunta norteadora do presente estudo pode ser formulada nos seguintes termos: Ao se constatar que mais da metade da população brasileira não utiliza computadores, sendo considerada, portanto, excluída dos processos que caracterizam a sociedade da informação, como estão sendo implementadas as políticas públicas de inclusão digital no Brasil, para alcançar essa camada social?

Em um primeiro momento, as tecnologias podem aumentar a desigualdade social, por serem apropriadas primeira e predominantemente pelas camadas sociais mais privilegiadas economicamente. Buscar-se-á, nesse sentido, compreender em que medida, as ações de inclusão digital coordenadas pelo Governo Federal têm contribuído para diminuir as desigualdades sociais existentes; como são desenvolvidas essas políticas nos diferentes níveis e esferas governamentais; e quais são os indicadores de efetividade dos projetos e ações empreendidos.

O foco deste trabalho são, portanto, as políticas públicas brasileiras para inclusão digital em curso nos últimos quatorze anos no Brasil, desde o lançamento, em 1997, do primeiro programa nacional de inclusão digital. Para tanto, são analisados os programas e ações do Governo Federal para esse fim, uma vez que se encontram presentes nas demais esferas administrativas estaduais e municipais. Serão referenciadas, em especial, as iniciativas do

² Um telecentro estava cadastrado como Telecentro de Informações e Negócios (TIN) e como pertencente ao Programa GESAC.

Governo do Estado de Goiás na área de inclusão digital, seja pela adesão aos programas nacionais, seja pela implantação de ações estaduais destinadas a esse fim.

O objetivo geral do presente trabalho consiste em levantar, compreender e avaliar as principais ações, programas e projetos de inclusão digital do Governo Federal que podem ser desenvolvidos pelos governos subnacionais. São objetivos específicos:

- levantar as principais políticas públicas de inclusão digital no âmbito do Governo Federal e mapear – nos diferentes Ministérios, Secretarias e Empresas Públicas vinculadas ao Governo Federal brasileiro – ações, programas e projetos sobre a temática da inclusão digital;
- conhecer indicadores disponibilizados pelo Governo Federal que são referências para elaboração de políticas públicas de inclusão digital;
- avaliar a política pública de inclusão digital brasileira à luz do referencial teórico apresentado e dos indicadores governamentais disponibilizados.

Para alcançar os objetivos propostos buscou-se, através de um levantamento dos programas de inclusão digital disponibilizados pelo Governo Federal, mostrar as ações que efetivamente estão sendo desenvolvidas pelos governos subnacionais, com o objetivo de desenvolvimento dessa política pública que consiste na inclusão de segmentos da sociedade que não possuem acesso e/ou capacitação para estarem inseridos na “sociedade da informação”.

A metodologia do trabalho consiste em uma revisão bibliográfica de autores conceituados na área de políticas públicas e de estudiosos da sociedade da informação. Assim, buscou-se em *sites* governamentais as ações, programas e projetos na área de inclusão digital. O Governo Federal disponibiliza um ambiente específico (*site*) com o objetivo de agregar as informações sintéticas sobre cada uma das ações em que Ministérios, Secretarias e Órgãos vinculados sejam os intervenientes, oferecendo um *link* para informações mais detalhadas sobre elas. O *site* é fonte de diversas outras informações relacionadas à inclusão digital. Encontrou-se, durante a pesquisa, duas dificuldades para realizar esta etapa. A pretensão de ser um local único para concentração de informações sobre ações em inclusão digital ainda não foi atingindo totalmente, uma vez que o autor encontrou outras dez ações que não estão listadas no *site*. Outro problema encontrado abrange os *links* responsáveis por informações mais detalhadas de cada ação, já que estes não passam de reportagens produzidas com o intuito de divulgação da ação, caracterizando-se como material de divulgação dos projetos, programas e ações (*marketing*).

O passo seguinte consistiu na busca de indicadores governamentais das ações de inclusão digital. Existem alguns poucos indicadores, na maioria dados quantitativos, representando os resultados alcançados pela política pública engendrada pelo Governo. Foram escolhidos três *sites* onde as informações estavam mais agregadas: o *site* do Comitê Gestor da internet no Brasil (CGIBR), o do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID). O maior problema enfrentado foi a falta de confiabilidade dos dados disponíveis, pois eles apresentam incoerências entre si.

Por fim, com base no conhecimento adquirido através da elaboração do referencial teórico e dos indicadores coletados, foram analisadas as ações governamentais destinadas a incluir a sociedade brasileira na sociedade da informação.

Em termos estruturais, o presente trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos.

No primeiro, que apresenta o processo de formulação de políticas públicas, são explicitados os conceitos, as fases envolvidas na formulação e implantação de políticas públicas, os tipos de política pública e sua necessidade de integração horizontal e vertical. Este capítulo também mostra a importância da avaliação como fator de redirecionamento das políticas e para uma boa compreensão dos elementos que influenciam, positiva e negativamente, a implementação de políticas públicas. É explorada a importância de uma implantação conjunta e global das políticas públicas, dada a escassez de recursos públicos a fim de evitar um processo descoordenado, inconsistente e incoerente na formulação/implantação/avaliação dessas políticas.

O segundo capítulo apresenta a visão de vários autores sobre a sociedade da informação. Alguns que apontam grandes benefícios advindos dessa sociedade e outros que não encontram motivos para celebrar tal fato. Evidencia-se, ainda, alguns motivos geradores da exclusão digital de uma grande parcela da população brasileira nessa sociedade, mostrando a necessidade de se providenciar, em caráter emergencial, medidas para alterar o atual quadro excludente.

No terceiro capítulo são apresentados os programas de inclusão digital propostos pelo Governo Federal para o Brasil. São detalhados os programas que estão listados no *site* de inclusão digital do governo da seguinte forma: nome do programa, breve descrição, órgãos responsáveis, objetivos e público alvo; ou seja, as informações necessárias para conhecimento sucinto das ações de inclusão digital disponibilizadas aos entes nacionais (governo ou não) pela administração federal. É apresentada ainda uma visão geral da inclusão digital em nível

de Brasil e apresentados dados e informações colhidas em reportagens sobre a situação de programas, projetos e ações de inclusão digital, em curso, no Estado de Goiás.

No quarto capítulo, procura-se caracterizar o estágio atual do desenvolvimento da sociedade da informação no Brasil. Além de avaliar o efetivo alcance da política pública de inclusão digital proposta, atualmente, para evitar/amenizar a situação dos excluídos digitais e se o caminho tomado até agora tem possibilidade de alcançar este objetivo.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E BASES

Souza (2006, p. 22) traz uma definição simplificada de política pública como “ferramenta das decisões do governo”. De acordo com a autora essa visão é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências.

Easton (1965, apud SOUZA, 2006, p. 24) apresenta uma contribuição para uma compreensão mais completa do termo ao defini-lo como “um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente”.

Sendo assim, não se pode dizer que exista uma única definição de política pública. Souza (2006) traz diversos autores que contribuíram com definições sobre política pública:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p. 24).

Teixeira (2002) apresenta uma definição um pouco diferenciada das supracitadas porque não visualiza políticas públicas como estudo ou ações, mas como diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público. Em outras palavras, não seriam as ações propriamente ditas; mas, sim, o direcionamento para as ações, trazendo regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

Outras definições de política pública têm enfoque na resolução de problemas. Entretanto, existem críticas a essas definições, dizendo que elas ignoram a “essência” da política pública, ou seja, o embate em torno de ideias e interesses, deixando de lado, ao mesmo tempo, o seu aspecto conflituoso, bem como as limitações às decisões governamentais. E, ainda, as possibilidades de cooperação entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006).

Laswell (apud TEIXEIRA, 2002) é autor da definição mais direta sobre as teorias de política pública, sendo a mais utilizada. Segundo ele, elaborar uma política pública significa definir “quem” decide “o quê”, “quando”, com “que consequências” e para “quem”.

De acordo com conceito mais atualizado e constante no documento do Ministério da Saúde (2006, p. 9 apud SCHMIDT, 2008, p. 2312):

Políticas públicas configuram decisões de caráter geral que apontam rumos e linhas estratégicas de atuação governamental, reduzindo os efeitos da descontinuidade administrativa e potencializando os recursos disponíveis ao tornarem públicas,

expressas e acessíveis à população e aos formadores de opinião as intenções do governo no planejamento de programas, projetos e atividades.

Essa definição do Ministério da Saúde, mesmo que normativa, traz um aspecto muito importante que foi – e ainda é – um entrave para a apresentação de resultados das políticas públicas: a descontinuidade administrativa e, portanto, das políticas. Destaca-se que a redução dessa descontinuidade foi possível graças à implementação de legislação específica.

Mesmo as definições mais minimalistas dirigem o foco para os embates em torno de interesses, preferências e ideias que se desenvolvem nos governos. Há uma visão holística, em que o todo é mais importante do que as partes: indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses (SOUZA, 2006).

Assim, mesmo que pareça óbvio, devemos nos atentar que as políticas públicas são “públicas” – e não privadas; ou, apenas, coletivas. A dimensão “pública” não é dada pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”, a autoridade soberana do poder público (RUA, 2007).

Vale destacar que o poder é decorrente de relações sociais, as quais envolvem vários atores que possuem projetos e interesses diferentes. Diante disso, tornam-se necessárias mediações sociais e institucionais, a fim de se obter um mínimo de consenso, havendo, assim, legitimação das políticas, possibilitando a sua eficácia (TEIXEIRA, 2002).

Segundo Inojosa (2001), deve haver atuação em rede de compromisso social, que significa a permeabilidade do Estado na sociedade, tornando-se aberto a ela, trabalhando não em setores, mas com vários parceiros para o provimento de necessidades e expectativas dessa sociedade.

De acordo com a autora, “trata-se de uma rede [...], na qual instituições, organizações e pessoas se articulam em torno de uma questão da sociedade, programam e realizam ações integradas e articuladas, avaliam juntos os resultados e reorientam a ação” (INOJOSA, 2001, p. 108).

Nesse sentido, a rede de compromisso social atuaria com vistas à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos (RUA, 2007).

Na atualidade, a atuação em redes é ainda muito precária, nos atores que não conseguem se manter unidos e convictos quanto a um mesmo objetivo. Os grupos se dispersam, sendo o plano entregue ao governo. Entretanto, o aparato governamental, sozinho, é incapaz de realizá-lo. Enquanto isso, aquelas instituições/atores continuam a agir de forma isolada e desarticulada (INOJOSA, 2001).

Para a concreta articulação desses atores da rede social é fundamental que o governo e a sociedade conheça os envolvidos nestes conflitos, os "atores políticos".

Os atores políticos são diversos e possuem características distintas. Inicialmente, pode-se fazer distinção entre atores públicos e privados. Os atores públicos são aqueles que exercem funções públicas e que mobilizam os recursos associados a estas funções. Nessa categoria podemos distinguir ainda os políticos e os burocratas. Entre os atores privados destacam-se os empresários. Outros atores importantes são os trabalhadores. Destaca-se o papel assumido nessa rede social, ator de grande importância no processo político, que são os agentes internacionais, tais como: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, entre outros. Um ator coadjuvante é a mídia, que possui capacidade de mobilizar a ação de outros atores, sendo importante agente formador de opinião (RUA, 2007).

1.1 Dimensão da política pública

Uma vez “conceituada”, é de extrema valia apreender sobre a(s) dimensão(s) referente(s) a esse “fenômeno”. Até o século XIX o Estado não exercia influência diretamente na economia, esta se desenvolvia de acordo com as forças de mercado sem interferências do governo, ou seja, o mercado era autorregulado. Nessa época pode se dizer que não haviam políticas públicas que estabelecessem contornos e condições para as ações econômicas (HEIDEMANN, 2009).

Assim, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2002).

Nesse contexto, a liberdade individual era proporcional ao tamanho da esfera privada. Quanto maior era a atuação do privado menor tornava-se a ingerência do Estado. No entanto, essa liberdade do privado trouxe problemas de ordem coletiva, uma vez que esse contrato social prevalecente não levava em consideração a vida comum dos indivíduos na sociedade (HEIDEMANN, 2009).

No século 20, esse contrato foi quebrado, e a liberdade individual, segundo Heidemann (2009, p. 25), “foi reduzida na proporção do poder exercido pela comunidade política para estabelecer leis e impor limites às atividades individuais [...]. Dessa forma, o Estado intervém

sob duas formas: (a) como ação reguladora, pela criação de leis; (b) pela participação direta, pela atuação das empresas estatais.

Destaca-se que a intervenção do Estado torna-se possível pela arrecadação de recursos, seja de ordem fiscal ou pela prestação de serviços públicos, ou até mesmo pela renúncia fiscal (isenções). A regulação das relações que envolvem interesses públicos acontece perante uma realidade que a todo o momento se contradiz pelo entrecruzamento de interesses e visões de mundo conflitantes, tornando a delimitação entre público e privado de difícil demarcação (TEIXEIRA, 2002).

Essas formas de influência do Estado passam a ser chamadas de políticas governamentais e mais tarde são entendidas como políticas públicas. A partir de então, a sociedade civil torna-se que cada vez mais presente nas questões de interesse geral, fazendo com que a publicidade, de atos e fatos, seja fundamental (TEIXEIRA, 2002).

As políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores (RUA, 2007). É necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos.

1.2 Políticas públicas: objetivos, formulação, demanda, controle e avaliação

Inicialmente, quanto aos objetivos das políticas públicas pode se afirmar que as políticas mesmas visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, respondendo a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados vulneráveis. Essas demandas são obtidas pela pressão e mobilização social, que uma vez interpretadas pelos ocupantes do poder, passam a ser institucionalizadas pelo Estado (RUA, 2007).

Existem ainda aquelas políticas que objetivam promover o desenvolvimento, outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas), e ainda outras de regulação de conflitos entre os diversos atores sociais (RUA, 2007). Mais adiante será feito um esclarecimento sobre as tipologias das políticas públicas.

O processo de políticas públicas é constituído, segundo Heidemann (2009, p. 34), por um ciclo conceitual de quatro etapas:

A primeira refere-se às decisões políticas tomadas para resolver problemas sociais previamente estudados. Depois de formuladas, as políticas decididas precisam ser

implementadas, pois sem ações elas não passam de boas intenções. Numa terceira etapa, procura-se verificar se as partes interessadas numa política foram satisfeitas em suas demandas. E, enfim, as políticas devem ser avaliadas, com vistas a sua continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou, simplesmente, descontinuidade.

O autor ao se referir a problemas previamente estudados diz respeito às demandas existentes. Elas podem ser, basicamente, de três tipos: as demandas novas, as demandas recorrentes e as demandas reprimidas (RUA, 2007).

De acordo com Rua (2007), as novas demandas são aquelas resultantes do surgimento de novos problemas ou de novos atores políticos. Novos problemas podem ser realmente novos, ou seja, não existiam efetivamente em um momento anterior. Por exemplo, o surgimento de novas doenças; ou existiam, mas não exerciam pressões sobre o sistema – como as variáveis ambientais, que antes não eram levadas em consideração e atualmente pressionam diversos segmentos para que haja sustentabilidade ambiental de seus processos produtivos. O surgimento de novos atores não implica em novos seguimentos, mas sim na organização de algum já existente, o que possibilita um pressionamento do sistema político.

A partir da descoberta de demandas dos atores por meio da pressão exercida por estes, os governos democráticos tentam alinhar seus propósitos e plataformas eleitorais frente às demais demandas. Resultando, assim, na tradução dessas necessidades em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, que produzirão, por sua vez, resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Assim, percebe-se que as políticas públicas acabam por traduzir, de acordo com Teixeira (2002, p. 02), as “formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais”.

A partir da formulação presume-se que as políticas públicas serão implementadas nas formas ora apresentadas: planos, programas, etc. Esta etapa compreende o conjunto de ações realizadas por grupos, de natureza pública ou privada, direcionadas para a consecução de objetivos ora estabelecidos na fase de formulação das políticas. Trata-se das ações para fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente, com resultado concreto (OLIVEIRA, 2006).

No entanto, percebe-se que muitas vezes há um "elo perdido" entre a tomada de decisão e a execução, já que aquela nem sempre é efetivada com relação a esta. Dessa forma, é essencial o próximo passo do processo de políticas públicas: a implementação, o acompanhamento e a avaliação (OLIVEIRA, 2006).

Schmidt (2008, p. 2318) define a implementação de políticas públicas como

fase da concretização da formulação, através de ações e atividades que materializam as diretrizes, programas e projetos, e predominantemente está ao encargo do aparelho burocrático (administração). Mas, não é um momento apenas “prático” de execução do que foi planejado anteriormente. São requeridas novas decisões e são comuns redefinições acerca de determinados aspectos da formulação inicial.

Segundo a definição acima, percebe-se que na fase de implementação poderá haver uma reformulação de questões iniciais. Afinal, os problemas envolvidos, não são conhecidos antecipadamente em sua totalidade; ao contrário, vão aparecendo na medida em que o processo avança. No entanto, deve-se ter em mente os propósitos iniciais para que estes não se percam ao longo do processo de execução.

De acordo com Rua (2007, p. 14), há estudos que indicam as condições ideais necessárias para uma implementação perfeita:

1. As circunstâncias externas à agência implementadora não devem impor restrições que a desvirtuem;
2. O programa deve dispor de tempo e recursos suficientes;
3. Não apenas não deve haver restrições em termos de recursos globais, mas também, em cada estágio da implementação, a combinação necessária de recursos deve estar efetivamente disponível;
4. A política a ser implementada deve ser baseada numa teoria adequada sobre a relação entre a causa (de um problema) e o efeito (de uma solução que está sendo proposta);
5. Esta relação entre causa e efeito deve ser direta e, se houver fatores intervenientes, estes devem ser mínimos;
6. Deve haver uma só agência implementadora, que não depende de outras agências para ter sucesso; se outras agências estiverem envolvidas, a relação de dependência deverá ser mínima em número e em importância;
7. Deve haver completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos e esta condição deve permanecer durante todo o processo de implementação;
8. Ao avançar em direção aos objetivos acordados, deve ser possível especificar, com detalhes completos e em seqüência perfeita, as tarefas a serem realizadas por cada participante;
9. É necessário que haja perfeita comunicação e coordenação entre os vários elementos envolvidos no programa;
10. Os atores que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência dos seus comandados.

Diante dessas condições ideais de implementação apresentadas por Rua (2007) pode-se perceber a dificuldade que há em colocar em prática as políticas públicas. O acompanhamento e controle das mesmas, portanto, devem levar em consideração essas reformulações e influências externas, minimizando a dificuldade de identificar o que é que efetivamente está sendo implementado. Não se deve limitar o acompanhamento e análise desse processo aos objetivos iniciais da política (OLIVEIRA, 2006).

Outro aspecto importante a ser observado em qualquer sistema político é a separação entre formulação e implementação, uma vez que há divisão entre o Legislativo e o Executivo, e, ainda, a divisão entre níveis de governo (federal, estadual, municipal). Em outras palavras,

uma esfera pode facilmente formular e assumir que tomou a decisão demandada pelo público, sem, no entanto, se preocupar com os custos de sua execução, os quais recairão sobre a outra instância (RUA, 2007).

Assim, esta etapa pode ser uma continuação da formulação, envolvendo flexibilização, idas e vindas, etc – de maneira que compreende um contínuo processo de interação e negociação ao longo do tempo, entre aqueles que querem pôr uma política para funcionar e aqueles de quem este funcionamento depende (OLIVEIRA, 2006).

A fase seguinte à implementação, a avaliação, não é realizada com tradição no Brasil, não existindo avaliações criteriosas acerca das políticas públicas. A avaliação é feita, frequentemente, pelos votos em eleições. Essa avaliação eleitoral, contudo, é insuficiente e não sistêmica, pois se avalia somente as políticas de diretrizes gerais. E outras tantas sendo avaliadas sem que haja consciência pela sociedade de que todos os programas e projetos deveriam ser avaliados nos seus resultados concretos.

Uma avaliação consistente deveria ser um estudo dos êxitos e das falhas do processo de sua execução, proporcionando a retroalimentação para determinar a continuidade ou mudança da política, tornando-a mais efetiva, eficaz e eficiente (SCHMIDT, 2008).

1.3 Tipos de política pública

Tão importante quanto compreender objetivos, formulação, demanda, controle e avaliação das políticas públicas se faz necessário se inteirar das possíveis classificações das mesmas. Tarefa há tempos lapidada por alguns estudiosos como Theodor Lowi (apud SCHMIDT, 2008) que, em 1960, propôs uma classificação das políticas públicas, segundo a qual elas podem assumir quatro formatos: políticas distributivas, redistributivas, políticas regulatórias e constitutivas ou estruturadoras.

A primeira tipologia apresentada, as políticas distributivas, consiste na distribuição de recursos da sociedade a regiões ou segmentos sociais específicos. Assim, geram impactos mais individuais do que universais. Exemplos dessas políticas são as de desenvolvimento regional, ou de pavimentação de ruas determinadas, e auxílio por ocasião de intempéries (SOUZA, 2006; SCHMIDT, 2008).

O segundo tipo é o das políticas redistributivas, que consistem na redistribuição de renda, com deslocamento de recursos das camadas sociais mais ricas para as camadas mais pobres, bem como as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema

previdenciário. Por isso, atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas no curto prazo para certos grupos sociais, setores de maior renda, e ganhos incertos futuros para outros. Exemplos dessas políticas são os programas habitacionais, de regularização fundiária e renda mínima – bolsa família (SOUZA, 2006; SCHMIDT, 2008).

As políticas regulatórias fazem parte do terceiro tipo político. São aquelas que regulam e ordenam através de proibições, decretos e portarias, que criam normas para a prestação de serviços e instalação de equipamentos públicos. Possuem efeitos de longo prazo. Essas políticas podem ser exemplificadas pelos planos diretores, políticas de uso do solo, leis de posturas, etc. Assim, tornam-se mais evidentes a um público específico, de acordo com sua influência, pois, envolvem burocratização, políticos e grupos com determinado interesse (SOUZA, 2006; SCHMIDT, 2008).

O quarto formato são as políticas constitutivas, que lidam com procedimentos gerais da política, determinando as regras, as estruturas e os processos da política. Em geral, não há participação da sociedade na formulação e implementação desse tipo de política pelo seu caráter meramente burocrático. Dentro da exceção, entretanto, pode-se lembrar da reformulação de política, como no caso da redemocratização do Brasil (SOUZA, 2006).

1.4 Modelo de tomada de decisão política: incrementalismo

Ainda com um olhar focado nas classificações, a tomada de decisão em um modelo de política pública pode assumir características que determinem um processo decisório do tipo racionalista, incrementalista ou misto. Atualmente, o modelo incremental é amplamente utilizado nas políticas brasileiras. O processo decisório do modelo incrementalista é caracterizado pelo poder de barganha/negociação, sem que haja uso de métodos específicos (DAGNINO; GOMES, 2002).

De acordo com Lindblom (1959 apud PIERSON, 2000, p. 182) “o incrementalismo consiste em mudança política por meio de pequenos passos (independentemente do método de análise usado)”. Assim, pode-se dizer que esse modelo busca a resolução de problemas de maneira gradual, sem que se provoquem rupturas ou grandes mudanças ao tomar decisões de forma incremental, ou seja, o administrador traz maior praticidade para o processo decisório, reduzindo dentro do processo a complexidade da realidade circunjacente.

De acordo com Lindblom (1959 apud GONTIJO; MAIA, 2004), mesmo em situações em que os objetivos e valores estejam bem definidos, o tomador de decisão se concentra em

valores relevantes, ditos incrementais, e não nos de formulação geral. No entanto, para Etiozioni (1967 apud GONTIJO; MAIA, 2004), isso não significa que as decisões de fundamento não possuam maior relevância que as decisões incrementais. Isto porque a cadeia de incrementos é uma sucessão de decisões, dentre as quais existe uma anterior que assume o caráter de base para as posteriores.

Ao mesmo tempo as decisões nesse processo incremental podem ser reanalisadas e retomadas, fazendo com que as políticas se transformem continuamente, não sendo consideradas como um passo final (GONTIJO; MAIA, 2004).

Os incrementalistas acreditam na eficiência da descentralização e democratização da tomada de decisão. Dessa forma, concordam que é possível e aceitável a convivência de diferentes ideologias dentro de um mesmo grupo social, uma vez que mesmo existindo divergências, é possível a validação de propostas concretas e específicas dentro do grupo (GONTIJO; MAIA, 2004).

A funcionalidade desse modelo é revelada por possuírem alta capacidade de aprimoramento e adaptação (GONTIJO; MAIA, 2004).

Outra característica do modelo é a seleção de forma deliberada e sistemática de opções viáveis, ou seja, nesse modelo não se trabalha com todas as soluções viáveis, mas apenas com aquelas que mais se aproximam da política em questão. Lindblom (1959 apud GONTIJO; MAIA, 2004) ressalta que essa concentração do tomador de decisão permite a elevação da sua capacidade de compreensão.

Pode-se dizer que as decisões incrementais tendem a ser corretivas, uma vez que se baseiam no método da tentativa e do erro. Na medida em que se caminha, podem ser dados pequenos passos na direção “certa”, ou, quando se torna evidente que a direção está “errada”, altera-se o curso (GONTIJO; MAIA, 2004).

A velocidade de mudança depende do tamanho e da frequência do passo, assim, a política incremental é o método mais rápido de mudança que se dispõe. Ela oferece a melhor chance de se introduzir no sistema político as modificações e as mudanças intermediárias provocadoras de mudança que o cidadão descontente deseja, sendo, também, um meio de se introduzir furtivamente mudanças no interior do sistema político (GONTIJO; MAIA, 2004).

Requisitos primários do modelo incremental:

1. Em vez de tentar levantar e avaliar todas as alternativas, o tomador de decisão concentra-se somente em torno daquelas propostas que diferem incrementalmente das políticas vigentes.
2. O deliberador considera apenas um número relativamente pequeno de propostas para uma política.

3. Em cada proposta, ele examina apenas algumas consequências consideradas “importantes”.
4. O problema que o deliberador tem diante de si se redefine continuamente: o incrementalismo permite incontáveis ajustamentos de fins-meios e meios-fins, o que, efetivamente, torna o problema mais administrável.
5. Assim, não há uma decisão ou uma solução “certa”, mas uma série infindável de abordagens e tentativas para as questões do momento, por meio de constantes análises e avaliações.
6. Como tal, a decisão incremental é descrita como corretiva, voltada para o alívio de imperfeições sociais concretas e atuais, mais do que para a promoção de objetivos sociais futuros (HEIDEMANN, 2009, p. 222).

Na prática o modelo tem como base o diálogo entre diferentes interesses partidários e cursos de ação distintos. A característica incremental se apresenta na medida em que há um ajuste entre eles cujo resultado pretendido difere de forma marginal da já existente. Dessa maneira, a formulação das políticas tem como consequência um “consenso”, frequentemente, precário e ilusório. Esse consenso aparentemente desprovido de conflitos muitas vezes representa os interesses da classe do poder (DAGNINO; GOMES, 2002).

1.5 A integração na política pública

As políticas públicas no Brasil em vários setores possuem uma regulamentação e um direcionamento de âmbito nacional, que se desdobram em programas, ações, projetos, regulamentações e acordos nos diferentes níveis de governo: federal, estadual, municipal – ou diferentes regiões de um mesmo país. O Estado é, assim, um sistema complexo de instituições, regras e organizações que possuem graus diferentes de autonomia, que se comportam como uma rede (MIRANDA; TIBURCIO, 2008; OLIVEIRA, 2006).

Os diferentes graus de autonomia imprimem à implementação uma problemática, na medida em que o controle do processo se torna mais complexo: a articulação (OLIVEIRA, 2006).

Do ponto de vista de Miranda e Tiburcio (2008) os agentes de território são responsáveis por essa articulação governamental. É nesse contexto que o território entrou na agenda dos debates.

O modelo de gestão bastante difundido na atualidade incorpora as regionalizações, permitindo a coexistência de macro, meso e microrregiões, assim estabelecendo um sistema coordenado de planejamento. A gestão dessas regiões depende do surgimento da figura dos chamados consórcios municipais, que atuam em temas específicos com concepção regional (PERICO, 2008).

A criação dessas regiões fez surgir, em alguns países, a concepção dos chamados “territórios de identidade ou de cidadania”. De acordo com Perico (2008, p. 54) esses territórios são uma espécie de

modelo convergente que trata de criar novas delimitações territoriais baseadas no reconhecimento da evolução do território como uma construção histórica e social [...], que integra as comunidades, atores territoriais, agentes econômicos e públicos e a institucionalidade, e uma energia de ação política que promove rotas de governabilidade baseadas na ação coletiva.

Esses territórios de identidade assumem um nível intermediário entre os estados e os municípios. No Brasil seria o que se denomina de microrregiões (PERICO, 2008).

A primeira delimitação territorial existente, a mais importante e determinante, segundo Delgado et al. (2007), é a divisão político-administrativa, sob a qual está legitimada toda a estrutura do Estado sob a forma de órgãos do poder público.

Perico (2008) considera um desafio para a gestão e execução das políticas o processo de articulação entre as estratégias e programas internacionais, nacionais, regionais e locais. Isto porque a centralização de competências esteve muito presente em diversos países, inclusive no Brasil, durante muitos anos.

Inclusive, é comum observar que cada uma das áreas ou setores possui suas próprias políticas em cada um dos níveis territoriais (nacional, regional e municipal). O mesmo autor destaca que para a integração dessa estrutura faz-se necessária a coordenação e subsidiaridade entre as políticas (PERICO, 2008).

O autor argumenta que no nível local são executadas as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais, por isso é essencial que haja mecanismos de articulação capazes de estabelecer a sinergia entre as instituições nacionais, estaduais e municipais necessária para aperfeiçoar o impacto dessas políticas, uma vez que dispersão e proliferação de regras dificultam a articulação (PERICO, 2008).

A partir da Constituição Federal brasileira de 1988, que delegou maior autonomia política aos municípios, ampliou-se a competência municipal em áreas como a política urbana e transportes coletivos. Os municípios assumiram, portanto, vários encargos e responsabilidades das outras esferas, sem que houvesse previsão orçamentária para esse aumento, o que acaba por obrigá-los a negociar recursos nos diversos programas federais ou estaduais (TEIXEIRA, 2002).

Nas últimas décadas observou-se no Brasil a redefinição de competências em áreas como educação ou saúde, cujas responsabilidades dos diferentes níveis territoriais foram alteradas, passando a coexistir políticas nacionais, estaduais e municipais. Esse modelo não

pode ser visto como desconcentração, mas como um modelo de redistribuição de competências e responsabilidades (PERICO, 2008).

Os municípios são considerados a unidade básica do planejamento, reforçando seu papel em múltiplas dimensões (DELGADO et al., 2007).

Antes a construção de planos estaduais regionalizados não era tradição no Brasil, mas tem se tornando cada vez mais comum. Existem vários tipos de modelos sendo desenvolvidos para tornar efetiva a articulação entre níveis ou esferas de governo, setores e atores, mas de forma geral todos consideram de uma forma ou de outra a diversidade regional dos estados (MIRANDA; TIBURCIO, 2008).

O modelo atualmente adotado pelo Brasil, no entanto, é o de nível nacional, com forte preeminência de estruturas centralistas e estadistas. Nesse esquema, há um processo de desconcentração da gestão pública, uma vez que são criadas instâncias nacionais nos territórios, estando essas vinculadas e subordinadas ao nível central nacional. Essa desconcentração significa que há definição de temas, instrumentos, objetivos e ações unificadas em uma política nacional a ser aplicada nos territórios (PERICO, 2008).

A mera aplicação da política nacional nos municípios não significa a eficácia dessas políticas, pois elas não possuem capacidade de resposta às especificidades locais. É necessário que o município possua autonomia para conseguir modelar a aplicação das políticas nacionais e estaduais segundo suas próprias necessidades.

De acordo com Arretche (2003, p. 335),

a autonomia local para a gestão de políticas cria oportunidades institucionais para que os governantes implementem decisões de acordo com suas próprias preferências, as quais não são necessariamente compatíveis com o interesse público e o bem-estar da população. São as regras institucionais de uma política pública – isto é, regras do processo decisório, mecanismos de controle e punição, arenas institucionalizadas de representação de interesses, etc. – que propiciam os incentivos ao comportamento dos governos locais (ARRETCHÉ, 2003, p. 335).

Outro aspecto a se considerar para o sucesso da implementação das políticas públicas são os vínculos entre as diversas organizações e agências públicas no nível local. Quanto maior o número de elos em uma cadeia de implementação, maior o grau necessário de cooperação entre as organizações para que esta cadeia funcione (OLIVEIRA, 2006).

Perico (2008) enfatiza que existem ainda os modelos de gestão articulada e descentralizada, no qual cada nível possui políticas e possibilidades de estabelecer integração de ações com outras políticas. Dessa forma

as definições estratégicas nacionais são geradas e definidas em nível nacional e se convertem em marcos para a gestão e para as definições estratégicas nos níveis

territoriais e regionais, mas da mesma forma, as definições estratégicas regionais se convertem em marcos para as definições locais (PERICO, 2008, p. 47).

Delgado et al. (2007) consideram que um dos fatores limitantes dos processos de descentralização, e um feito ao seu aprofundamento, consiste na estrutura disponível para a assunção das responsabilidades de execução das políticas em nível local. Isto porque a autonomia territorial possibilita que cada município assuma sua responsabilidade na execução das políticas públicas, posto que as soluções provavelmente estejam mais próximas dos problemas. Assim, há maior facilidade na definição e decisão da solução pelos próprios atores no âmbito territorial em que os problemas acontecem.

Os desdobramentos de competências acabam por determinar, assim, agendas diferentes em cada nível territorial, pela possibilidade de estabelecer estratégias, metas e mecanismos de trabalho entre as diferentes políticas, a partir da leitura das necessidades e realidades territoriais (DELGADO et al., 2007).

Ainda com vistas ao aspecto de autonomia territorial, percebe-se que existe um processo de desconcentração quando da articulação entre os atores dentro de cada nível. Dessa forma, identifica-se dois sentidos da articulação: um que se estabelece entre as diferentes políticas num mesmo nível territorial e outro que se produz entre os diversos níveis territoriais numa mesma política (DELGADO et al., 2007).

É importante destacar que, conforme Perico (2008),

a delimitação territorial acontece sob uma lógica política, ao prover uma dimensão espacial ao poder social; uma lógica institucional, enquanto estabelece esquemas de organização com legitimidade para sua interlocução com o Estado, uma lógica econômica, enquanto busca identificar os níveis ótimos de encadeamentos produtivos e uma lógica técnico-política, enquanto identifica a gestão social do território como uma modalidade de organização, interlocução e gestão das demandas sociais e das ofertas de políticas públicas (p. 55).

A adoção de critérios de acordo com a determinação de territórios para a definição das políticas públicas possibilita o entendimento de maneira mais clara dos objetivos e metas, bem como, dos mecanismos e instrumentos de implementação, facilitando assim a execução das políticas em nível territorial. Dentro do nível territorial cada setor possui políticas próprias, determinando uma estrutura de coordenação e subsidiaridade entre elas. Ou seja, uma política de infraestrutura, por exemplo, que tem atores, objetivos, mecanismos e estratégias nacionais, além de possuir outra política de infraestrutura no nível regional e outra no nível local (MIRANDA; TIBURCIO, 2008).

Nessa estrutura estabelecida pela determinação de territórios são estabelecidas

competências que determinam o tipo de gestão e os processos de implementação em cada nível e, em consequência, determinam-se tipos de articulação verticais (um setor em suas políticas nacionais, regionais ou locais) e horizontais (entre setores complementares, como educação e saúde, infraestrutura e fomento produtivo num nível territorial) que determinam âmbitos, lógicas políticas, sistemas de incentivos e mecanismos de articulação particulares (MIRANDA; TIBURCIO, 2008, p. 41).

A natureza política das competências é determinada pelos espaços de poder de cada nível territorial. A natureza técnica diz respeito aos modelos de planejamento e gestão de cada nível territorial. Dessa estruturação desprendem-se os sistemas de orçamento, as formas de distribuição de recursos públicos, a maneira de alocação e execução, assim como as fontes de financiamento, estabelecendo as bases do ordenamento territorial da gestão das políticas públicas (MIRANDA; TIBURCIO, 2008).

Os sistemas de orçamento merecem destaque por possibilitar toda e qualquer outra fase da gestão das políticas públicas, sendo, portanto fator determinante delas. Para uma adequada articulação entre os níveis territoriais deve-se estar atento às formas de distribuição dos recursos.

Já em âmbito nacional é possível alocação de cotas do orçamento para os territórios ou tetos orçamentários regionalizados no interior de cada política, os quais devem obedecer aos critérios de focalização e priorização. Existe, ainda, a possibilidade de alocação de recursos, de forma complementar e específica para o financiamento de iniciativas territoriais (PERICO, 2008).

Outra forma de alocação de recursos para os territórios seria a articulação ou a coordenação de investimentos entre os diferentes níveis territoriais. O mecanismo opera entre instituições e entre níveis territoriais, sob a modalidade de financiamento compartilhado dos projetos territoriais, com mecanismos claros de articulação (PERICO, 2008).

Como exemplo desse movimento de regionalização ou de territorialização de políticas setoriais pode-se citar o Sistema Único de Saúde (SUS). Que por sua vez articula todo o país, tanto agentes do governo municipal, como do governo estadual e do Governo Federal. Articula, ainda, governo, setor privado e sociedade civil (MIRANDA; TIBURCIO, 2008).

Miranda e Tiburcio (2008) afirmam que o SUS estruturou um conjunto de propostas de forma inovadora e Bacelar (2008) corrobora com o pensamento afirmando,

Trata-se [...] de um exemplo de uma política nacional, que lê o país inteiro: vem do debate no município até as conferências nacionais. O modelo é tão importante que várias políticas buscam se espelhar nele. Descobriu-se ser esse um caminho válido para construir política pública no Brasil (BACELAR, 2008, p. 23).

Esse tipo de organização permite que as sociedades com um elevado grau de organização local consigam avançar mais rápido, porque está estruturada, possui objetivos e metas e ainda sabe se articular (MIRANDA; TIBURCIO, 2008).

1.6 Desafios impostos ao novo modo de planejar políticas públicas

O primeiro desafio, segundo Miranda e Tiburcio (2008), é o de consolidar esse novo modo de planejar, formular e implementar políticas públicas. Para consolidá-lo é necessário delimitar as novas instâncias técnicas, aumentar o diálogo entre governo e sociedade. É necessário que se adote a possibilidade de tratamento com múltiplas escalas, ou seja, não se deve determinar uma única escala como boa.

O segundo desafio é a coexistência de vários mapas. Por exemplo, os governos estaduais escolhem suas regiões de planejamento, mas em determinado momento descobrem que algumas políticas seriam melhor implementadas se estivessem em uma escala menor ou maior. Nesse momento o governo poderia mudar a escala de trabalho daquela política específica a fim de chegar a um resultado melhor. Torna-se essencial para a aplicação dessa nova maneira de implementação e planejamento de políticas públicas o aprendizado para trabalhar em várias escalas (MIRANDA; TIBURCIO, 2008).

O terceiro desafio é a adoção da abordagem em múltiplas dimensões pela análise integrada para a promoção do desenvolvimento sustentável. As dimensões podem ser: ambiental, econômica, social, antropológica, psicológica, entre outras (MIRANDA; TIBURCIO, 2008).

De acordo com os autores outro desafio de caráter essencial é a construção das políticas territoriais, uma vez que não há muito apoio às iniciativas que vêm dos territórios, ou seja, às políticas que vêm de esferas inferiores para superiores, não têm como se apoiar em outras esferas. Além do mais, quando o objetivo é a construção de sistemas ou quando se pretende alguma universalização, a abordagem nessa configuração não é adequada, pois a visão do todo é fundamental.

Vale destacar que mesmo a abordagem territorial sendo uma alternativa melhor para as políticas públicas, a sua aplicação não elimina os conflitos totalmente, apenas pode amenizá-los, e em alguns casos, pode até aumentá-los.

2 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

De acordo com Warschauer (2006), a sociedade da informação representa um novo estágio do capitalismo global e fundamenta-se no uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), cuja principal ferramenta é o computador associado à internet.

As mudanças no mundo a partir da invenção do computador pessoal deram um novo rumo ao desenvolvimento da sociedade surgindo uma nova economia da informação juntamente com uma nova sociedade em rede. Nesse sentido, as TICs assumiram um papel decisivo em todos os aspectos dessa nova economia e nova sociedade, ajudando a determinar a diferença entre marginalização e inclusão nessa nova era socioeconômica.

Consequentemente, as sociedades têm passado por várias mudanças. Desde a economia de subsistência até o presente mundo globalizado, houve diversos momentos, alguns com pequenas mudanças em um longo período de tempo e outros justamente ao contrário. Para se entender melhor a trajetória até esta nova forma socioeconômica, alguns aspectos explicativos devem ser analisados.

2.1 Da revolução industrial à sociedade da informação

As mudanças e revoluções da tecnologia, segundo Silveira (2001), alteram a organização da vida cotidiana, à medida que grupos dominantes buscam apoderar-se de novos inventos para alavancar a dominação da sociedade. O domínio precoce desse novo processo tecnológico pode alterar os círculos do poder e até mudar as classificações das nações mais poderosas no mundo.

Castells (1999) divide a revolução industrial em três momentos distintos. O primeiro momento, datado do final do século XVIII (Revolução Industrial), caracterizou-se pela substituição de ferramentas manuais por máquinas, principalmente em pequenas oficinas, e tinha como modelo organizacional o mestre-aprendiz-servo, e utilizou prensa tipográfica, máquina a vapor e maquinário como o motor propulsor de grandes transformações. A contribuição mais importante foi a prensa tipográfica, pois possibilitou o surgimento de novas formas de convencimento ampliando as possibilidades de fazer política, tanto que Max Weber, sociólogo alemão, afirmou ser o jornalismo a primeira profissão política remunerada.

O segundo momento, datado do final do século XIX (Revolução Pós-Industrial), surgiu do uso intensivo de novas fontes energéticas e de novas tecnologias, entre elas: energia

elétrica, petróleo, combustão interna, telégrafo e telefone. O domínio e a disseminação desses conhecimentos redesenharam o modo de vida atual (SILVEIRA, 2001).

A eletricidade, ao certo, foi uma das maiores invenções da segunda Revolução Industrial. A geração e a distribuição de eletricidade possibilitaram a conexão e o desenvolvimento de diferentes campos de produção entre si. Castells (1999) apresenta que essa revolução se constituiu como “motor elétrico” induzindo a organização do trabalho em larga escala nas fábricas industriais. O local típico de trabalho migrou das oficinas para as fábricas, caracterizadas pelo desenvolvimento da produção fabril de grande escala, alterando suas formas de organizações quase informais para as grandes hierarquias verticais.

A terceira revolução datada dos meados do século XX até os dias atuais, surgiu com a difusão do transistor, computador pessoal, telecomunicações e internet. A introdução da internet criou uma economia da informação, em que a informática e a internet cumprem um papel essencial de capacitação. Então segundo Warschauer (2006), o trabalho saiu das grandes fábricas para os escritórios, onde a capacidade de projetar, fabricar, comercializar e distribuir qualquer produto internacionalmente é dependente das telecomunicações modernas, com executivos, projetistas, administradores e vendedores ao redor do mundo consultando, colaborando, comunicando e trocando informações por meio de computadores. As grandes hierarquias verticais foram substituídas pela organização em redes horizontais.

Uma das bases da terceira revolução industrial encontra-se no surgimento do primeiro computador (na realidade uma gigantesca máquina de calcular), o Eletronic Numerical Integrator And Calculator (ENIAC) (SILVEIRA, 2001). Contudo, este computador não tinha conexão com o mundo externo, ou seja, não possuía monitor, nem teclado, por isso não era interativo com o usuário.

Os primeiros computadores evoluíram até se tornarem grandes máquinas chamadas *mainframes*³ e o passo decisivo dessa evolução foi a invenção dos microprocessadores. De acordo com Silveira (2001), o computador somente se tornou um veículo de comunicação quando a ele se ligou um monitor e um teclado passando então a permitir a interagir com o usuário. Em 1965, Gordon Moore (apud SILVEIRA, 2001) escreveu um artigo que ficou conhecido como Lei de Moore, no qual ele afirmava que a cada 18 meses o poder de processamento dos computadores dobraria, sem alterar o seu custo. Mas somente em meados de 1970 é que realmente os computadores saíram das grandes corporações para entrar definitivamente na vida das pessoas (ou de algumas pessoas, como será discutido adiante).

³ Designação dada aos antigos computadores de grande porte e desempenho.

Jovens empreendedores como Steven Wozniak, Steve Jobs, Bill Gates, além de outros, foram importantes no processo de transformação dos *mainframes* em microcomputadores pessoais. Nesse período, o computador diminuiu de tamanho, aumentou constantemente sua capacidade de processar informações e foi sendo absorvido em várias atividades econômicas, culturais, pessoais e cotidianas.

As guerras também deram grandes contribuições para o desenvolvimento das tecnologias. A internet, outra base da terceira revolução industrial, foi fruto desse fato. A então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) mostrou seu poderio em pesquisa ao lançar o primeiro satélite espacial (Sputnik), em 1957. Os americanos criaram, então, naquele mesmo ano, uma agência de pesquisa denominada Advanced Research Projects Agency (ARPA). O objetivo era tirar o atraso em relação à pesquisa. O uso da informática era vital para o projeto, uma vez que o computador permitia compartilhar informações complexas, mas o custo de implantação de *mainframes* em todos os pontos do país era muito elevado.

De acordo com Silveira (2001), com a crise dos mísseis⁴, em 1962, a agência contratou o engenheiro Paul Baran para idealizar uma rede de computadores que não fosse destruída em caso de guerra. A ideia de Baran foi construir uma rede que evitasse a existência de um centro e de uma única rota de comunicação. A comunicação seria feita por pacotes de informações enviadas de forma redundante por várias rotas: uma rede em que todos os pontos se comunicavam. Essa rede tornou-se realidade em 1968 formando a ARPANET⁵ que no ano seguinte conseguiu a interligação de quatro centros universitários dos Estados Unidos. Os primórdios da internet estavam neste projeto; no entanto, para atingir todo o planeta, teve que passar por várias fases, inclusive substituindo diferentes padrões existentes em vários países do mundo.

É somente na década de 90 que ocorre a explosão das conexões à internet. Silveira (2001) afirma que a aplicação específica do físico inglês Tim Berners-Lee foi decisiva para a sua rápida popularização. O físico na intenção de criar um sistema de hipertexto para uso interno no Laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN) deu início ao que seria conhecido como World Wide Web, o usual WWW ou simplesmente WEB, sendo o hipertexto rapidamente encampado pela comunidade dos internautas.

⁴ No dia 14 de outubro de 1962, os Estados Unidos divulgaram fotos, coletadas através de um voo secreto sobre Cuba, que apresentavam instalações preparadas para abrigar mísseis nucleares soviéticos.

⁵ Acrônimo de Advanced Research Projects Agency Network.

Para Mascarenhas (2009), o desenvolvimento científico e tecnológico da era pós-industrial potencializou mudanças nas atividades industriais e comerciais, modelando uma sociedade mais complexa, marcada por novos conceitos, valores e relações, cuja denominação atual é “sociedade da informação” (entendida por alguns por “sociedade da comunicação”). Nesse novo modelo de sociedade houve o impulso dos sistemas de comunicação e deu-se oportunidade ao homem de viver em uma sociedade de comunicação generalizada, estruturando-se novas formas de agir, pensar e sentir. As Tecnologias da Informação e Comunicação possibilitaram a construção de novas fontes de produtividade e poder através da geração, processamento e transmissão da informação. As transformações das sociedades industrial, e pós-industrial, e o uso intenso do computador e da internet resultaram na chamada sociedade da informação.

2.2 A evolução da sociedade da informação

A respeito dessa nova sociedade da informação, gerada através das mudanças tecnológicas introduzidas durante o período da revolução industrial e pós-industrial, pode-se afirmar que a mesma produziu transformações no sistema produtivo e na sociedade. Segundo Silveira (2001) essa sociedade recebeu ao longo de sua evolução várias denominações: Castells a chamou de “Revolução das Novas Tecnologias de Informações”; Negroponte, de “Revolução Digital”; Jean Lojkin, de “Revolução Informacional”; e Jeremy Rifkin, de “A Era do Acesso”. Porém, a sociedade decorrente das transformações impostas pelas revoluções industrial e pós-industrial cunhou expressão “sociedade da informação” para designar, genericamente, os tempos pós-industriais.

Segundo Mascarenhas (2009), em 1998, a expressão “sociedade da informação” foi escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com a União Internacional de Telecomunicações, para dar nome à Cúpula Mundial programada para 2003 e 2005. O percurso para se chegar a esta expressão, todavia, começou em 1973, com Daniel Bell, em seu livro “O Advento da Sociedade Pós-industrial”. Ela reapareceu com força, em 1990, no encaço do desenvolvimento da internet e das TIC. Em 1995, a expressão foi incluída na agenda das reuniões do G8⁶. Durante esse período ela foi amplamente adotada pelo Governo dos Estados Unidos, por várias agências das Organizações das Nações Unidas,

⁶ O G8 reúne os chefes de Estado ou Governos das nações mais poderosas do mundo. Participam desse grupo os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá (antigo G7) e Rússia.

pelo Banco Mundial e fóruns da Comunidade Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A expressão “sociedade da informação” identifica a revolução em que o cerne da questão está no uso do computador e da internet: instrumentos vitais tanto para a comunicação, quanto para a economia e a gestão do poder.

A internet, por sua vez, permitiu que a informação produzida em um computador em qualquer local do mundo estivesse disponível no mesmo instante em outro computador ao lado dele. Assim, a sociedade da informação evidencia-se por uma economia que usa as tecnologias da informação e da comunicação, mas recorre às novas linguagens decorrentes dessas tecnologias tomando a informação como elemento central da atividade humana, particularmente no que se refere às condições de produção e crescimento econômico.

Ao discutir sobre a sociedade da informação, Guerreiro (2006) explica que a realização dela somente será possível se os meios de comunicação existentes na atualidade garantirem acessibilidade pública indiscriminada e de baixo custo. Ele traça algumas etapas de evolução dessa sociedade, dividindo essa evolução em cinco fases sendo que algumas já aconteceram e outras ainda estão a caminho, como mostra a Figura 1. Estas fases são: *sociedade da informação*, *sociedade informatizada*, *sociedade digital*, *sociedade do conhecimento* e *sociedade em rede*.

Evolução da sociedade informatizada proposta por Guerreiro		
Fase	Etapa	Descrição
01	Sociedade da Informação	Ações governamentais gerando aplicações tecnológicas que propiciam agilização dos serviços públicos.
02	Sociedade informatizada	Aplicações das tecnologias digitais nas transações de comércio e negócios eletrônicos, reorientando toda organização social, educacional, política, econômica, cultural, ambiental, gestora, urbana e rural.
03	Sociedade digital	A questão de inclusão digital torna-se uma política de estado na agenda social, política e produtiva. Tem como principal pauta ações destinadas aos excluídos dos benefícios e oportunidades dessa sociedade, com vistas a equiparação entre todos.
04	Sociedade do conhecimento	O principal atributo dessa sociedade é a busca constante das pessoas e profissionais pela liberdade de aprender. Aprendizagem conforme capacidade individual de absorver o conhecimento. O conhecimento deixa de ser privilégio de uma minoria.
05	Sociedade em rede	O conhecimento será produzido e difundido em rede em qualquer lugar no mundo com o uso das mais diversas mídias. A rede estará estabilizada para transmitir quantidade inimagináveis de informações. Difusão do conhecimento em larga escala.

Figura 1 - Evolução da sociedade informatizada proposta por Guerreiro, elaborado a partir da revisão bibliográfica.

Usando o Brasil como exemplo desse processo evolutivo, o primeiro estágio, chamado de *sociedade da informação*, começou em 1980 e demandou ações governamentais gerando aplicações tecnológicas que propiciaram a agilização dos serviços públicos, atuação na desburocratização dos canais de comunicação, no desenvolvimento de infraestrutura de rede e na governança eletrônica. Guerreiro (2006) cita como exemplos desta atuação, o pioneiro sistema de votação eletrônica do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, que permitiu ao Brasil ter o resultado de uma eleição em apenas algumas horas após a ocorrência do pleito, bem como a possibilidade de entrega da declaração de imposto de renda à Receita Federal através de sistema informatizado via internet, solução essa que, em 2002, recebeu 95% das declarações dos brasileiros.

O autor identifica o segundo estágio, a partir de 1990, quando com as modificações geradas no estágio anterior possibilitaram o surgimento da *sociedade informatizada*, em grande parte provocada pelas aplicações das tecnologias digitais nas transações de comércio e de negócios eletrônicos. As mudanças na vida do trabalhador são imensas, com melhorias alcançadas pelo uso da tecnologia no processo produtivo, como: a mão de obra sendo gradativamente substituída pela automação, reduzindo a quantidade necessária de operários para realizar uma determinada tarefa. E em alguns casos, simplesmente, tornando-os desnecessários em algumas atividades. Entretanto, faz-se importante a seguinte ressalva:

Aplicações tecnológicas semi-inteligentes e inteligentes podem substituir, em pouco tempo, toda cadeia produtiva, liberando a inteligência humana para outras aventuras inventivas e inovadoras. É evidente que, para isso, são necessários investimentos urgentes, tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, principalmente na educação da mão de obra, para desenvolver novas habilidades técnicas de operação com as novas tecnologias de informação e comunicações. (GUERREIRO, 2006, p. 118).

O desenvolvimento da *sociedade informatizada* é rápido e reorienta toda a organização social, educacional, política, econômica, cultural, ambiental, gestora, urbana e rural.

A partir de 2000 a *sociedade informatizada* evolui para um estágio superior e se transforma na *sociedade digital*, tornando a questão de inclusão digital uma política de estado na agenda social, política e produtiva. Essa atenção, destinada aos excluídos dos benefícios e oportunidades dessa sociedade, é a sua principal pauta. A preocupação principal desta fase é a transformação da informação em conhecimento, tornando toda uma geração de profissionais capazes de resolver problemas simples e complexos. Nessa sociedade são criadas as condições concretas para um novo modo de relação social onde o conhecimento se torna o capital de maior valor agregado.

A *sociedade digital* cede lugar à *sociedade do conhecimento* por volta do ano 2010. Nela o conhecer se torna uma busca constante das pessoas e profissionais pela liberdade de aprender em qualquer idade, em processos educacionais não centralizados nas escolas tradicionais, e levando em consideração seu próprio ritmo de articular as informações transformando-as em conhecimento. O conhecimento, nesse sentido, conforme o autor, não se constituirá como um privilégio exclusivo de uma minoria, e o fator financeiro para adquiri-lo poderá deixar de ser um fator impeditivo. A viabilidade dessa sociedade dependerá da evolução dos meios tecnológicos de informação e comunicação, por um lado e, por outro, da criação da infraestrutura necessária pelos governos locais, para garantir essa difusão, com a implantação de conexão do cidadão à internet a qualquer tempo.

O último estágio de desenvolvimento será a *sociedade em rede* por volta do ano 2020, onde o conhecimento será produzido e difundido em rede em qualquer lugar com o uso de *setup-box*⁷, capaz de armazenar dados, imagens e som e de se conectar à *infovia global*⁸. A rede ficará estabilizada para transportar uma quantidade de informações surpreendente e inimaginável em dias atuais, usando recursos de interatividade e personalização sob demanda. Segundo o autor, ainda haverá difusão social do conhecimento em larga escala de transmissão, a partir de sistemas tecnológicos interconectados e inteligentes, com acesso público em diferentes pontos de conectividade e interatividade, em espaços de grande fluxo e de fácil locomoção em ambientes urbanos e rurais (GUERREIRO, 2006).

A descrição de Guerreiro sobre a evolução da sociedade da informação expressa um grande otimismo com relação ao futuro das relações humanas. Contudo, pelo menos no Brasil, o que se vê atualmente não condiz com as perspectivas levantadas por ele, uma vez que, segundo sua visão, o Brasil deveria estar na etapa da *sociedade do conhecimento* onde os problemas de inclusão digital da população estariam ultrapassados. Dessa maneira, faz-se necessário, enfim, compreender a questão da exclusão social, temática abordada no presente trabalho.

2.3 A visão tecnofóbica da sociedade da informação

⁷ É um termo que descreve um equipamento que se conecta a um televisor e a uma fonte externa de sinal, e transforma este sinal em conteúdo no formato que possa ser apresentado em uma tela.

⁸ É o conjunto de linhas digitais por onde trafegam os dados das redes eletrônicas.

Normalmente, os significados de pobreza e exclusão social são confundidos, entretanto em países desenvolvidos, o governo e as instituições de pesquisa concordam sobre a importância de se fazer distinções conceituais entre pobreza os mesmos.

Parkinson (1998) afirma que ainda há incerteza sobre o que é e como deve ser tratada a exclusão social, mas ele faz uma comparação entre os dois termos. Para o autor, o conceito de exclusão foi expandido, se tornando um conceito mais amplo que pobreza. A pobreza geralmente é definida, principalmente, em termos de baixos rendimentos e necessidades materiais. Já a exclusão social enfatiza os meios pelos quais as pessoas são deixadas de fora das principais correntes políticas, econômicas e sociais.

O conceito de exclusão social pode ser entendido como um mau funcionamento ou colapso de processos que deveriam gerar resultados de inclusão social e falha dos grandes sistemas sociais. Falhas nos sistemas de saúde, de educação, de habitação, no mercado de trabalho, bem como mudanças nacionais e globais, na maioria das vezes, tornam-se criadoras de caminhos para a exclusão social.

Phipps (2000, p. 103), de forma abrangente, propõe as seguintes definições acerca de pobreza e exclusão social:

Pobreza é um produto, denotando uma incapacidade de compartilhar os estilos de vida cotidianos da maioria devido à falta de recursos (frequentemente começando pela renda disponível). A exclusão social é um conceito multidimensional e dinâmico, que se refere a um colapso ou mau funcionamento dos principais sistemas e processos sociais que deveriam garantir a integração social do indivíduo ou família. Isto implica num foco não apenas nas 'vítimas' mas também nas falhas do sistema e em processo que criam privilégios e desvantagens.

Graham Room (1995, apud Phipps, 2000) expõe pensamento sobre pobreza e exclusão social no qual é mostrado que esses conceitos devem ser colocados firmemente dentro do contexto dos sistemas social e político. Isto porque as diferenças entre eles são bastante evidentes. Enquanto a noção de pobreza é primariamente concentrada em problemas de distribuição (falta de recursos à disposição de um indivíduo ou família), a noção de exclusão social se concentra primariamente em problemas relacionais (participação social inadequada, falta de integração social, falta de poder).

De acordo com o autor, o governo do Reino Unido por meio da sua Unidade de Exclusão Social (*Social Exclusion Unit*, SEU) compreende a exclusão social como uma combinação de vários problemas inter-relacionados, tais como desemprego, baixo nível de capacitação, baixa renda, habitação deficiente, ambiente de alta criminalidade, má saúde e desestruturação familiar associada a pessoas ou áreas, O que ocorre não, necessariamente, por culpa delas. Neste contexto, o primeiro-ministro do Reino Unido acrescentou ainda que a

exclusão social está relacionada à renda, mas envolve muitas outras coisas, sendo mais emblemática para a sociedade como um todo, pois pode ser repassada de geração para geração mais facilmente do que a pobreza material.

A necessidade de definir a exclusão social deve-se a sua importância nos projetos de políticas públicas voltadas para inclusão digital da sociedade brasileira. As inovações da tecnologia têm trazido grandes mudanças em todas as áreas da sociedade moderna desde a invenção da imprensa. O despontar da internet viabilizou tecnicamente a concretização de vários processos previstos pelos teóricos da Sociedade da Informação. Esses processos estão em andamento e podem ser observados: nas comunicações, um aumento expressivo da comunicação entre indivíduos gerando uma mudança em sua natureza, migrando-se do modelo de fluxo de informação unilateral das mídias tradicionais para um modelo multilateral; na sociabilidade, podendo-se observar a expansão de comunidades virtuais e redes autônomas baseadas na afinidade de interesses e não na territorialidade, como visto até o presente; nas informações, o aumento descomunal do volume delas circulando no mundo com o surgimento de *blogs*, *fotologs* e afins, podendo, atualmente, qualquer indivíduo publicar suas opiniões e ideias na internet, enquanto qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo acessa a informação sem intermediários.

Existe, porém, uma grande divergência entre os teóricos sobre a qualidade desses fatos. Considerando a natureza do impacto das mudanças na sociedade, eles, de maneira geral, podem ser divididos entre aqueles que acham que os resultados das mudanças são favoráveis e os que acham que tais mudanças geralmente são prejudiciais à humanidade.

Segundo Mattelart (2002), tomando como base essa divergência, eles são comumente divididos em duas vertentes, os tecnóforos e os tecnófobos. Os tecnóforos, como o nome sugere, são os autores possuidores de uma expectativa negativa em relação às consequências resultantes da inovação tecnológica. Os tecnófobos são aqueles possuidores de grandes expectativas otimistas e/ou positivas frente tais mudanças originadas pela tecnologia.

Para Rüdiger (2002), os tecnóforos se desenvolveram em função da crescente mecanização e massificação da vida social, de forma que a tecnologia aos poucos se transformou em uma armadilha montada para si mesma pela humanidade progressista. Neste contexto, os tecnófobos, também chamados de apocalípticos, consideram que o aumento da apropriação das técnicas levará a humanidade à alienação, criando a exclusão, e, finalmente, à dominação do homem pela técnica. De acordo com Comassetto (2003), os processos envolvidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação (comunicação, informação, sociabilidade e capacidade de gerar “divisas políticas” ao ser humano) não resultaram no

fortalecimento e emancipação dos indivíduos, mas os levaram à alienação e à perda da privacidade, facilitando a dominação por outros grupos.

Os teóricos tecnóforos veem as tecnologias de informação e comunicação como um vetor causador de exclusão social, uma vez que ao participar da sociedade da informação tem-se a sensação de pertencer a um grupo que faz uso da tecnologia, mas na realidade é a tecnologia que faz uso deles gerando um aprofundamento da exclusão. Comassetto (2003) analisa a visão dos tecnóforos a partir de cinco aspectos: ampliação expressiva da comunicação; aumento das informações; publicações sem intermediários; fluxo de informação modelo emissor-receptor; e surgimento de comunidades virtuais.

Na mídia tradicional (televisão, rádio, jornal, revistas) a comunicação entre emissor e receptor é do tipo “*um para muitos*”. Com o advento da internet propagou-se uma mudança desse paradigma da comunicação, em que a interação passaria a ser de “*muitos para muitos*” a um baixo custo. Os pensadores tecnóforos não compartilham desta ideia, pois apesar das novas mídias deixarem transparecer uma aura democrática ao favorecerem uma comunicação não unilateral, na realidade, criam modos de dominação ainda maiores na medida em que facilita a ação dos grandes conglomerados articulados na rede e nações ricas e poderosas que estão habilitadas para usar essa tecnologia até seus limites. Eles acreditam que a aparente liberdade disposta pelos meios técnicos de dirigir-se a um imenso público internacional, não passa de uma ilusão, uma vez que eles estão longe de conseguir fazer frente aos grandes conglomerados.

Para Comassetto (2003), as iniciativas dessa nova comunicação são infantis e geralmente recorrem aos mesmos mecanismos da indústria organizada, a partir de páginas que potencialmente podem ser vistas pelo mundo inteiro, mas acabam se resumindo a contatos individuais que somente dão ilusão de inclusão, de participação como indivíduo e cidadão, como partícipe da inteligência coletiva. Nessa visão, a relação entre emissor e receptor não emplaca o modelo “*muitos para muitos*”, preconizado pelas novas tecnologias, e o homem estaria apenas restringindo suas relações a um ambiente de máquinas para comunicar-se, gerando tão somente uma comunicação homem-máquina, ou seja, saindo de um modelo “*um para muitos*” para o modelo “*muitos para um*”, sendo este um a máquina.

Marcondes Filho (1994), ao tecer considerações sobre o potencial democratizador e desmassificador da informação na internet, posiciona-se justamente ao contrário. Ele concorda que as novas tecnologias até produzem mais informações, entretanto questiona veementemente a profundidade delas dentro desse contexto, bem como sua desmassificação:

[...] um amontoado fantástico e alucinante de dados que o público recebe com relativa indiferença, funciona e produz incessante notícias sobre notícias, que criam um clima de “estar sendo informado”, quando, na verdade, são parte de uma encenação. É produção de informação para não se informar coisa alguma (MARCONDES FILHO, 1994, p. 64).

Do ponto de vista dos relacionamentos sociais, os tecnóforos dizem que as novas tecnologias conduzem ao isolamento social, a um colapso da vida familiar, da vida comunitária e da comunicação social, na medida em que indivíduos sem face praticam uma sociabilidade aleatória em ambientes totalmente virtuais, abandonando ao mesmo tempo interações face a face em ambientes reais.

Marcondes Filho (1994) afirma que os relacionamentos virtuais são o ápice de uma sociedade cada vez menos social, num progressivo isolamento. Assim, o contato humano, na prática, está totalmente rarefeito e pulverizado, as tecnologias tentam artificialmente, sem sucesso, reagregar esse mundo. O autor faz uma crítica contundente sobre a possibilidade das novas tecnologias levarem ao fortalecimento cultural dos indivíduos, defendendo um aumento na alienação do indivíduo ao subtrair dele o ato de reflexão.

Para Habermas (1987), existe uma questão além da alienação, que seria a destruição das relações presenciais proporcionada pelas novas tecnologias (ciberespaço). Ele compreende que a única forma capaz de gerar grupos sólidos, estáveis e com memória histórica seria através de relações face a face. Defende que a única base possível de sustentação de uma vida pública e de ação política constante é através das relações presenciais, onde interagimos no olho a olho. Para o autor, a internet, ao criar um mundo de relações virtuais, está facilitando o monitoramento do Estado e das empresas sobre cada um de nós, levando à destruição de nossa privacidade e liberdade.

Na visão dos tecnóforos existem vários problemas gerados a partir da sociedade da informação que podem ser enumerados da seguinte forma: fim da oralidade e da escrita, submersão do homem pelo excesso de informações – uma boa parcela irrelevante; liberdade de expressão simulada; massificação das informações; colapso da comunicação; desaparecimento dos relacionamentos face a face; isolamento social e alienação. E todos esses problemas conjugados levariam a princípio a mais dois outros, que seriam o reforço da dominação e o aprofundamento da exclusão.

Com relação ao reforço da dominação, Winkler (2005), afirma que Manoel Castells, um grande defensor da tecnologia, reforça o potencial extraordinário da mesma para que cidadãos se expressem e comuniquem. Mas ele também admite que tal cenário não gerará mudança social ou reforma política automaticamente, apenas fornecerá subsídios para que essas

mudanças possam acontecer. Adam Schaff (1990), outro amante da tecnologia, colaborando para esse mesmo entendimento, admite que os grupos que hoje controlam a indústria e os serviços trabalharão arduamente com vistas a manterem seu *status*, lutando ferozmente para manter suas regalias, a fim de reforçar a dominação existente hoje.

A raiz histórica do termo exclusão social nos leva à ideia de que estar excluído significa viver a tensão entre participar de um agrupamento social e, ao mesmo tempo, viver marginalmente dentro dele (CORRÊA, 2007). Neste sentido, os tecnófilos concordam que existem muitas fragilidades na Sociedade da Informação, entre elas pode-se citar que já existe uma parcela significativa da população que está excluída da sociedade, em razão de condições sociais, econômicas, e técnicas mínimas para participar do processo. E caso não sejam sanadas, então, muito provavelmente, ao invés de emancipação e redução da exclusão, essa situação resultará no agravamento da situação (WINKLER, 2005).

Todas essas considerações representam a visão pessimista da sociedade da informação. A visão tecnofílica é outra maneira de olhar o futuro das novas tecnologias de informação e comunicação.

2.4 A visão tecnofílica da sociedade da informação

Em contraposição aos tecnófobos existem os tecnófilos, para quem as mudanças causadas pelas novas tecnologias despontam-se como algo altamente benéfico, revelando, ao final do processo, uma sociedade igualitária, independente e politicamente capaz.

De acordo com Mattelart (2002), os tecnófilos, também chamados de utópicos ou prometeicos, defendem que as técnicas e a tecnologia não são boas, nem más; todavia estando sob o controle total do homem têm a essência para servi-lo. Os teóricos deste grupo reforçam que o salto do progresso técnico é, na maioria das vezes, benéfico ao homem ou, de algum modo, positivo para a sociedade. Rüdiger (2002) afirma que eles estão totalmente abertos às mudanças culturais e despontam-se como agentes diretos e indiretos do “fantástico mundo novo da tecnologia”.

Mattelart (2002) acredita que a cada invenção técnica, reaviva-se nos utópicos o discurso salvador, que finalmente foi dado o passo final para a concórdia universal, a democracia descentralizada, a justiça social e a prosperidade geral, ou seja, um mundo mais justo, igualitário e de pessoas politicamente capazes e emancipadas.

Os prometeicos têm uma expectativa altamente positiva pelas mudanças advindas com a introdução da computação e internet, crendo nas mesmas como poderosas ferramentas, com potencial libertário que reduzirão grande parte dos problemas da humanidade. Para Toffler (1980), a ideia da técnica como indutor e propiciador de democracia e a serviço da coletividade não é recente; mas, a partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, ganhou força no mundo. O autor, que se define como um tecnófilo, afirma que escritores utópicos e filosóficos viam na nascente civilização o potencial para introduzir a paz; a harmonia; o emprego para todos; o igualitarismo de riqueza, ou de oportunidade; e o fim do privilégio baseado no nascimento. Mattelart (2002, p. 23), citando um discurso da época da invenção do telégrafo, confirma a ideia de Toffler:

[...] o fundo dessa invenção pode bastar para tornar possível o estabelecimento da democracia em uma grande população. Muitos homens respeitáveis, entre eles Rousseau, pensaram que o estabelecimento da democracia era impossível nas grandes populações. Como tal povo pode deliberar? [...] A invenção do telégrafo é um novo dado que Rosseau não pode fazer entrar em seus cálculos.

Castells (1999) defende que as novas tecnologias possibilitam a quebra da hegemonia dos grandes grupos econômicos da comunicação (grandes conglomerados de mídia e governos censores) que têm centralizado as mídias tradicionais. Uma comunicação sem restrições, sem intermediários e sem fronteiras geraria nos indivíduos independência de grupos para os representarem; levando-os a um aumento extraordinário da democratização da informação e da liberdade de expressão. Para o autor, a intensa interatividade do ciberespaço, possibilita a qualquer indivíduo encontrar sua destinação nele, e não encontrando, possibilita criar e divulgar suas informações, permitindo a formação autônoma das redes baseada em uma comunicação livre. Toffler (1980), seguindo a mesma linha de raciocínio, destaca a crescente importância da informação como meio de reorganizar os veículos de comunicação, afastando-se da dominação cultural de alguns poucos veículos de comunicação de massa, e recebendo a influência dos novos meios de comunicação interativos e desmassificados.

Levy (1999) enfoca a internet como uma catalizadora da ampliação das capacidades cognitivas humanas, comparando-a com o avanço proporcionado à humanidade pelo surgimento da escrita e, principalmente, da imprensa. Para o autor, haveria o desenvolvimento da criatividade e de novas formas de aprender proporcionados pelo aumento da interatividade através das novas tecnologias, uma vez que gera uma profunda mutação em relação ao saber. A humanidade, ao exercer plenamente o potencial das novas tecnologias, possibilita o estabelecimento de um intercâmbio cultural intenso com troca de experiências coletivas constantes, tornando-se realizável a chamada “inteligência coletiva”. Levy (1999) utiliza o

termo “inteligência coletiva” para designar uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências.

Um exemplo dessa “inteligência coletiva” é a Wikipédia: uma enciclopédia online, criada em 2001, mantida de forma voluntária e colaborativa. Atualmente, está disponível em várias línguas, mantida por milhões de colaboradores ao redor do mundo. A versão portuguesa contém em torno de 697.000 verbetes. Isso demonstra as possibilidades de articulação em rede, embora não seja indicador de qualidade. A interação entre os diversos atores sociais, acadêmicos ou não, que se unem, é que torna possível a produção de uma nova forma de conhecimento aberta, pública e acessível a todos. A própria rede é o fiel da balança para a produção de equilíbrio entre as posições ideológicas e a qualidade dos artigos, evitando que um artigo tendencioso ou de má qualidade continue disponível nela.

Outro exemplo da produção de conhecimento coletivo é o desenvolvimento compartilhado do *software* livre⁹ *Linux*. Os *softwares* livres têm o seu código fonte aberto disponível para qualquer um que desejar conhecê-lo e alterá-lo. O *Linux*, o mais conhecido sistema operacional (*software* livre) para microcomputadores e as suas mais variadas versões de distribuição, todas gratuitas, é produzido de forma colaborativa por milhares de programadores ao redor do mundo. Os resultados desse modo de produção no *software* foram: a falta de proprietários do *Linux*, custo de produção consideravelmente abaixo dos *softwares* proprietários, demanda por computadores com configurações técnicas bem menos sofisticadas, e acima de tudo, não é necessário pagar *royalties*, ou licenças, para seu uso ou instalação. Este é um exemplo claro de como o trabalho colaborativo da rede pode desafiar as lógicas da produção privada, pois ele proporcionou ao *Linux* eficiência e confiabilidade acima dos *softwares* proprietários, conquistando espaço no mercado de sistemas operacionais.

Na visão de Schaff (1990), existe outro ponto positivo com relação ao aumento da interatividade e da comunicação, pois o relacionamento interpessoal e intracultural, mesmo que em idioma não pátrio, contribuiria para a eliminação das barreiras culturais e artificiais

⁹ *Software* livre consiste em qualquer programa de computador que permite uso, cópia, estudos, modificações e redistribuição, desde que observadas determinadas restrições. Opõe-se ao conceito de *software* proprietário, porém, não ao de *software* comercial e, usualmente, sua distribuição é feita mediante a disponibilização do código-fonte do programa pela respectiva licença de *software* livre. Um *software* é considerado livre quando atende quatro tipos de liberdade para o usuário: a liberdade para executar o programa para qualquer propósito; a liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo para as suas necessidades; a liberdade para redistribuir cópias de modo que você possa ajudar outras pessoas; e a liberdade de aperfeiçoar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que a comunidade se beneficie.

entre os seres humanos, e a diminuição da xenofobia cultural, diante do aumento da circulação das informações. O autor acredita que haverá uma evolução no sentido de uma cultura supranacional, que acabará com as perspectivas estreitas e com o provincianismo das culturas locais.

Para Castells (1999), no processo político, a dimensão técnica representada pela consulta às informações públicas disponibilizadas pelos governos, pelo aumento da troca de informações entre os indivíduos, pela possibilidade de implantação de um sistema de consulta permanente aos cidadãos (através de plebiscitos na internet), criação de audiências/conferências eletrônicas, e outros não pensados ainda permitiriam uma reestruturação profunda na esfera pública, com o esgotamento das atuais organizações políticas baseadas na representação e delegação. E as mudanças viabilizadas por esses processos seriam o aumento da participação política dos indivíduos, o fortalecimento dos cidadãos e, finalmente, a criação de uma democracia eletrônica direta e em larga escala.

A ampliação da liberdade de expressão, da interatividade e do diálogo através das comunidades virtuais e, do acesso à informação, resultaria no aumento da participação política, em que os usuários da internet seriam mais bem informados, socialmente mais conscientes e politicamente mais ativos que os cidadãos desconectados da internet. De acordo com Levy (2001), a prática do diálogo nas comunidades virtuais habituará os “novos” cidadãos à discussão e à deliberação pública. Para Assumpção (2002) haveria um grande impacto nas políticas públicas, pois o ciberespaço se transformaria em um locus de interação, no qual os problemas poderiam ser amplamente consultados e discutidos, num intenso processo de debate da concepção, controle e fiscalização das políticas públicas.

Schaff (1990) corrobora com esta ideia de que um conhecimento maior e de melhor qualidade das informações da esfera pública e um aumento da participação política pelos cidadãos resultariam em indivíduos mais fortalecidos, mais esclarecidos e mais instruídos, capazes de serem protagonistas em seus papéis na comunidade e na cultura global. Para o autor, o fim da alienação – atual, dos indivíduos - viria pela abundância de informações, que os libertaria de viverem encarcerados em compartimentos de profissionais, de classe e de nações.

A visão otimista de Levy (1999), Schaff (1990) e Castells (1999) sobre a sociedade da informação defende que haverá um retorno à “Ágora” grega, destronando o sistema representativo atualmente vigente de democracia, proporcionado pela junção de todos os recursos disponíveis das novas tecnologias e pela adoção de uma “democracia eletrônica”, plebiscitária e direta. Levy (1999) defende que a nova democracia eletrônica direta,

proporcionada pelo ciberespaço, deva ser interpretada como o exercício da cidadania, de forma coletiva e participativa, na utilização de uma nova inteligência colaborativa, na elaboração de leis e nas decisões políticas.

[...] A respeito da democracia eletrônica, esclareço que a difusão de propagandas governamentais, o anúncio dos endereços eletrônicos dos líderes políticos ou a organização de referendos pela internet nada mais são do que caricaturas de democracia eletrônica. A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, – tanto quanto possível – a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações, por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos (LEVY, 1999, p. 186).

As novas tecnologias, ao tornarem possíveis aos governantes seu uso em larga escala na forma de referendos populares online, eficientes e eficazes, destruíram os obstáculos para a realização de uma democracia direta como instituição permanente.

As diferentes visões de otimistas e pessimistas sobre os mesmos pressupostos tecnológicos têm desfechos totalmente diferentes, para alguns gerando emancipação, fortalecimento dos indivíduos, libertação de uma sociedade marginalizada de grupos historicamente dominantes e instituição de uma democracia plena, e para outros com consequências justamente ao contrário. Contudo, existem algumas similaridades em seus pensamentos sobre a introdução da sociedade da informação, mas são pontos que extrapolam a questão técnica.

Em um ponto mais central os tecnófilos concordam que as novas tecnologias até que possuem um potencial libertário. Argumentam, entretanto, que a dimensão técnica não se constitui um todo do processo; assim os grupos que historicamente foram dominantes se reordenarão para impedir que esse potencial se concretize. Por sua vez, os tecnófobos reconhecem a fragilidade da teoria ao abordar essa questão, admitindo que as grandes corporações que controlam a indústria e os serviços tentarão manter seu *status*, lutando para conservar suas posições.

Existe uma concordância ainda maior com relação à impossibilidade de implantação de uma sociedade como a idealizada pelos tecnófilos, enquanto o ambiente proporcionado pelo ciberespaço, de interatividade e pluralidade, estiver disponível somente a uma pequena parcela da população. Schaff (1990) afirma que existe um enorme risco de aprofundamento da exclusão social, proporcionada pela divisão entre as pessoas que têm acesso integral às novas tecnologias e as marginalizadas desse processo.

2.5 Variáveis determinantes da exclusão digital

O fato de que nem todos os indivíduos participam dos processos referentes à sociedade da informação gerou nos pesquisadores esforços à busca de um termo que mostrasse essa dimensão; pois, para diversos autores, para o sucesso da sociedade da informação é imprescindível a participação de toda a sociedade nessa empreitada. O termo escolhido no Brasil foi “exclusão digital” que se derivou do inglês *digital divide* e tornou-se relativamente comum nos meios científicos brasileiros. De acordo com Iizuca (2003), o termo em inglês teve sua origem em um artigo de Jonathan Webber e Amy Harmon em, 1995; e popularizou-se durante o ano seguinte devido ao seu uso em discursos do então presidente Bill Clinton e de seu vice Al Gore.

Existe certa dificuldade para um consenso geral, no entanto. Visto que há, também, outros termos com bastante utilização, como: infoexclusão, divisão digital e brecha digital. Winkler (2005) cita que esses termos vêm sendo gradativamente substituídos por outros (inclusão digital, infoinclusão e oportunidade digital), no Brasil e nos Estados Unidos, por possuírem uma formulação mais positiva, focalizando mais o potencial do que os problemas da internet.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são constituídas de dois conjuntos básicos: a questão técnica e a sociocultural. A questão técnica é a reunião de três componentes primordiais no mesmo local e ao mesmo tempo; ou seja, o computador, um meio de comunicação (existem diversas tecnologias para prover este item: linha telefônica, transmissão via radiofrequência, via televisão a cabo e via satélite) e um provedor de acesso à internet. A questão sociocultural tem como foco o ciberespaço e os processos sociais a ele relacionados, tais como as redes virtuais de relacionamento, as comunidades virtuais, a democracia eletrônica, a comunicação instantânea e *online*, entre outros.

A inclusão digital deve considerar seu uso a fim de obter uma maior participação da sociedade, não devendo limitar-se ao acesso a conteúdo e às ferramentas tecnológicas. Anthony Wilhelm (2000) acredita na importância da disponibilização de conteúdos relevantes para as classes menos favorecidas, bem como da necessidade de esforço, pela própria comunidade, na produção de seus conteúdos.

Nos primeiros anos das discussões, quando os estudos ainda estavam em fase embrionária, Silveira (2001) definiu a exclusão digital como sendo a privação das pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. Um foco na questão técnica. A discussão avançou e atualmente são bastante criticadas as definições

que se limitam à abordagem técnica, pois ao limitar a questão somente ao acesso físico às ferramentas e ao conteúdo, as condições seriam insuficientes para gerar a participação plena do indivíduo, como por exemplo, nos processos de inteligência coletiva e democracia eletrônica, conforme defendido pelos otimistas.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entende o termo como a distância existente entre indivíduos, famílias e organizações nas diferentes regiões geográficas e em diferentes níveis sociais tanto em relação às oportunidades de acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como ao uso delas para uma ampla variedade de ações e atividades, simultaneamente.

A mudança pode ser observada inclusive em indicadores mundiais. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas ao elaborar um *ranking* global de comparação entre países sobre o acesso às tecnologias da informação e comunicação utiliza dois quesitos: a capacidade dos indivíduos terem acesso às novas tecnologias (medida em fatores como disponibilidade e qualidade de infraestrutura técnica e preço relativo de acesso) e a capacidade das pessoas em utilizá-las (mensurada pelo nível educacional da população e utilização efetiva da internet).

Outro indicador que reflete essa mudança de pensamento é um indicador chamado no Brasil de Índice de Prontidão ao Acesso à Rede (NRI), elaborado pelo Fórum Econômico Mundial desde 2001, a partir de três componentes, cada um subdividido em outros três componentes. Ele é formado pela combinação de variáveis de ambiente (mede as facilidades que o país oferece para o desenvolvimento e uso das novas tecnologias pelo governo, empresas e infraestrutura), prontidão (mede as potencialidades dos indivíduos, empresas e governos de alavancarem as potencialidades das novas tecnologias) e utilização (mede o grau de uso das novas tecnologias pelos indivíduos, empresas e governos).

De acordo com Winkler (2003), considerando-se essa abordagem ampliada de inclusão digital, alguns autores apontam situações que geram barreiras a sua entrada na sociedade da informação para grande maioria dos excluídos digitalmente. Com base em estatísticas oficiais no Brasil, compiladas no Mapa de Exclusão Digital, e nos Estados Unidos, os autores apontam como barreiras vários fatores, como: renda, escolaridade, idioma, gênero, raça, faixa etária, pessoas com necessidades especiais, repulsa à tecnologia, entre outros.

Neri (2003) ao elaborar o mapa de exclusão digital no Brasil e cruzar dados de instituições como IBGE, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Ciência e Tecnologia, Anatel, Pnud, entre outras, encontrou um agravante à inclusão digital. De acordo com Neri (2003), quanto menor a quantidade de anos de estudo maior será a vulnerabilidade para o uso de internet. Em outras palavras, quanto menor a

escolaridade maior seriam as dificuldades encontradas por esse indivíduo para ter acesso ao computador e conseqüentemente à internet. Àquela época o autor concluiu que a chance condicional de um analfabeto possuir um computador em seu domicílio era de 99,95% menor do que para um indivíduo com mais de 12 anos de estudo; e de possuir acesso à internet era de 99,96% menor. Para o autor o fato é explicado via renda, pois os indivíduos que investem em capital humano, acumulando mais anos de estudo, tendem a receber rendas superiores ao restante da população, potencializando seu capital financeiro e podendo utilizá-lo a fim de adquirir externalidades como internet e computador.

A renda constitui uma barreira muito relevante para o acesso à internet, em casa, para os indivíduos de baixa renda. O Comitê Gestor da Internet no Brasil em seu trabalho anual de levantamento de dados concluiu que o argumento para aqueles que não possuem computador no domicílio baseia-se principalmente no custo elevado, somado à falta de possibilidade de algumas pessoas custearem esse tipo de equipamento (CGI, 2010). Winkler (2005) demonstra que a penetração da internet e do computador é inversamente proporcional às divisões de classes. Enquanto que na classe A existem números comparáveis a países desenvolvidos, os números vão decaindo nas classes B e C, chegando a ser irrelevantes nas classes D e E.

Warschauer (2006) aponta o idioma como uma barreira a ser superada pelos excluídos digitalmente. Contudo, Winkler (2005) faz uma interessante análise sobre esse fator. A autora, após apresentar estatísticas com relação a percentuais de páginas em português e quantidade total de páginas existentes na internet, conclui que apesar dos usuários que dominam o inglês possuírem possibilidades de informações mais amplas, o volume de páginas em nosso idioma é bastante considerável para tornar essa barreira relevante.

O relatório anual Pesquisa TIC Domicílios e Empresas do Comitê Gestor da Internet informa a evolução constante e surpreendente dos indicadores no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil desde o início da série em 2005; entretanto, faz a seguinte ressalva:

[...] já mencionado no quesito acesso à Internet, em 2008 a posição do Brasil também era desfavorável no cenário internacional, com apenas 21% dos domicílios conectados à rede. Quando comparado com países da América do Sul, por exemplo, o Chile possuía 24% e a Argentina, 30%. Comparando-se com países da Europa e Ásia, onde o acesso à Internet encontra-se praticamente universalizado, a distância era ainda maior: Alemanha (75%), Dinamarca (82%), Suécia (84%), Japão (80%) e Coreia (94%) (CGI, 2010, p. 143).

Para indicar a diminuição das diferenças existentes entre os que atualmente têm acesso pleno às Tecnologias da Informação e Comunicação e os que não têm, os gestores públicos passaram a utilizar o termo inclusão digital, com o objetivo de designar a passagem dos

excluídos da sociedade digital para uma sociedade plena, justa, igualitária e democrática. O ex-presidente do Brasil, Luís Inácio da Silva, durante os debates da 5ª Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 2004, declarou que iria fazer da inclusão digital uma poderosa arma de inclusão social; ou seja, para ele a inclusão digital é um vetor de inclusão social.

Carlos Eduardo Zanatta (2003 apud CORRÊA, 2007), um respeitado profissional do setor de telecomunicações, define inclusão digital o fato de oferecer acesso a todas as pessoas que não estejam conectadas ao mundo virtual e, mais do que isso, ensiná-las a utilizar a internet para resolver de forma efetiva problemas do dia a dia. Para todos os estudiosos e envolvidos na questão, inclusão digital não pode ser entendida apenas como oferecer computador; mas, sim, ensinar a utilizá-lo.

Para Martini (2005), inclusão digital objetiva o uso livre da tecnologia da informação, com a ampliação da cidadania, do combate à pobreza, da garantia da privacidade e da segurança digital do cidadão, da inserção na sociedade da informação e do fortalecimento do desenvolvimento local.

Por último, a atual presidenta do Brasil, Dilma Rouseff, em seu programa semanal “Café com a Presidenta” declarou que a internet se tornou um instrumento de desenvolvimento econômico, social e humano. Para fazer do Brasil um país rico, sem miséria e principalmente capaz de oferecer oportunidades para todos os brasileiros, deve-se garantir o mais amplo acesso à internet (BRASIL, 2011b).

Nesse sentido, o Governo Federal vem colocando em prática diversas ações, projetos e programas destinados a este fim. Atualmente, existe o *site* www.inclusaodigital.gov.br onde estão reunidas informações gerais sobre inclusão digital (notícias, eventos, serviços e-gov, programas, ONID, telecentros entre outros) com o objetivo de ser o canal de divulgação dessas ações.

Considerando, contudo, o objetivo tão amplo da inclusão digital (divulgado pelos gestores públicos) e, principalmente, a alta expectativa gerada nessa área, pelos formuladores de políticas públicas, alguns cuidados são necessários para o sucesso das políticas públicas de inclusão digital na sociedade brasileira, como será mostrado a seguir.

2.6 Cuidados que devem acompanhar a inclusão digital

Diversos autores falam das necessidades de preenchimento de alguns requisitos para implantação de ações com o objetivo de inclusão digital. Este trabalho baseia-se nas visões de Sorj (2003) e, especialmente, de Warschauer (2006) como guia nestes cuidados.

Para Sorj (2003), a inclusão digital deve-se preocupar com a universalização dos sistemas telemáticos através de cinco fases distintas e divididas em duas dimensões: a dimensão passiva do acesso e a dimensão potencial de apropriação ativa do conhecimento. As cinco fases estão descritas na Figura 2, tendo as duas primeiras fases relação com a dimensão do acesso e as outras três com a dimensão do conhecimento.

FASE	NÍVEL	DESCRIÇÃO
01	Infraestrutura de acesso	Existência de sistemas de transmissão, como telefone, satélite e uso de fiações telefônica e elétrica.
02	Equipamentos de acesso individual	Existência de computador com modem e linha ligada a um provedor de acesso.
03	Treinamento	Alfabetização digital e capacitação dos indivíduos no uso do computador e Internet.
04	Capacitação intelectual	A possibilidade de utilizar as informações disponíveis na Internet como fonte de conhecimento e desenvolvimento intelectual e profissional.
05	Produção e uso de conteúdo	Criação de conteúdos específicos adequados às necessidades dos segmentos da população.

Figura 2 – As cinco fases da inclusão digital de acordo com Sorj (2003).

Para o autor, as cinco fases são interdependentes entre si, de forma que só se pode alcançar uma fase superior através da satisfação plena da anterior, e a classificação das pessoas conforme seu enquadramento em determinada fase é o que determina uma menor ou maior apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelo indivíduo.

A Figura 3 demonstra a interdependência entre as fases sugerida por Sorj.

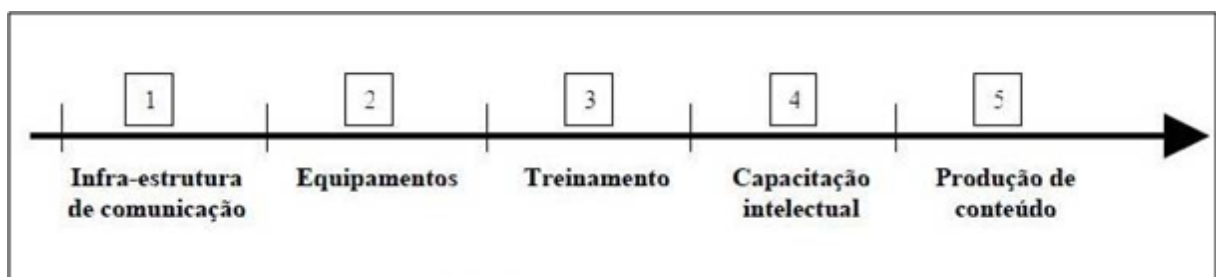


Figura 3 – Interdependência dos níveis de inclusão digital de acordo com Sorj (2003), elaborado por Winkler (2005).

Com relação à fase de infraestrutura de acesso, Sorj (2003) alerta para a diferença existente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, pois naqueles o processo está praticamente concluído, enquanto que nestes a universalização da infraestrutura

é ainda um problema central, em particular nos pequenos vilarejos e zonas rurais, e a banda larga geralmente só é acessível em cidades de porte médio e grande.

Na fase de número 02 (dois), equipamentos de acesso individual, Sorj (2003) explica que, por ser formada por três componentes, a saber, o computador, a linha para conexão e o provedor, então, a residência, o trabalho, a escola e os telecentros transformam-se nos principais locais de acesso individual à tecnologia. O acesso a essa trílogia pela população de baixa renda em um local de conforto e com certa individualidade como, por exemplo, dentro do ambiente familiar, é limitado. Portanto, especial atenção deve ser dada aos telecentros, como forma de disponibilizar esse acesso. Vale ressaltar, oportunamente, a necessidade de apropriação das experiências bem sucedidas a nível internacional na implantação dos telecentros, com a devida adequação às realidades locais como forma de acelerar o processo inclusivo.

Sobre a fase de número 03 (três), treinamento, Sorj (2003) afirma a necessidade urgente da alfabetização digital através dos cursos formais nas escolas de ensino regular, no trabalho ou em cursos privados ou promovidos por ONGs, setor público ou entidades sem fins lucrativos. Ele complementa que a alfabetização pode se dar também através de convivência em contextos em que pessoas próximas estão dispostas a orientar o usuário em casos de necessidade. O autor ainda ressalta que a alfabetização digital deveria se tornar uma disciplina curricular obrigatória, orientada para preparar os estudantes na utilização crítica das novas mídias.

Com relação à fase capacitação intelectual, Sorj (2003) esclarece que a possibilidade de utilizar as informações disponíveis na internet, como fonte de conhecimento e desenvolvimento intelectual, depende da alfabetização e formação intelectual fornecidas pelo sistema escolar. Segundo o autor, o potencial efetivo das novas tecnologias depende de qualificações intelectuais básicas: enquanto para o usuário com limitada competência analítica a internet é um instrumento de informação; para o usuário com maior capacidade analítica e de aprendizado a internet, é um instrumento de conhecimento. Sobre este ponto, Borges (2005) defende que o maior problema da inclusão digital não é a falta de computadores, mas o analfabetismo de informação.

Para o autor a fase de número 05 (cinco), produção e uso de conteúdo, esta mesma produção tem sua determinante na capacitação intelectual de cada usuário para promover a transformação da internet num potencializador de cultura e de criatividade social. Alves (2000) defende que a interação com as novas tecnologias exige uma nova compreensão do mundo, fazendo emergir um novo tipo de inteligência que contemple a pluralidade, a

complexidade, as diferenças e ambiguidades dos sujeitos. Possibilitando, assim, a participação e a colaboração através da multiplicidade de visões de mundo. Dentro desse contexto, a utilização da internet por usuários que passam grande parte do seu tempo *online* para fins de divertimento e comércio eletrônico não atende aos requisitos de participação nesta fase supracitada.

De acordo com Warschauer (2006), o mero fornecimento de computadores não é suficiente para reduzir a lacuna da exclusão digital na sociedade. O acesso significativo às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é muito mais abrangente do que o fornecimento de computadores e conexões à internet. É preciso que as pessoas sejam capazes não somente de acessar as TICs, mas de criar novos conhecimentos a partir de sua experiência prévia. O conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunitárias e institucionais são fatores importantes para proporcionar acesso significativo a novas tecnologias. Dessa forma o autor identifica quatro tipos de recursos associados à tecnologia, essenciais ao acesso e à inclusão: os recursos físico, digital, humano e social.

Os recursos físicos incluem o acesso a computadores e a conexões de telecomunicação. Os recursos digitais dizem respeito ao material digital disponível *online*. Os recursos humanos abrangem questões complexas como letramento e educação. Os recursos sociais referem-se às estruturas comunitária, institucional e da sociedade que apóiam o acesso às TICs.

Segundo Warschauer (2006), existe uma relação interativa entre esses quatro conjuntos de recursos e o uso das TICs, de modo que cada recurso contribui para o uso eficaz das mesmas e, concomitantemente, cada recurso é um resultado do uso eficaz das TICs. Para o autor, a boa utilização dessas tecnologias pode ajudar a ampliar e fomentar esses recursos. Assim, como esses recursos, se bem manejados, podem fomentar um círculo virtuoso que promove o desenvolvimento e a inclusão social.

Sobre esses quatro conjuntos de recursos, é importante observar as seguintes especificações:

a) Recursos físicos

“Embora o acesso pleno à tecnologia de informação e comunicação (TIC) exija mais do que a mera presença de equipamentos e conectividade, ainda persistem questões prementes concernentes ao acesso físico à informática e à internet” (WARSCHAUER, 2006, p. 79).

Segundo o autor, apesar de o acesso à internet apresentar crescimento rápido em alguns países em desenvolvimento, ele permanece altamente estratificado por região. As razões para essa disparidade são diversas e envolvem questões de economia, infraestrutura, política,

educação e cultura. Os países desenvolvidos enfrentam dois desafios quanto ao acesso físico à internet: a necessidade de melhorar a qualidade de acesso e a necessidade de prover acesso mais equitativo entre seus cidadãos.

Nos países em desenvolvimento o desafio é outro. Enquanto os países ricos buscam prover serviço universal, assegurando a todas as pessoas a oportunidade de ter serviço doméstico de internet, os países em desenvolvimento buscam prover acesso universal, assegurando que todas as pessoas tenham a oportunidade de fazer uso da internet em algum lugar.

Warschauer (2006) aponta três questões importantes em qualquer análise dos movimentos formais para o aumento do acesso físico à TIC: disponibilidade de computadores, extensão e disponibilidade das telecomunicações e o provimento de centros públicos de acesso. No Brasil, foi desenvolvido o chamado “computador popular”, que consiste em um computador de baixo custo e de fácil manutenção para a maior parte da população brasileira. A segunda etapa de intervenção envolve as telecomunicações. Essa etapa abrange a expansão da infraestrutura de telecomunicações, em todo o país, e tornar seus custos e s da internet acessíveis para as pessoas.

De acordo com Warschauer (2006), os países desenvolvidos já solucionaram o problema da expansão da infraestrutura de telefonia em todo país. O que acontece na maioria desses países é a desigualdade da infraestrutura no setor de acesso de banda larga. O acesso à internet de alta velocidade está, em geral, mais disponível em áreas urbanas e suburbanas e tem disponibilidade limitada nas comunidades rurais.

Já os países em desenvolvimento enfrentam desafios mais sérios na área de telecomunicações. Um desses desafios é a expansão da infraestrutura e dos serviços de telecomunicações por fio existentes para todo país, tornando estes últimos mais acessíveis aos usuários individuais e avançando para novas formas de conectividade.

Assim como nos países desenvolvidos, um fator importante para enfrentar esses desafios é a competição no setor das telecomunicações. Warschauer (2006) cita o estudo de Scott Wallsten, que analisa o impacto de três fatores – privatização, competição e regulação – no desempenho do setor de telecomunicações. O estudo foi realizado em trinta países africanos e latino-americanos e mostrou que, dos três fatores, a competição era o agente mais efetivo para a melhora do desempenho. A maior competição estava associada aos aumentos da quantidade de linhas telefônicas per capita, da quantidade de telefones públicos e da capacidade geral de conexão. Em relação à privatização, por si mesma, sua única correlação positiva foi em relação ao aumento da quantidade de telefones públicos disponíveis aos

usuários. Quando combinada com um regulador independente, a privatização teve diversas associações positivas, como aumentos da capacidade de conexão, da eficiência da mão de obra e da quantidade de linhas per capita. Os dados deste estudo mostram que a competição é o objetivo real de quaisquer iniciativas destinadas a promover a difusão das telecomunicações, e que essa se estabelece melhor por meio da combinação entre privatização e reforma regulatória efetiva.

“A expansão do mercado e o preço declinante dos computadores e das telecomunicações são essenciais para expandir o acesso mundial à internet” (WARSCHAUER, 2006, p. 110). Ao mesmo tempo deve-se demorar muito para que quase todos os lares tenham acesso à internet, e ainda mais para que, nos países em desenvolvimento, se alcance o serviço universal à internet doméstica. Por isso torna-se necessário aumentar a oferta de conectividade por meio do estabelecimento de locais de acesso público. Os centros de acesso público oferecem oportunidade de uso de computadores e internet sem haver propriedade doméstica de um computador, ou de uma linha telefônica. E a principal função dos mesmos é prover educação ou ajudar no desenvolvimento da comunidade; visto que, geralmente, a qualidade dos computadores é melhor e a velocidade de acesso à internet maior do que a comumente disponível na maioria das casas.

Segundo Warschauer (2006), existem diferenças importantes entre os centros localizados em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento apenas uma pequena porcentagem da população pode arcar com os custos do uso doméstico de computadores e da internet. Por isso, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, os centros de acesso público não são um método auxiliar de acesso à internet; mas, sim, o método principal.

b) Recursos digitais

De acordo com Warschauer (2006), os computadores e a internet não têm muita utilidade sem conteúdo e aplicações que atendam às necessidades dos usuários. A quantidade de conteúdo digital que vem sendo criada na internet não necessariamente satisfaz as necessidades de diversas comunidades ao redor do mundo, e isso traz consequências importantes em relação a questões de inclusão social.

Segundo pesquisas do autor, o conteúdo da internet está esmagadoramente concentrado nas principais cidades dos Estados Unidos e da Europa, com apenas alguns servidores-chave da internet situados no Leste Asiático, no Oriente Médio e na América Latina. Esse desequilíbrio geográfico referente à produção de conteúdo para a internet indica que as

necessidades de conteúdo de diversas comunidades não estão sendo satisfeitas. Sendo assim, os governos, as organizações não-governamentais e os grupos comunitários que procuram utilizar a internet em favor do desenvolvimento social têm que se voltar para a questão da criação de conteúdo digital novo.

Em países como a Índia, onde a maioria da população é constituída por pequenos produtores rurais, o acesso a informações-chave seria muito importante. Muitos desses pequenos produtores desconhecem informações sobre preços correntes dos produtos em mercados próximos. Em resposta a esse problema, vários projetos para internet relativos ao desenvolvimento rural indiano coletam preços de produtos agrícolas e divulgam essas informações em suas intranets. A área da saúde é uma das mais promissoras aplicações de tecnologia de informação e comunicação para o desenvolvimento das telecomunicações. Também na Índia, os centros de conhecimento dos povoados são utilizados para divulgar informações relacionadas à saúde pública para a zona rural. Entre essas informações estão tópicos como cuidados pré-natais e pós-partos, vacinação infantil, doenças tropicais e serviços de saúde local e regional.

Conforme Warschauer (2006), a maioria das pessoas precisa deixar sua comunidade na zona rural para aprimorar a educação. Na maioria das vezes, as informações sobre locais de estudo e exigências de admissão são difíceis de obter em áreas remotas. Nesse caso, a internet é uma forma de coletar informações sobre escolas, cursos, taxas, programas e exemplos de questões dos exames de admissão. Outra situação em que a internet contribui é a preservação da língua e da cultura das minorias. Nos países em desenvolvimento, os grupos urbanos e rurais de baixa renda muitas vezes precisam de recursos para expressar e partilhar sua própria cultura comunitária. As publicações *online* proporcionam uma mídia excelente para o compartilhamento de conteúdo localmente desenvolvido, já que é menos dispendioso produzir na internet do que por meio de material impresso, televisão ou rádio.

Para o autor, o desenvolvimento bem-sucedido do conteúdo *online* requer a participação ativa das comunidades que vão utilizar esses materiais. Existem três maneiras pelas quais essa participação é alcançada: a avaliação das necessidades, o desenvolvimento de bancos de dados e a produção de conteúdo. A abordagem da Participatory Rural Appraisal (PRA), Avaliação da Participação Rural, é um modelo de como a comunidade pode se envolver na ajuda da definição e da determinação das suas próprias necessidades. A PRA emprega grupos com focos específicos, entrevistas, levantamentos feitos de porta em porta e exercícios específicos de participação para maximizar o envolvimento da comunidade na definição das suas necessidades.

“Outra área importante referente ao conteúdo *online* envolve listagens, mapas e bancos de dados dos recursos da comunidade local. A própria comunidade deve se envolver prioritariamente na coleta e no mapeamento desses dados” (WARSCHAUER, 2006, p. 129). Por fim, a terceira área de envolvimento comunitário é o desenvolvimento de conteúdo específico. Notícias, eventos, cultura ou quaisquer outros itens de interesse ou preocupação podem ser desenvolvidos através do treinamento de grupos de moradores da comunidade.

Existe também uma grande disparidade com referência à representação de línguas *online*. O que configura um dos problemas mais complexos e significativos relacionados com o conteúdo e com as questões das TICs e da inclusão social. O predomínio do inglês, tanto na internet como em diversas outras mídias internacionais e foros de comunicação, levou ao surgimento de conceitos como o “inglês global”. A ascensão do inglês global representa a necessidade de um meio internacional de comunicação para a troca global econômica, política e social.

De acordo com o autor, um dos primeiros estudos publicados em relação à língua da internet foi realizado em 1997, e indicou que cerca de 81% dos *websites* internacionais eram em inglês. Em 2000, essa porcentagem caiu para 68%, sendo ainda uma maioria considerável e desproporcional em relação à quantidade de falantes do inglês no mundo.

Warschauer (2006) acredita que a longo prazo é bem possível que o inglês não seja mais a língua dominante da internet, seja por causa do enfraquecimento do inglês como língua global, quer por causa do desenvolvimento de técnicas de tradução automática aperfeiçoadas. Porém, num futuro próximo, uma porcentagem desproporcional dos *websites* mundiais serão em inglês, o que funciona como um fator limitante de acesso ao conteúdo da internet.

Os recursos físicos são pouco significativos quando apresentam suficiente conteúdo digital relevante para as pessoas e, principalmente, na língua das suas comunidades. A produção de conteúdo mais importante é muitas vezes realizada pelas próprias pessoas das comunidades envolvidas, e isso demanda letramento e educação.

c) Recursos humanos

De acordo com Warschauer (2006), o letramento e a educação em massa servem para acelerar o desenvolvimento econômico e assim criar condições para uma tecnologização maior da sociedade. Individualmente, a educação e o letramento também são importantes, pois as habilidades de leitura, escrita e pensamento continuam sendo decisivas para a capacidade de utilização da internet. A simples existência da internet não criará pesquisadores

ou buscadores de conhecimento se as pessoas não tiverem a base ou as habilidades necessárias.

Segundo o autor, toda atividade humana é mediada por ferramentas. Essas ferramentas facilitam a ação que não poderiam ter ocorrido sem elas, e além disso, ao serem incluídas no processo comportamental, alteram o fluxo e a estrutura das funções mentais. São ferramentas do letramento a própria língua, assim como diversos artefatos físicos, como papiro, códice, livro, lápis, papel ou máquina de escrever. O desenvolvimento de cada uma dessas ferramentas tem tido grandes consequências na prática do letramento.

O letramento eletrônico abarca diversos outros letramentos genéricos da era da informação, incluindo aqueles por via do computador, e os letramentos informacional, multimídia e comunicacional mediados por computador. O valor do letramento informacional provém do desenvolvimento da informática e da internet e, também, da sociedade de informação mais ampla. Os letramentos informacionais envolvem tanto o conhecimento específico do uso do computador como habilidades de letramento crítico mais amplas. Warschauer (2006) afirma que existem várias habilidades e entendimentos envolvidos na utilização das TICs para localizar, avaliar e utilizar as informações, entre elas inclui a capacidade de:

- desenvolver boas perguntas de pesquisa;
- determinar os lugares mais prováveis para procurar informações relevantes;
- selecionar a ferramenta de busca mais apropriada;
- salvar e arquivar as informações localizadas;
- citar as informações localizadas.

Para Warschauer (2006), existe uma grande diferença entre informação e conhecimento. E para tanto, o letramento informacional é essencial para a capacidade de transformar a primeira no segundo. Esse letramento está distribuído de modo desigual na sociedade e por isso seu fomento deve ser um objetivo importante para projetos que buscam promover a inclusão social.

Warschauer (2006) se refere a dois modelos com base social em relação ao ensino e ao aprendizado: o aprendizado localizado e a pedagogia crítica. O aprendizado localizado consiste em auxiliar os estudantes a tornar-se parte integrante das comunidades de aprendizado e em criar situações relevantes, proporcionando oportunidades para os estudantes. A pedagogia crítica enfatiza o papel dos alunos na definição dos seus próprios problemas, com base em necessidades e questões enfrentadas por suas famílias, comunidades,

etc., e no enfrentamento desses problemas por meio da crítica e da ação como parte do processo educacional. Esses dois conceitos são muito importantes para o entendimento do relacionamento das TICs com a educação, especialmente quando se consideram programas que buscam promover a inclusão social de grupos marginalizados.

Segundo o autor, a tecnologia é de grande valia para os alunos quando não é o único ou o principal foco do ensino e do aprendizado. No entanto, por meio do uso do computador e da internet no enfrentamento de problemas significativos e no trato de situações de injustiça social, os educadores podem ajudá-los a dominar o vasto conjunto de letramentos necessários para a era da informática. O letramento e a educação podem ser favorecidos pela utilização da tecnologia, mas não somente pelo fornecimento de *hardware*, *software* e conexões. A organização da tecnologia em favor de maior igualdade, inclusão e acesso depende da mobilização dos alunos, educadores e comunidades, exigindo que a tecnologia seja usada de maneira que atenda a seus interesses.

d) Recursos sociais

“O capital social pode ser definido como a capacidade dos indivíduos de acumular benefícios por meio da força dos seus relacionamentos pessoais e da associação em redes e estruturas sociais específicas” (WARSCHAUER, 2006, p. 208). As relações sociais que as pessoas mantêm com a família e com a comunidade podem proporcionar informações, influência, referências sociais e auxílio.

Para o autor o relacionamento entre a internet e o capital social, baseia-se no fato de que o capital social é um importante fator na obtenção de acesso à informática e à internet. A entrada no mundo da informática é relativamente complexa, pois envolve decisões sobre a compra de um computador, sua configuração, instalação, utilização, entre outros. A maioria das pessoas acredita que suas redes sociais podem oferecer suporte em relação a isso tudo. A questão mais importante, porém, é se o uso da internet amplia o capital social das pessoas. Warschauer (2006) afirma que a suposição natural é que a resposta seja afirmativa, já que a internet fornece maiores oportunidades para comunicação e associação com grande quantidade de pessoas.

Há, no entanto, diversos fatores envolvidos na relação entre capital social e a utilização das TICs, incluindo diversos motivos pelos quais a internet pode não promover o capital social. Um deles é que a ausência da interação face a face que proporciona uma forma mais rica de comunicação e apoio do que a interação *online*. Na medida em que a comunicação

online substitui ao invés de complementar a interação face a face, ela pode enfraquecer o capital social.

De acordo com Warschauer (2006), as iniciativas para fazer uso das TICs para fomentar o capital social ocorrem em três níveis: micronível, macronível e mesonível. Há duas abordagens relativas à utilização da internet para promover o capital social referente ao micronível. A primeira é a abordagem da comunidade virtual e a segunda é a abordagem da informática comunitária. Devido à interseção entre a comunicação *online* e outros meios de estabelecimento de rede social, e por causa das limitações da interação *online*, as abordagens baseadas apenas em comunidades virtuais para promover a inclusão social são imprudentes. Geralmente, as abordagens bem-sucedidas combinam estabelecimento de rede *online* e interação face a face. A informática comunitária parte da perspectiva de que as TICs podem, sim, fornecer um conjunto de recursos e ferramentas do qual os indivíduos possam utilizar para fornecer acesso à administração e ao processamento das informações. E, conseqüentemente, num momento posterior, ajudar os indivíduos e as comunidades a ir no encalço dos objetivos relativos ao desenvolvimento econômico local, a assuntos culturais e iniciativas baseadas na comunidade.

O capital social no macronível refere-se ao modo como as estruturas sociais das grandes instituições fornecem apoio aos indivíduos e à sociedade. A eficaz aplicabilidade da TIC pode ajudar a criar um círculo virtuoso de acesso crescente às informações e aos recursos governamentais, bem como menor marginalização e aumento ainda maior do acesso. Para isso, é necessário que os programas de governo eletrônico sejam cuidadosamente planejados.

O mesonível situa-se entre os dois primeiros e é equivalente às associações de voluntários e às organizações políticas que dão às pessoas a oportunidade de estabelecer alianças, criar obras conjuntas e defender coletivamente seus interesses. Warschauer (2006) acredita que o envolvimento em redes *online* não substitui o apoio de familiares e amigos. No entanto, ele oferece uma oportunidade para a criação e a manutenção de todos os tipos de associações benéficas, que possam vir a enriquecer a vida e a sociedade.

Em qualquer um desses níveis, o capital social pode ter uma influência importante sobre a capacidade de indivíduos ou grupos utilizarem a TIC. As estratégias que levam em consideração a natureza do acesso, reconhecem a interação entres as comunicações face a face e *online*, e combinam a internet com o conjunto de outras mídias proporcionando, assim, melhores oportunidades para o aumento da inclusão social por meio do emprego da TIC.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL

3.1 Panorama da inclusão digital no Brasil

Segundo Erthal e Ritto (2010) – citando Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que acompanha, ano a ano, a evolução de hábitos e condições de vida no país – 2009 foi o ano de acesso à internet para 12 milhões de pessoas em todo o Brasil. Esse número elevou para 67,9 milhões o contingente que declarou já ter usado a *web* – um crescimento de 21,5% em relação a 2008. No Sudeste, região que lidera a expansão, em 2009, o patamar de habitantes que declararam ter usado um computador com conexão à grande rede chegou a 48,1%. As regiões Norte e Nordeste, com 34,3% e 30,2%, respectivamente, de moradores que já se conectaram, têm os índices mais baixos. Os autores citam que pesquisa considera como “acesso” à internet quem respondeu ter usado a rede nos três meses anteriores à entrevista.

Para os autores, o avanço da internet ocorre principalmente entre os jovens. Porém, desde 2005, o percentual de pessoas com mais de 50 anos que declararam ter utilizado a internet saltou de 7,3% para 15,2%.

Na opinião do secretário executivo da ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI), o maior acesso à internet é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país e ajuda o mesmo a encurtar a distância em relação às nações mais desenvolvidas (ERTHAL; RITTO, 2010).

No entanto, ainda há muito por se fazer. Segundo os autores que citam dados do ranking de 2009 e 2010, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, põe o Brasil na 61ª posição global em preparo para usar as novas tecnologias de informação e comunicação – considerando ambiente regulatório, empresarial e de infraestrutura; preparo de indivíduos e pessoas; e tecnologias disponíveis. Os líderes são a Suécia e os Estados Unidos que aparecem em quarto lugar. Na América do Sul, o país perde para Chile (40º), Uruguai (57º) e Colômbia (60º).

Segundo dados da PNAD de 2008, o domicílio de morada lidera os acessos à internet no Brasil, com 57,1% dos usuários. O segundo meio mais utilizado foram as *lan-houses*, com 35,2% (IBGE, 2009). Para o secretário executivo do CDI, “são as *lan-houses* a porta de entrada para as classes C e D no mundo da internet”. Recentemente, a instalação de pontos de acesso sem fio gratuitos (Wi-Fi) em áreas como o Morro Dona Marta, no Rio, ampliou as

possibilidades de conexão para a população de baixa renda. No entanto, o secretário executivo do CDI critica esse modelo de expansão da rede e acredita que falta uma política pública de inclusão digital sustentável que preveja o acesso à capacitação contínua; a disponibilização de serviços (como empreendedorismo); pontos de acesso e cuidado com o lixo tecnológico (ERTHAL, RITTO, 2010).

Segundo Goulart (2011), de acordo com estudo que revelam dados divulgados neste mesmo mês pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização que reúne os países mais desenvolvidos do mundo, a inclusão digital dos alunos do ensino básico ainda é um grande desafio para o Brasil. De acordo com o levantamento, as escolas brasileiras oferecem, em média, um computador para cada 6,25 estudantes. O número rende ao país o posto de terceira pior colocação no ranking, à frente apenas de Tunísia e Indonésia. A Austrália é o primeiro país da lista, que inclui 65 nações, onde a oferta é de 1,03 alunos por computador. Na China, a média é de 1,75, enquanto a média dos países-membros da OCDE é 1,69. Na Colômbia, o mais bem colocado da América Latina, a média é de 2,85 alunos por máquina.

O estudo mostra ainda que 53,3% dos estudantes brasileiros analisados declararam ter um computador em casa. A estatística é 129% maior que em 2000, quando apenas 23,2% afirmaram possuir o equipamento. Apesar do crescimento expressivo, o país ainda está longe das nações mais ricas.

De acordo com esse estudo, o acesso à internet em casa também cresceu. Em 2000, apenas 16,8% dos estudantes disseram acessar a rede mundial de computadores em casa. Em 2009, foram 58,3% – um crescimento de 247%. Nesse quesito, a média dos países da OCDE atingiu 88,9%.

Apesar do crescimento, as diferenças sociais permanecem: somente 15,5% dos estudantes que pertencem ao quarto mais pobre da população afirmaram ter computador em casa. Entre o quarto mais rico, esse número atinge 86,9%. Quanto ao acesso à internet em casa, 27,2% dos estudantes que pertencem ao quarto mais pobre da população acessam a internet de casa, em contrapartida aos 88% do quarto mais rico o fazem.

Em entrevista ao programa de rádio Café com Presidenta, a presidenta Dilma Rousseff, falou da necessidade de garantir o mais amplo acesso à internet para que o Brasil se torne um país rico e sem miséria. Durante o programa do dia 12 de setembro de 2011, ela falou sobre a política de expansão da rede de internet no país. Segundo a presidenta, há um acordo entre o governo e as operadoras de telefonia para que a internet popular chegue a todos os municípios brasileiros, no máximo, até 2014 (BRASIL, 2011b).

Na entrevista, Dilma frisou que em mais de 59 mil escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio há conexão gratuita, além dos Telecentros, que estão localizados principalmente em comunidades pobres. A presidenta também afirmou que para expandir a rede de internet no país é preciso que se invista em infraestrutura, razão pela qual o governo reativou a Telebrás.

Outro ponto abordado pela presidenta foi a expansão da rede de telefonia e internet para o campo, nos moldes do programa Luz para Todos. De acordo com Dilma, o governo está preparando licitações para contratar a oferta de telefonia e de internet para as áreas rurais, de forma a alcançar a meta do governo de ter 70% das residências do país conectadas à internet.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou no dia 5 de setembro de 2011, em Brasília, o 15º Boletim Radar - Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, que reúne estudos sobre a inclusão digital no país. A partir desse boletim, o técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, Rodrigo Sousa, avaliou aspectos sociais, regionais e econômicos que podem impactar as metas definidas no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), apresentando propostas de políticas públicas para acelerar a inclusão digital no país.

De acordo com Sousa (2011), as discussões anteriores ao lançamento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) no Brasil revelaram cenário em que a banda larga aparece atrasada não só em relação às economias mais avançadas, mas também em relação a seus vizinhos latino-americanos. O diagnóstico revelou que o acesso à internet em banda larga no Brasil custava caro, as velocidades eram bastante inferiores às de países desenvolvidos e a concentração da oferta do serviço em grandes centros urbanos reproduzia a má distribuição de renda e infraestrutura do país. Além disso, face aos grandes investimentos para o setor anunciados pelos países desenvolvidos, em 2009, como parte de seus pacotes anticrise, o Brasil tendia a permanecer cada vez mais distante destas nações nos indicadores relacionados ao desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Segundo avaliação do técnico do Ipea, entre as principais razões que explicavam esse quadro, destacam-se duas: a falta de investimentos públicos e a ausência de políticas para a coordenação do setor, desde a privatização do sistema de telecomunicações, em 1998. Diante das lacunas deixadas pelo Estado, o setor privado organizou-se de forma a atender seletivamente os clientes de alta rentabilidade: em geral famílias de alta renda residentes em grandes centros urbanos. Além disto, buscou explorar a complementaridade entre telefonia fixa e acesso à internet em banda larga, de modo a reduzir a erosão das receitas dos serviços de voz tradicionais, decorrente do processo de substituição iniciado pela telefonia móvel e acelerado pela oferta de serviços de comunicação de voz sobre internet protocol (IP) –

conhecidos como VoIPs. A competição, portanto, ficou limitada a poucas cidades brasileiras e à oferta de pacotes combinados de dois ou três serviços (*dual-play* ou *triple-play*), o que foi amplamente aceito nas camadas sociais de maior renda, mas não atendia à demanda das famílias mais pobres.

De acordo com Sousa (2011), os aspectos a serem considerados na elaboração de políticas para promover a inclusão digital podem ser resumidos em três: a disponibilidade de acesso; a existência de conteúdo adequado; e a capacitação dos usuários. O primeiro é caracterizado pela necessidade de garantir ao usuário condições mínimas de acesso à infraestrutura de telecomunicações. Nesse quesito, incluem-se tanto a aquisição de computadores, telefones celulares, *smartphones*, *tablets* e outros dispositivos para acesso à internet, quanto a disponibilização do próprio sinal de internet a preços acessíveis aos usuários.

O segundo aspecto refere-se primeiramente à existência de conteúdo. Além disso, este precisa ser adaptado às necessidades especiais dos usuários (acessibilidade), estar adequado à plataforma de acesso (usabilidade) e ter linguagem acessível e apropriada (inteligibilidade), sendo fácil para interagir, usar e compreender.

Finalmente, o terceiro aspecto diz respeito à capacitação de usuários (letramento digital), bem como de profissionais de apoio, e está relacionado às competências cognitivas exigidas para a boa utilização de equipamentos e aplicativos. A capacitação deve ocorrer não só na dimensão de conhecimento das ferramentas digitais, mas também na dimensão comportamental, gerando interesse e despertando confiança no usuário.

A primeira versão do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) foi anunciada pela Casa Civil da Presidência da República, no dia 5 de maio de 2010. Nas suas projeções iniciais, o plano almejava levar o serviço de banda larga ao preço de R\$ 29,00 para cerca de 35 milhões de domicílios em 2014, o que equivalia a uma densidade aproximada de 60% das residências. Essa primeira versão procurou tratar de uma série de questões para solucionar o problema da exclusão digital. Entre elas, a reformulação de normas para infraestrutura; a revisão da regulamentação dos serviços; a concessão de incentivos fiscais e financeiros; a elaboração de uma política produtiva e tecnológica; a construção de uma rede nacional e, finalmente, a promoção de conteúdos e aplicações. Apesar do grande avanço das discussões, o debate permaneceu centrado em soluções voltadas para ampliar a oferta da banda larga fixa e o aumento da concorrência para o mercado de atacado (SOUSA, 2011).

Os demais aspectos da inclusão digital entraram marginalmente nas discussões: o aumento da disponibilização de equipamentos para acesso à internet restringiu-se à

desoneração tributária de *modems* para a banda larga móvel; a produção de conteúdo permaneceu em fase inicial de formulação; e a capacitação dos usuários sequer foi tratada naquele momento. Com a mudança de governo, ocorrida em 2011, a agenda política, também, se modificou. Após intensas e demoradas negociações com as concessionárias de telecomunicações, que envolveram discussões sobre as condições de renovação dos contratos de concessão e as regras para o III Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), o Ministério das Comunicações anunciou, no final de junho de 2011, nova versão para o PNBL (SOUSA, 2011).

Segundo Sousa (2011), essa segunda versão obteve alguns avanços em relação ao PNBL original. No entanto, as recentes melhorias não incorporaram os já mencionados aspectos para aceleração da inclusão digital, nem se estenderam ao preço, que permanece igual ao estabelecido na sua primeira versão. Assim, o novo plano ainda mantém o objetivo de oferecer o serviço de banda larga por valor mensal, que varia entre R\$ 29,00 – nos estados que aprovarem a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), e R\$ 35,00 nos demais. Fato esse que traz, pelo menos, duas revelações. Primeiro, demonstra o enorme desafio técnico, econômico e político que é viabilizar a oferta de um serviço de banda larga com nível satisfatório de qualidade a preço abaixo de R\$ 30,00. Segundo, indica que o alcance do PNBL depende também do ânimo e do caixa dos governos estaduais.

A partir dos dados obtidos na pesquisa, o técnico do Ipea coloca algumas propostas de políticas públicas complementares ao PNBL. Primeiro, é necessário estimular a aquisição de computadores pelas classes C, D e E. Como não existem mais desonerações fiscais possíveis na esfera federal, os governos estaduais precisam participar do esforço para a inclusão digital, com redução nas alíquotas de ICMS. Outra possibilidade é a ampliação do financiamento para aquisição de computadores com juros subsidiados ou, até mesmo, a criação de subsídio direto ao cidadão. Segundo, é preciso investir na formação dos usuários. Isto pode ser feito por estímulos à criação de cursos para capacitação e ampliação de vagas em cursos já existentes. Por fim, o atendimento às áreas rurais e pequenas cidades depende apenas de planejamento e coordenação do investimento para ampliação da infraestrutura.

De acordo com o técnico do Ipea, esse segundo desafio está relacionado com a população que não foi considerada no PNBL, em nenhuma das suas duas versões. Essa parcela populacional corresponde a 24 milhões de domicílios, que por sua vez corresponde a mais de um terço da população brasileira. Ainda que haja percentual da população que, voluntariamente, dispense a fruição do serviço de banda larga e que exista um potencial

aumento da demanda pelos efeitos mencionados anteriormente, ainda restariam, pelo menos, 16,5 milhões de domicílios sem atendimento – ou seja, mais de um quarto da população brasileira. Essa demanda potencial desatendida seria formada por basicamente famílias com renda inferior a cinco Salários Mínimos (SMs), nos valores atuais, sendo que quase 11,5 milhões de domicílios estariam concentrados na faixa de até dois SMs.

3.2 Ações, programas e projetos de iniciativa do Governo Federal

No Brasil, como dito, o primeiro programa efetivamente elaborado sobre inclusão digital foi o ProInfo¹⁰, criado em 1997, antes do governo deflagrar o plano nacional para atender às demandas da sociedade da informação.

O pontapé inicial para a criação do Programa Sociedade da Informação foi dado por um decreto no ano de 1999 que designou o Ministério da Ciência e Tecnologia como coordenador desse processo. Sob a coordenação do Ministério, o detalhamento da proposta foi confiado a um Grupo de Implantação, composto por representantes do governo, setor privado, comunidade acadêmica e terceiro setor (TAKAHASHI, 2000). Por sua vez, o Grupo de Implantação, sob a coordenação de Tadao Takahashi, lançou, em 2000 a proposta brasileira para a sociedade da informação, em uma publicação chamada de Livro Verde.

Apesar de ter sido o marco inicial de uma proposta estruturada com vistas ao desenvolvimento da sociedade da informação, os conceitos do Livro Verde não se transformaram em uma referência a ser seguida pelo governo, pois, como explica Corrêa (2007), não houve o lançamento do Livro Branco¹¹.

Desde o lançamento do Livro Verde, o Governo Federal desencadeou várias frentes de trabalho, visando à criar condições para o desenvolvimento da sociedade da informação. Do início até os dias atuais houve uma grande evolução de conceito, de formato e da operacionalização dos programas de inclusão digital (CORRÊA, 2007), levando-se em conta os primeiros programas implantados. Segue-se abaixo uma visão geral das ações, programas e projetos gerados pelo Governo Federal.

¹⁰ O ProInfo foi criado pela Portaria 522/MEC, de 09 de abril de 1997.

¹¹ O Livro Branco seria o ápice das propostas do Grupo de Implantação o qual contemplaria a evolução dos conceitos e discussões do Livro Verde chegando até ao nível de ações concretas para promover a sociedade da informação no Brasil.

Atualmente, existem vinte e dois programas que estão em fase de implantação/execução, de acordo com informações do Governo Federal no Portal da Inclusão Digital¹².

Em 2010, no final do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado, a pedido do presidente, um balanço de governo do período 2003-2010, a fim de registrar em cartório a relação completa de todas as ações empreendidas pelo Governo Federal a partir de 2003 (BRASIL, 2010). O documento tem uma parte destinada somente à inclusão digital, entretanto, não contempla todos os vinte e dois programas listados no Portal. Por outro lado, apresenta alguns outros que não estão no *site*. Somados os dois locais, há um total de trinta e dois programas.

O Balanço de Governo 2003-2010 apresenta uma divisão dos programas em quatro eixos, que serão utilizados neste trabalho: acesso às tecnologias de informação e comunicação; telecentros comunitários; inclusão digital nas escolas; e massificação de banda larga. Segue, na Figura 4, os programas oficiais do Governo Federal acerca da inclusão digital.

¹² O Portal da Inclusão Digital é o local de mapeamento de informações sobre inclusão digital que tem em um único endereço links, notícias, eventos e materiais relativos ao tema (www.inclusaodigital.gov.br).

Programas oficiais de inclusão digital do Governo Federal		
Eixo	Item	Programa/Projeto/Ação
Acesso às tecnologias de informação e comunicação	01	Computador para Todos
	02	Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC)
	03	Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac)
Telecentros comunitários	01	Computadores para Inclusão (CI)
	02	Oficina para Inclusão Digital
	03	Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID)
	04	Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR)
	05	Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital
	06	Kit Telecentro
	07	Centro de Acesso à Tecnologia para a Inclusão Social (Catis)
	08	Cidade Digital para Convergência Social
	09	Territórios Digitais
	10	Casa Brasil
	11	Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT)
	12	Telecentros de Pesca - Maré
	13	Pontos de Cultura - Cultura Digital
	14	Programa SERPRO de Inclusão Digital (PSID)
	15	Quiosque do Cidadão
	16	Telecentros do Banco do Brasil
	17	Telecentros de Informação e Negócios (TIN)
	18	Programa Estação Digital
Inclusão Digital nas Escolas	01	Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)
	02	Portal Domínio Público
	03	Linux Educacional – solução em software livre
	04	Programa Banda Larga nas Escolas
	05	Portal do Professor
	06	Banco Internacional de Objetos Educacionais
	07	Projeto ProInfo
	08	Programa Um Computador por Aluno (Prouca)
	09	Computador Portátil para Professores
	10	e-ProInfo - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
Massificação de Banda Larga	01	Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

Figura 4 - Programas oficiais de inclusão digital do Governo Federal, elaborado a partir de informações publicadas no *site* www.inclusaodigital.gov.br e no Relatório BRASIL (2010).

Em abril de 2011, o Governo Federal deu mais um passo na política de inclusão digital, reestruturando o Ministério das Comunicações e criando a Secretaria de Inclusão Digital. A criação dessa secretaria objetiva a coordenação e articulação centralizada de todos os programas de inclusão digital, e a colocar em prática o Programa Nacional de Banda Larga (BRASIL, 2011a).

É evidente que com essas mudanças haverá reestruturação de programas, entretanto, para que não haja confusão, o recorte dos programas aqui listados, obedece às configurações disponíveis até setembro de 2011.

Com o objetivo de proporcionar um conhecimento mais detalhado do assunto, reproduzem-se a seguir todos os programas/projetos/ações listados no Balanço de Governo 2003-2010. A caracterização de cada programa está baseada nas descrições existentes no Portal de inclusão digital, em *sites* oficiais dos referidos programas, em notícias de divulgação e no relatório elaborado para esse fim, disponíveis na internet.

Diante das dificuldades na busca pela integralidade dos projetos, programas e ações oficiais de inclusão digital, bem como de seus fins, as informações aqui reunidas podem servir como um guia para que gestores municipais tenham conhecimento dos diversos programas de inclusão digital, colocados à disposição dos diversos segmentos da sociedade, inclusive dos municípios, contemplando a descrição dos objetivos a serem alcançados por cada programa lançado. A seguir serão apresentados sinteticamente os programas listados na Figura 4.

a) Programas de acesso às tecnologias de informação e comunicação

Esse eixo abrange as ações governamentais desenvolvidas para criar oportunidades; acelerar o desenvolvimento econômico e social; promover a inclusão digital; reduzir desigualdades sociais e regionais; promover a geração de emprego e renda; ampliar os serviços de governo eletrônico; facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado, promovendo a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e de comunicação; e para aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileira e do bloco Mercosul.

1. Computador para Todos¹³

O projeto, que teve início em 07 de junho de 2005, é uma articulação do Governo Federal com a iniciativa privada, possibilitando à população o acesso a computadores de qualidade (configuração pré-definida, *software* livre e acesso à internet) a preço subsidiado. Oferece às empresas participantes isenção de impostos (ISS/IPI) e ao cidadão a alternativa de adquirir o equipamento através de financiamento.

Objetivos

- Ampliar a inclusão digital, oferecendo à população acesso facilitado ao computador, a partir da definição de um preço limite e uma configuração básica.

¹³ Site oficial do programa: http://www.computadorparatodos.gov.br/projeto/index_html.

- Oferecer suporte técnico para resolver problemas com *hardware*, defeitos de fabricação e também para o uso dos aplicativos.
- Desenvolver a cadeia produtiva de informática brasileira, inibindo a ação do mercado “cinza”, que não paga impostos nem contrata mão de obra com garantias trabalhistas.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Presidência da República
- Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior
- Ministério da Ciência e Tecnologia
- SERPRO

Público Alvo

Este projeto tem dois públicos alvos: as empresas privadas, fabricantes de computadores, que querendo participar devem cumprir o Processo Produtivo Básico – nos termos das Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001 – e a população em geral que tem a sua disposição para compra, computadores de qualidade a um preço máximo fixado e linha de financiamento criada pelo BNDES com recursos do FAT para esse fim específico.

2. Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC)¹⁴

O projeto foi criado em 2006 para implantar um plano nacional de difusão de *software* não proprietário e de código fonte aberto. O programa disponibiliza gratuitamente através da internet, *downloads* de programas para computador de uso livre (*software* livre), cursos online à distância, apostilas e vídeos.

O projeto serve de instrumental básico para várias outras iniciativas de inclusão digital, tais como: Casa Brasil, Rede Nacional de Formação Digital para inclusão digital, Telecentros comunitários nas escolas, pontos de cultura, Gesac e outros. Possibilita a educação tecnológica do público alvo baseada em produtos livres, viabilizada por meio do acesso irrestrito ao estudo e à pesquisa de material já disponível e em material elaborado por pesquisadores e jovens universitários, permitindo a formação e qualificação de servidores públicos, professores, alunos e cidadãos em geral.

O projeto conta com quatro eixos de ação. Primeiro, a qualificação em tecnologias livres e outras de interesse do Estado. Os meios para esta qualificação foram conseguidos através de associação entre empresas privadas, centros de pesquisa e governo, com vistas à

¹⁴ Site oficial do programa: <http://www.cdtc.org.br/> e Relatório BRASIL (2010).

criação de material didático e manutenção de monitores, que realizam tarefas de pesquisa, monitoria e programação em *software* livre, a qual permite a qualificação de milhares de pessoas.

Segundo, a emissão de certificação gratuita de conhecimento. O usuário do CDTC, após estudo do material disponível e a consequente habilitação em determinado curso, verificada por meio de realização de prova de certificação, poderá, a partir de 2011, obter gratuitamente sua certificação naquele curso.

O terceiro eixo é o apoio à formação de mercado internacional baseado em tecnologias livres. Esse instrumento disponibiliza um banco de dados de habilidades técnicas dos usuários (técnicos e monitores) do CDTC, disponíveis para os países do bloco do Mercosul, com vistas a serem contratados por razões de suas habilidades e conhecimento.

Por último, soluções em *software* livres para uso do Estado e do cidadão. Com a participação da Universidade de Brasília (UnB), e outras interessadas no projeto, são elaborados produtos livres para migração de *software* proprietário para *software* livres nas instâncias governamentais e setor privado.

Objetivos

- Identificar e mobilizar grupos de formadores de opinião, entre os servidores públicos e agentes políticos da União.
- Estimular e incentivar o mercado nacional a adotar novos modelos de negócio da tecnologia da informação e novos negócios de comunicação com base em *software* não proprietário e de código fonte livre.
- Oferecer qualificação para técnicos, profissionais de suporte e funcionários públicos usuários de computadores.
- Criar grupos para qualificar outros funcionários públicos a atuarem como incentivadores e defensores de produtos de *software* não proprietário e código fonte livre.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Instituto Nacional de Tecnologia de Informação, instituição sob a jurisdição da Casa Civil.

Público alvo

A população de uma forma em geral, entretanto, existe a oferta de cursos específicos para funcionários públicos.

3. Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac)¹⁵

Este projeto foi criado em 2002, reformulado em 2008, com o intuito de implantar uma rede para difundir os meios físicos que permitam o acesso aos serviços de governo eletrônico e à universalização das informações via internet. Este programa visa atender, prioritariamente, com conectividade banda larga através de satélite, aldeias indígenas, escolas, telecentros comunitários, regiões de fronteiras/selva, bibliotecas públicas e comunidades remanescentes de quilombos; ou seja, regiões onde não foi possível estabelecer infraestrutura necessária para a popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação.

O Gesac diante da necessidade de mão de obra capacitada em TICs oferece ferramentas e recursos digitais para a formação de monitores, multiplicadores e facilitadores nos pontos de presença do programa (via educação à distância).

Objetivos

- Implantar uma rede de acesso banda larga (via satélite) à internet em todos os municípios, para fornecer conectividade, serviços de tecnologia de comunicação e de informação, além de conteúdos para capacitação das comunidades isoladas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e em situação de vulnerabilidade social.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Departamento de infraestrutura para Inclusão Digital do Ministério das Comunicações.
- Ministério da Educação.
- Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Público Alvo

São as comunidades que estão em estado de vulnerabilidade social e baixo IDH. O objetivo é atender todos os estados do território brasileiro, privilegiando aquelas comunidades que se encontram em locais de difícil acesso e as sem atendimento em telefonia fixa.

b) Programas voltados para os telecentros comunitários

Nesse eixo estão os programas em que o Governo Federal disponibiliza a infraestrutura computacional (servidores, computadores, impressoras, estabilizadores, mesas, etc.) necessária para implantação de telecentros em todo o território nacional e as ações que servirão de apoio à boa prestação dos serviços dentro dos mesmos. São programas

¹⁵ Site oficial do programa: <http://www.gesac.gov.br/>.

implantados geralmente em parceria com a iniciativa privada, ONGs e governos subnacionais que queiram disponibilizar aos cidadãos, excluídos ou não (da sociedade da informação), locais para acesso à internet.

1. Computadores para Inclusão (CI)¹⁶

O projeto criado em abril de 2006 é uma parceria que envolve a administração federal e parceiros num esforço conjunto para a oferta de equipamentos de informática reconicionados e em plenas condições operacionais, para apoiar a disseminação de inclusão digital através de telecentros comunitários e informatização das escolas públicas e bibliotecas.

O Projeto CI está estruturado em três partes distintas: os doadores de equipamentos para reconicionamento, os centros de reconicionamentos de computadores (CRC) e as entidades que podem se candidatar para receber os equipamentos reconicionados.

O CRC é a parte mais interessante do projeto, pois são unidades criadas e mantidas por parceiros públicos (estados e municípios), ONGs, OSCIPs e privados, com apoio do Governo Federal. São oficinas com estrutura de gerência, pessoal técnico e instalações, para a realização das atividades de recepção, triagem, reconicionamento, estoque, descarte e entrega de equipamentos, conforme padrões e processos operacionais previamente detalhados pelo Governo Federal. Além disso, são espaços de qualificação profissional e de educação, atendendo aos jovens em situação de vulnerabilidade, propiciando a sua integração social e cidadania.

A missão do CRC é constituir-se em centro ativo, inserido na comunidade, voltado para a promoção da inclusão digital por meio da viabilização do acesso a equipamentos de informática conforme padrões estabelecidos de qualidade e desempenho.

Objetivos

- Reconicionar equipamentos de informática recebidos na forma de doação para utilização em iniciativas de inclusão digital, em consonância com padrões adequados de desempenho.
- Separar e preparar para reciclagem ou descarte de equipamentos de informática inservíveis.
- Proporcionar oportunidades de trabalho, de formação profissional e educacional e de ressocialização de jovens que atuarão nas atividades dos CRCs.

¹⁶ Site oficial do programa: <http://www.computadoresparainclusao.gov.br/>.

- Captar doações, receber, armazenar e distribuir os equipamentos de informática doados para as entidades selecionadas.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério do Planejamento.
- Ministério da Educação.
- Ministério do Trabalho e Emprego.
- Ministério do Meio Ambiente.
- Fundação Banco do Brasil.
- Dataprev.
- Serpro.
- Entidades responsáveis pelos CRCs.

Público Alvo

Existem três públicos distintos que são importantes alvos do projeto. Os primeiros são os que participam dele como doadores de equipamentos para a reciclagem, que podem ser entidades públicas, empresas privadas e os cidadãos em geral. O segundo são as comunidades carentes próximas dos Centros de Recuperação de Computadores que encontram local para formação profissional de seus jovens, que depois de inseridos digitalmente, estarão qualificados tecnicamente para o mercado de trabalho, especialmente na área de manutenção de computadores. E finalmente, as entidades destinatárias dos computadores que foram reconicionados, responsáveis por ações de inclusão digital na comunidade que podem ser telecentros, escolas públicas e bibliotecas públicas.

2. Oficina para Inclusão Digital¹⁷

É um evento que nasceu em 2001 como reivindicação da sociedade organizada junto ao setor público que buscavam um espaço de interlocução com o objetivo de sensibilizar o governo da necessidade das políticas públicas de inclusão digital.

É um evento gratuito, realizado anualmente a partir de 2003 em diferentes regiões do país, sob a responsabilidade do Governo Federal. Consta em sua programação palestras, debates, apresentação de casos de sucesso em telecentros e oficinas práticas. Essas oficinas são os locais onde representantes da sociedade civil expõem e discutem suas ideias, elaborando documentos com reivindicações e propostas a serem entregues às autoridades governamentais.

¹⁷ Site oficial do programa: <http://oficina.inclusaodigital.gov.br/>.

Objetivos

- Promover o diálogo entre a sociedade civil organizada e os agentes governamentais das três esferas de governo sobre política pública de inclusão digital.
- Elaborar documento que registra as demandas, críticas e propostas sobre inclusão digital com base nos debates realizados no evento.
- Difundir as melhores experiências praticadas dentro dos telecentros brasileiros.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério do Planejamento.
- Órgãos participantes do Comitê Técnico de Inclusão Digital.
- Organizações da sociedade civil.
- Órgãos municipais do local que receberá o evento.

Público Alvo

O público para qual é organizado o evento é composto por gestores públicos, educadores, autoridades da área, estudiosos, representantes de organizações da sociedade civil, professores, coordenadores de iniciativas na área, monitores de telecentros e cidadãos interessados no assunto.

3. Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID)¹⁸

Esse projeto teve início em julho de 2006 com o lançamento do portal Inclusão Digital. Tem sua base em uma parceria entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada. O ONID disponibiliza informações mapeadas geograficamente dos telecentros existentes no país, mas para que seja georeferenciado, o telecentro deve atender no mínimo três critérios: existência de conexão à internet com no mínimo três computadores; ser aberto à população em, no mínimo, um período do dia; e não possuir fins lucrativos.

No *site* do ONID existe um banco de dados, que serve de canal para troca de informações e experiências entre telecentros relacionados aos projetos de inclusão digital. Nesse banco de dados, aberto à consulta pública, estão disponíveis documentações sobre os projetos e as atividades de sucesso desenvolvidas nos telecentros.

O ONID, juntamente com o Portal Inclusão Digital (www.inclusaodigital.gov.br), é uma ferramenta de transparência para as ações de inclusão digital, pois possibilita, através desse canal, que interessados e estudiosos do assunto apontem as divergências em informações e as inconsistências delas, além de ser um canal de sugestões e críticas.

¹⁸ Site oficial do programa: <http://www.onid.org.br/portal/> e Relatório (BRASIL, 2010).

Um ponto a ser ressaltado é que, apesar da vinculação a entidades do governo, a ideia final é que o ONID se torne uma instância independente, mantida e composta pelos diversos núcleos da sociedade.

Objetivos

- Articular, monitorar, avaliar e apoiar a elaboração, a implementação, a manutenção e o aperfeiçoamento de projetos e ações de inclusão digital.
- Criar e manter instâncias e mecanismos de mobilização, coordenação, articulação e monitoramento entre Governo Federal, estados, municípios e sociedade para a participação e o apoio à formulação, à implementação, à manutenção e ao aperfeiçoamento das políticas e iniciativas de inclusão digital.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Sociedade civil organizada.

Público Alvo

Existe uma grande diversidade desse público, pois é composto por pesquisadores, estudiosos, curiosos, sociedade organizada, gestores de telecentros e a sociedade em geral, uma vez que é propósito do ONID ser um canal de informações, pesquisa e transparência.

4. Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR)¹⁹

O programa teve início em julho de 2010 com a celebração dos primeiros termos de cooperação técnica. É uma ação visando apoiar a implantação, a manutenção e o funcionamento dos telecentros comunitários e públicos do país (BRASIL, 2010).

O apoio está centrado em três aspectos: fornecimento de equipamentos novos e reconicionados de informática, conectividade à internet e a disponibilização de formação em educação à distância para monitores desses espaços com possibilidade de recebimento de bolsa de estudo, pelo período de um ano, para uma ou duas pessoas por telecentro. A finalidade dessas ações é o fortalecimento dos telecentros existentes e a ampliação das iniciativas de inclusão digital baseadas em telecentros (BRASIL, 2010).

O relatório anuncia como meta a criação de dez mil novos telecentros, entre o ano de 2010 e 2011, com equipamentos novos e reconicionados, disponibilizando conexão à

¹⁹ Site oficial do programa: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/telecentros> e Relatório (BRASIL, 2010).

internet, proporcionando bolsas para dezoito mil jovens trabalharem como monitores desses espaços com a devida formação para um atendimento de qualidade (BRASIL, 2010).

Objetivos

- Desenvolver ações conjuntas entre órgãos do Governo Federal, estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil que possibilitem a implantação e a manutenção, em larga escala, de telecentros.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Presidência da República.
- Ministério das Comunicações.
- Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Público Alvo

O público alvo são telecentros já existentes com demanda por equipamentos (novos ou reconicionados) e com a necessidade de qualificação de suas equipes; qualquer governo subnacional ou entidade pode pleitear apoio para implantação de novos telecentros.

A adesão ao programa passa pelo Sistema Integrado de Apoio a Telecentro (SIATC) no qual os interessados, após realizarem cadastramento da entidade responsável, devem incluir suas necessidades preenchendo propostas em formulário autoexplicativo.

5. Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital²⁰

Esse programa teve seu início em agosto de 2010, visando criar uma rede nacional de pessoas qualificadas para inclusão digital. O primeiro projeto dessa rede foi oferecer um conjunto de atividades destinadas à qualificação de monitores de telecentros, que devem possuir as seguintes características: estar cursando ou ter terminado o ensino médio, ter idade entre 16 e 29 anos, ser considerado de baixa renda e ser morador da comunidade no local de inserção do telecentro. Nesse primeiro projeto a formação é composta por um curso de doze meses, no qual os monitores aprendem a facilitar o uso das tecnologias pelos frequentadores dos telecentros, utilizando como base as ferramentas de cidadania (BRASIL, 2010).

No Brasil, o processo de formação para inclusão digital é composto por um rico conjunto de processos, porém, eles são realizados de forma isolada, fragmentada e pontual. É proposta da Rede a articulação deles a fim de criar um processo formativo único de inclusão

²⁰ Site oficial do programa: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/telecentros> e Relatório (BRASIL, 2010).

digital, com vistas a permitir a construção de uma agenda integrada e a otimização de esforços e recursos na realização das atividades de formação (BRASIL, 2010).

A coordenação do mesmo é feita pelo Ministério de Planejamento, que promove ações conjuntas entre as três esferas de governo e a sociedade civil. Essa coordenação está dividida em cinco polos, um em cada região do país, que são os responsáveis diretos pela formação dos monitores. Existe um Comitê Nacional de Formação cuja finalidade é criar o espaço necessário para discussão dos conteúdos de formação, troca de experiências, coordenação e agenda compartilhada de atividades (BRASIL, 2010).

Objetivos

- Desenvolver ações conjuntas entre órgãos do Governo Federal, dos estados, dos municípios e da sociedade civil que possibilitem a formação continuada, em larga escala, de agentes de inclusão digital dos telecentros.
- Propiciar o desenvolvimento de um conjunto de competências individuais, sintetizado pela habilidade de usar as tecnologias da informação e da comunicação como ferramentas para alavancar transformações sociais na comunidade em que o monitor está inserido.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Ministério das Comunicações.
- Governos estaduais.
- Governos municipais.

Público Alvo

É composto por monitores de todos os telecentros do país que atendam aos requisitos do programa.

6. Kit Telecentro²¹

O programa teve início em setembro de 2004 e tem como foco oferecer todos os equipamentos físicos (de computadores a armários, inclusive um ponto de presença Gesac) para implantação de telecentros. O Kit é oferecido gratuitamente às prefeituras dos municípios brasileiros para serem implantados de forma prioritária em bibliotecas públicas municipais e em comunidades carentes e nas entidades selecionadas pelo programa Telecentros.BR. O

²¹ Informações com base no Relatório (BRASIL, 2010).

município fica responsável por disponibilizar o espaço físico mínimo exigido, para a instalação dos equipamentos, ficando também com a responsabilidade por sua manutenção.

Existe a necessidade da criação dos conselhos gestores de inclusão digital, conforme regra estabelecida no Edital de Chamada Pública nº 001/2006. O Ministério das Comunicações faz a gestão dos telecentros através de monitoramento remoto para verificar a efetividade do programa. Não é permitido o desvio das máquinas e equipamentos para outro fim diferente de inclusão digital (por exemplo, gestão administrativa e operacional da Prefeitura).

A gestão municipal do telecentro é feita pelos conselhos gestores de inclusão digital, que devem ser criados obrigatoriamente. São eles que estabelecem as regras para funcionamento e utilização pela comunidade.

Objetivos

- Instalar telecentros em todos os municípios do país, em espaços públicos onde as comunidades utilizem as tecnologias da informação e da comunicação para buscar melhoria da qualidade de vida.
- Promover o acesso às tecnologias de informação e de comunicação e ao acervo de informações e conhecimentos, contribuindo para inclusão social dos brasileiros.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério das Comunicações
- Prefeituras brasileiras

Público Alvo

Todas as comunidades carentes que não têm acesso à internet de todas as Prefeituras brasileiras. A adesão é feita mediante atendimento à edital de chamada pública.

7. Centro de Acesso à Tecnologia para a Inclusão Social (CATIS)²²

O programa teve início em março de 2005 e consiste em polos tecnológicos para serem instalados preferencialmente em unidades de ensino, em bibliotecas públicas, ou em ambientes com instalação adequada para atendimento público.

Surgiu como uma evolução da política pública de inclusão digital, por causa da constatação que ela deve proporcionar mais que conexão física e acesso ao *hardware*. O programa tem a finalidade de capacitar jovens para o mercado de trabalho e trabalhadores em práticas relacionadas à informática.

²² Informações com base no Relatório (BRASIL, 2010).

É operacionalizado por meio de convênios, chamadas públicas, editais, encomendas, programas de cooperação e parcerias entre Ministério da Ciência e Tecnologia e entidades interessadas, conforme regras estabelecidas na modalidade do chamamento.

Objetivos

- Difundir a ciência, organizar e consolidar novos grupos de pesquisa, fortalecendo a infraestrutura para pesquisa e a difusão da ciência e da tecnologia.
- Capacitar comunidades dos meios urbano e rural na prática básica das técnicas computacionais, voltadas ao aperfeiçoamento da qualificação profissional e à melhoria do ensino público.
- Ampliar a capacitação e o treinamento em informática nas escolas, instituições públicas e entidades sem fins lucrativos.
- Implantar núcleos urbanos e rurais de formação e capacitação com laboratórios de ciências, equipados com instrumentos e materiais necessários à apropriação do conhecimento e ao desenvolvimento local sustentável.
- Realizar cursos profissionalizantes à distância, utilizando a internet, em parceria com universidades e institutos de pesquisa, para formação, capacitação e treinamento da força de trabalho.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Ciência e Tecnologia

Público Alvo

Toda e qualquer entidade pública e/ou privada que desejar ampliar o escopo inicial da inclusão digital, indo além das instalações físicas para acesso à internet. A adesão é feita conforme modalidade de chamamento escolhida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

8. Cidade Digital para Convergência Social²³

Esse programa iniciou-se em 2008 com a finalidade de criar o conceito de Cidade Digital. Este conceito consiste na criação de infraestrutura em rede digital interligando todos os prédios usados na gestão municipal, escolas públicas, pontos de atendimento à saúde, telecentros e até residências.

A infraestrutura visa atender a três áreas: a área de inclusão digital, provendo acesso à internet (gratuito ou a baixo custo) a vários públicos; a área de governo eletrônico (e-gov), aumentando à quantidade de serviços públicos disponíveis à população e reduzindo a

²³ Informações com base no Relatório (BRASIL, 2010).

burocracia; a área de convergência social, integrando as políticas públicas de inclusão social, busca o alinhamento estratégico e operacional de programas e ações, visando a otimização dos recursos públicos e a ampliação de resultados.

Objetivos

- Ampliar a capacidade física da rede digital municipal.
- Ampliar os serviços de governo eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado.
- Integrar as políticas públicas de inclusão social.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Ciência e Tecnologia

Público Alvo

Todas as cidades brasileiras, mas primeiramente as que foram escolhidas como projeto piloto para implantação. A adesão é feita por meio de convênios, chamadas públicas, editais, encomendas, programas de cooperação e parcerias com instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa; entidades científicas e tecnológicas; organismos governamentais municipais e estaduais; e setores da sociedade civil.

9. Territórios Digitais²⁴

O Programa teve seu início em fevereiro de 2008 e objetiva coordenar políticas públicas de inclusão digital, com o envolvimento de diferentes órgãos públicos, visando implantar telecentros em comunidades rurais.

Este projeto consiste na implantação de Casas Digitais em escolas agrícolas, sindicatos, assentamentos e comunidades rurais tradicionais, em territórios integrantes do Programa Territórios da Cidadania. A concepção dos Territórios Digitais foi desenvolvida com o objetivo de atender às especificidades das populações do meio rural.

A ideia central é propiciar ao meio rural o acesso a tecnologias de informação e comunicação, viabilizando a absorção de novos conhecimentos, o ganho de qualidade de vida e, por conseguinte, fortalecendo o desenvolvimento local.

Objetivos

- Implementar telecentros – espaços públicos e gratuitos com acesso a computadores e internet banda larga – em comunidades rurais dos municípios integrantes do Programa Territórios da Cidadania.

²⁴ Site oficial do programa: http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosdigitais/one-community?page_num=0 e Relatório (BRASIL, 2010).

- Aprimorar os processos de gestão da produção da agricultura familiar; o controle social das políticas públicas; o acesso à informação; e a formação de rede de troca de experiências entre os agricultores.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério do Desenvolvimento Agrário

Público Alvo

As comunidades rurais pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania.

10. Casa Brasil²⁵

O projeto foi instituído em março de 2005 e consiste “na implantação de espaços multifuncionais de conhecimento e cidadania em comunidades de baixo IDH, por meio de parcerias com instituições locais” (CORRÊA, 2007, p. 15). Durante os dois primeiros anos o Governo Federal fica responsável pela manutenção financeira do projeto, depois deste prazo a gestão financeira é do(s) parceiro(s).

Segundo informações do Portal da Inclusão Digital, cada unidade de Casa Brasil abriga um telecentro, com *software* livre, e pelo menos mais dois outros módulos, que podem ser: uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, uma oficina de produção de rádio, um laboratório de popularização da ciência ou uma oficina de manutenção de equipamentos de informática, e um espaço para atividades comunitárias, além de um módulo de inclusão bancária nas localidades onde for possível.

Objetivos

- Implantar, junto às comunidades carentes, um espaço destinado à convergência das ações do Governo Federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural.
- Gerar trabalho e renda.
- Ampliar a cidadania.
- Popularizar a ciência e a arte.
- Capacitar os segmentos excluídos da população para a inserção crítica na Sociedade do Conhecimento, buscando romper a cadeia de reprodução da pobreza.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Instituto Nacional de TI.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

²⁵ Site oficial do programa: <http://www.casabrasil.gov.br/>.

- Ministério das Comunicações.
- Ministério da Cultura.
- Ministério da Educação.
- Secom.
- Petrobrás.
- Eletrobrás/Eletronorte.
- Banco do Brasil.
- Caixa Econômica Federal.

Público Alvo

São as comunidades carentes localizadas em áreas com baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A adesão é mediante proposta em conformidade com chamada pública emitida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

11. Centro Vocacional Tecnológico (CVT)²⁶

O programa teve início em 2003 e consiste na implantação de unidades de ensino profissionalizante, agregadas à ideia de utilização dos espaços para formação de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e inclusão digital. Uma ação voltada para o crescimento dos Arranjos Produtivos Locais proporcionando a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo.

Segundo Corrêa (2007), os CVTs estão direcionados para a capacitação tecnológica da população, como uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, considerando a vocação regional, promovendo a melhoria de processos.

Objetivos

- Fortalecer a rede nacional de difusão e popularização da Ciência e Tecnologia.
- Ampliar a oferta de pontos de acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Ciência e Tecnologia.

Público Alvo

Adolescentes; filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais da comunidade a ser assistida; proprietários de pequenas propriedades; comunidade ribeirinha; pessoas que

²⁶ Informações com base no endereço <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/77600.html>.

integram programas educacionais e tecnológicos; jovens e adultos interessados em ser capacitados profissionalmente, bem como interessados em um primeiro contato com a informática; adultos interessados em sua requalificação profissional.

A adesão a uma unidade CVT é feita através de chamadas públicas anuais.

12. Telecentros de Pesca - Maré²⁷

O programa iniciou-se no ano de 2004 visando à implantação de telecentros voltados especialmente para comunidades de pescadores. É um programa elaborado em parceria com o Banco do Brasil que é o fornecedor dos equipamentos necessários à implantação do telecentro. Utiliza-se das conexões Gesac para acesso à internet. Em 2008, o programa foi remanejado para a Presidência da República.

Objetivos

- Garantir o acesso das comunidades pesqueiras artesanais às informações e conteúdos presentes no ambiente digital.
- Capacitar jovens e adultos para o uso do computador e de suas potencialidades, como a internet.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Pesca e Aquicultura.
- Presidência da República.
- Banco do Brasil.
- Ministério das Comunicações.

Público Alvo

São todas as comunidades que vivem da pesca, especialmente os pescadores e pescadoras artesanais e aquicultores e aquicultoras familiares.

13. Pontos de Cultura - Cultura Digital²⁸

Esse programa teve início em 2004 e é uma articulação com o programa Pontos de Cultura. Nos Pontos de Cultura, um apêndice do programa Cultura Viva, o Ministério da Cultura apoia financeira e institucionalmente entidades reconhecidas pelo seu desenvolvimento de ações de impacto sociocultural em suas comunidades. O programa Cultura Digital disponibiliza um telecentro com equipamentos e conexão via Gesac dentro das

²⁷ Site oficial do programa: http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/telecentro/html_2/Index_Apresentacao.html.

²⁸ Site oficial do programa: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/cultura-digital/>.

instalações dos Pontos de Cultura, a fim de capacitar produtores culturais e artistas no uso das novas tecnologias através do acesso a ferramentas de multimídia em *software* livre.

Objetivos

- Implantar equipamentos e formar agentes locais para produção e intercâmbio de vídeo, áudio, fotografia e multimídia digital com uso de *software* livre.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Cultura.
- Ministério das Comunicações.

Público Alvo

Todos os frequentadores dos Pontos de Cultura e toda comunidade próxima, especialmente os excluídos digitalmente.

14. Programa SERPRO de Inclusão Digital (PSID)²⁹

O programa começou em 2003 com a iniciativa do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) em promover a inclusão digital e social de comunidades excluídas do universo das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Utiliza para tanto um conhecimento tecnológico para ampliar a cidadania e combater a pobreza por meio da inserção do indivíduo na sociedade da informação. Desenvolve suas ações através de telecentros comunitários, desenvolvendo soluções nas ações de inclusão digital do Governo Federal e participando ativamente de outras ações em parceria com órgãos públicos federais.

Objetivos

- Utilizar efetivamente o *Software* Livre, viabilizando seu uso e a apropriação das novas tecnologias pela sociedade.
- Propiciar o atendimento das necessidades das comunidades, a formulação de políticas públicas, a criação de conhecimentos, a elaboração de conteúdos apropriados e o fortalecimento das capacidades das pessoas e das redes comunitárias.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Serviço Federal de Processamento de Dados

Público Alvo

Todas as comunidades próximas aos telecentros implantados pelo SERPRO e os órgãos federais que necessitam de soluções técnicas para inclusão digital.

²⁹ Site oficial do programa: <http://www.serpro.gov.br/inclusao> e <http://www.serpro.gov.br/inclusao/oprograma>.

15. Quiosque do Cidadão³⁰

O programa teve início no ano de 2002 como forma de alavancar os programas de inclusão digital existentes naquela época. Os primeiros quiosques foram instalados como projeto piloto da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) para capacitar digitalmente a população das cidades do entorno de Brasília (BRASIL, 2006).

Em cada quiosque são disponibilizados quatro computadores, operando com *software* livre, oferecendo não somente acesso à rede mundial de computadores como também páginas exclusivas com temas de interesse da comunidade, voltadas para a cidadania e bem-estar. O programa prevê em cada quiosque um funcionário que será treinado para atuar como orientador, facilitando o acesso dos usuários aos diversos aplicativos oferecidos pelo programa (BRASIL, 2006).

Objetivos

- Reduzir a desigualdade social através da inclusão digital em municípios considerados estratégicos por terem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- Disponibilizar informações sobre saúde, cidadania e educação.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Integração Nacional
- Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Público Alvo

A população carente de municípios considerados estratégicos e que apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento Humano. A adesão ao programa é feita através de ofício enviado ao Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), juntamente com um projeto explicativo expondo as necessidades e resultados esperados da implantação dele.

16. Telecentros do Banco do Brasil³¹

O projeto do Banco do Brasil que teve início em 2005 é parte integrante do programa de Inclusão Digital, sendo uma das ações deflagradas pelo processo de modernização dos equipamentos utilizados pela empresa, consistindo na substituição de computadores considerados obsoletos e doação deles para implantação de novos telecentros em parceria com entidades públicas, particulares e do terceiro setor (CORRÊA, 2007).

³⁰ Informações com base no relatório BRASIL (2006).

³¹ Informações com base em CORRÊA (2007).

O banco oferece treinamento para os monitores. Os telecentros, articulados em parcerias com instituições locais, promovem inclusão digital e o desenvolvimento das comunidades beneficiadas (CORRÊA, 2007).

Objetivos

- Oferecer equipamentos para instalação de telecentros em parceria com entidades públicas, particulares e terceiro setor.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Banco do Brasil.
- Entidades públicas, particulares e o terceiro setor.

Público Alvo

Existem dois alvos: um, a população em geral que será beneficiada com um telecentro; e o outro, as entidades que estão necessitando de equipamentos para instalação de telecentro.

17. Telecentros de Informação e Negócios (TIN)³²

O programa pretende promover a inserção de Micro e Pequenas Empresas na Sociedade de informação mediante a oferta de tecnologia de informação e comunicação disponível no espaço físico de seus telecentros (BRASIL, 2006).

Tem o propósito de viabilizar a geração de trabalho e renda através da criação de oportunidades de emprego e de negócios, fortalecendo a competitividade das empresas participantes através da oferta de cursos e treinamentos presenciais e à distância; disponibilizar informação e serviços; e aumentar a competitividade das microempresas e das empresas de pequeno porte (BRASIL, 2006).

Objetivos

- Capacitar empresários e trabalhadores no uso das TICs.
- Fomentar o surgimento de novos empreendimentos.
- Estabelecer maior articulação entre setor público e privado.
- Melhorar a qualidade de produtos e serviços.
- Fortalecer os projetos de Arranjos Produtivos Locais.
- Estabelecer um canal para novas parcerias.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Secretaria de Desenvolvimento da Produção.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

³² Informações com base no relatório BRASIL (2006).

- Entidades da sociedade em geral (gestora do Telecentro).

Público Alvo

O programa visa beneficiar empresas de pequeno e médio porte, contando com a participação de associações empresariais, prefeituras e entidades de classe que possam atuar como parceiras no empreendimento.

18. Programa Estação Digital³³

O programa iniciou-se em 2004, através da Fundação Banco do Brasil, para fomentar a implantação de telecentros chamados de Estações Digitais; fornecendo, por sua vez, computadores e mobiliário aos parceiros interessados em começar programas de inclusão digital. Busca aproximar o computador de trabalhadores, estudantes e donas de casa, a fim de aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e criar novas perspectivas (CORRÊA, 2007).

Existe um direcionamento para criação de telecentros nos Estados do Centro-Oeste e do Nordeste, pois cerca de 90% estão localizados nessas regiões. A capacidade de atendimento é de quinhentos a mil pessoas/mês, solução integrada a arranjos produtivos locais (CORRÊA, 2007).

Objetivos

- Disponibilizar equipamentos e mobiliário para implantação de telecentros em parcerias com segmentos da sociedade em geral.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Fundação Banco do Brasil
- Entidades públicas, privadas e do terceiro setor, interessadas em implantar telecentros.

Público Alvo

O programa está voltado para dois segmentos: o primeiro são as entidades interessadas em implantar telecentros; e o segundo é o público, em geral: trabalhadores, desempregados, estudantes, donas de casa e outros.

c) Programas de inclusão digital nas escolas

Dentro desse eixo estão os programas governamentais mais importantes, pois integram dois pontos: a inclusão digital e o letramento. Esses são os programas governamentais que mais possuem condições de transformar a informação em conhecimento, pois a Inclusão

³³ Informações com base em CORRÊA (2007).

Digital trabalha de forma integrada e complementar à Política Pública de Educação. Conforme o Relatório Brasil (2010, p. 444) com os programas desse eixo “busca-se disponibilizar os mais avançados recursos tecnológicos, sem prejuízo da economicidade, procurando incentivar seu uso exclusivamente didático-pedagógico, em benefício da melhoria da qualidade da educação pública brasileira”. Estão listados abaixo os dez programas destinados a esse fim.

1. Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo³⁴

Este programa foi lançado em 1997, tornando-se o primeiro programa de inclusão digital do Governo Federal, o qual visa distribuir e implantar laboratório de informática em escolas da rede pública da educação básica, para uso pedagógico do ambiente informacional. Em uma gestão compartilhada com os estados e municípios, prevê a interação aos programas locais eventualmente existentes, visando potencializar recursos, com destaque para conexão à internet (BRASIL, 2010).

A gestão do programa é feita de forma descentralizada, existindo em cada unidade da Federação uma Coordenação do ProInfo, com a preocupação de articular as atividades desenvolvidas sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) (GIMENES, 2008). Existe especial atenção na produção de conteúdos, com vistas a capacitar as coordenações estaduais do ProInfo, os NTE's e o pessoal das escolas para o bom uso dos laboratórios (BRASIL, 2010).

A tomada de decisões e comunicados importantes são feitos através de quatro reuniões anuais com a participação dos secretários estaduais de educação, representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UDIME) e coordenadores do ProInfo nos estados. Para debater os desafios e os avanços do programa são realizados, anualmente, quatro encontros estaduais e um encontro nacional (BRASIL, 2010).

Objetivos

- Disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e de telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio e nos polos da Universidade Aberta do Brasil pertencentes às redes estaduais e municipais.
- Implantar ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais nas escolas públicas de educação básica.

³⁴ Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=823 e Relatório (BRASIL, 2010).

- Capacitar professores, gestores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das tecnologias nas escolas e inclusão digital.
- Ofertar conteúdos educacionais multimídia e digitais, soluções e sistemas de informação disponibilizados pela SEED-MEC.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação

Público Alvo

São todas as escolas públicas de ensino fundamental, médio e polos da Universidade Aberta do Brasil, bastando para isso a adesão ao programa.

2. Portal Domínio Público³⁵

O programa, que se iniciou em 2004, propõe o compartilhamento de conhecimentos de forma equânime, colocando à disposição de todos os usuários da rede mundial de computadores uma biblioteca virtual que deverá se constituir em referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral.

Objetivos

- Oferecer acesso gratuito via *web* a obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos) já em domínio público ou que tenham a sua divulgação autorizada.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação

Público Alvo

Todos os leitores espalhados pelo mundo que tenham acesso à rede mundial de computadores.

3. Linux Educacional – solução em *software* livre³⁶

Projeto implantado a partir de março de 2007 que distribui gratuitamente sistema operacional personalizado, o qual acompanha os laboratórios do ProInfo. Inclui recursos e ferramentas de produtividade para os computadores, contendo instrumentos de aprendizagem, vídeos educacionais da programação da TV Escola, aplicativos educacionais livres e textos de literatura, em português, espanhol e inglês, de química, biologia, matemática, geografia, história e português.

³⁵ Site oficial do programa <http://www.dominiopublico.gov.br> e Relatório (BRASIL, 2010).

³⁶ Informações elaboradas a partir do Relatório (BRASIL, 2010)

Objetivos

- Oferecer um sistema operacional, desenvolvido em *software* livre, com a finalidade de atender às demandas educacionais nas escolas públicas que participam do ProInfo.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação.

Público Alvo

Escolas públicas participantes do ProInfo.

4. Programa Banda Larga nas Escolas³⁷

O programa teve início em 2008 para conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país. O programa foi uma alteração em plano descrito no Decreto nº 4.769. As operadoras autorizadas trocaram as obrigações anteriormente assumidas no Decreto, pela criação e instalação de infraestrutura, disponibilizando conexão de alta velocidade em todas as escolas públicas urbanas de todos os municípios brasileiros, devendo manter os serviços sem ônus até o ano de 2025.

Objetivos

- Conectar todas as escolas públicas urbanas à internet por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação
- Agência Nacional de Telecomunicações
- Ministério das Comunicações
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Secretarias de Educação Estaduais e Municipais

Público Alvo

São todas as escolas públicas urbanas de ensino fundamental, médio e polos da Universidade Aberta do Brasil.

5. Portal do Professor³⁸

³⁷Informações elaboradas a partir do *site* http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=823&id=15808&option=com_content&view=article e do Relatório (BRASIL, 2010).

³⁸ *Site* oficial do programa <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>.

O programa, que teve seu início em junho de 2008, é um espaço que visa criar intercâmbio de ideias criativas para desenvolvimento do ensino e aprendizagem. É aberto a toda comunidade em geral, mas as informações geradas são sugestões de professores, a fim de instrumentalizar o profissional da área com aulas de acordo com o currículo de cada disciplina, disponibilizados através de vídeos, fotos, mapas, áudio e textos. Nele, o professor pode preparar a aula e ficar informado sobre os programas de capacitação do MEC e Secretarias Estaduais e Municipais. É um ambiente virtual, contando com recursos educacionais que facilitam e dinamizam o trabalho dos professores.

Objetivos

- Ser um espaço para a troca de experiências entre professores dos ensinos fundamental e médio.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação
- Ministério da Ciência e Tecnologia

Público Alvo

Todos os professores brasileiros, entretanto não existe restrição de acesso para quem deseja buscar as informações disponíveis no *site*.

6. Banco Internacional de Objetos Educacionais³⁹

Operacionalizado junto ao Portal do Professor, em junho de 2008, é um espaço gerado a partir de parcerias do Ministério da Educação com órgãos nacionais e internacionais para manter e compartilhar, com livre acesso, recursos educacionais digitais. É um portal de assessoramento ao professor, atendendo desde a educação básica ao nível superior. O programa estimula e apoia troca de experiências com outros países, na expectativa de ser um espaço para o nivelamento educacional com países que atingiram um nível superior, no campo das tecnologias da educação.

Objetivos

- Fornecer, em um repositório online (via *web*), objetos educacionais de acesso público, em vários formatos e para todos os níveis de ensino.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação.
- Ministério da Ciência e Tecnologia.

³⁹ Informações elaboradas a partir do endereço <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/staticspages?t=0> e do Relatório (BRASIL, 2010)

- Rede Latinoamericana de Portais Educacionais (RELPE).
- Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

Público Alvo

Todos os professores brasileiros, entretanto não existe restrição de acesso para quem deseja buscar as informações disponíveis no *site*.

7. Projetor ProInfo⁴⁰

O projeto teve início em abril de 2009, após a criação e desenvolvimento nas universidades brasileiras de um projetor diferente dos existentes no mercado. Esse projetor integra as funcionalidades de um microcomputador com as de um projetor, com a pretensão de levar conteúdos digitais para a sala de aula, tornando-as mais atraentes e interativas.

Objetivos

- Possibilitar conexão à internet, portabilidade, manipulação de conteúdo multimídia (vídeo e apresentação de slides, com projeção em qualquer parede), desenvolvimento de tarefas colaborativas e apresentação de conteúdos educacionais.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação.

Público Alvo

Todas as unidades educacionais públicas do país.

8. Programa Um Computador por Aluno (Prouca⁴¹)

É uma das iniciativas mais recentes, começando suas definições a partir de junho de 2010. O programa pretende, em longo prazo, disponibilizar computadores portáteis para alunos das escolas públicas de todo o país. A estreia é recente e após a realização de um projeto piloto envolvendo escolas em municípios pré-selecionados, iniciou-se, em 2010, a expansão de suas ações para outras localidades.

O Prouca tem dois objetivos: o primeiro é educacional e busca desenvolver a modernização do ensino promovendo a inclusão digital, o segundo é o de fortalecer a cadeia produtiva comercial de equipamentos de informática.

Objetivos

⁴⁰Informações elaboradas a partir do endereço http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13047:uso-de-projetor-interativo-vai-a-debate-em-audiencia-publica&catid=210 e do Relatório (BRASIL, 2010)

⁴¹Informações elaboradas a partir do endereço <http://www.fnede.gov.br/index.php/laptops-educacionais> e do Relatório (BRASIL, 2010)

- Promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital e municipal, ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a disponibilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos (*laptop* educacional conectado), de programas (*softwares*) neles instalados; e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação.
- Casa Civil.

Público Alvo

Alunos e professores das escolas públicas de todo o país.

9. Computador Portátil para Professores⁴²

Esse programa, que teve seu início em 2007, é uma continuidade do programa Cidadão Conectado – Computador para Todos. Como complemento ao programa inicial o mesmo tem foco nos professores do ensino continuado (básico, técnico e universitário) das instituições credenciadas ao MEC, para facilitar a compra de computadores portáteis. A integradora logística escolhida foi a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) (BRASIL, 2010).

Objetivos

- Criar mecanismos para facilitar a aquisição, a baixo custo e com empréstimos em condições diferenciadas, de computadores portáteis para professores do ensino continuado das instituições públicas e privadas, credenciadas ao MEC, para contribuir com o aperfeiçoamento da capacidade de produção e de formação pedagógica pela interação com as tecnologias da informação e da comunicação.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação.
- Empresa de Correios e Telégrafos.

Público Alvo

Professores de ensino continuado de todas as instituições credenciadas ao Ministério da Educação.

10. e-ProInfo - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA⁴³)

⁴² Informações elaboradas com base no Relatório (BRASIL, 2010)

⁴³ Fonte: http://eproinfo.mec.gov.br/fra_eProinfo.php?opcao=1 e Relatório (BRASIL, 2010)

O e-ProInfo é um ambiente colaborativo de aprendizagem que utiliza a tecnologia internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos à distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio à distância e ao processo ensino-aprendizagem. O e-ProInfo é composto por dois *web sites*: o *site* do participante e o *site* do administrador.

Objetivos

- Planejar, administrar e executar ações de aprendizagem, como cursos à distância, complementos à distância para cursos presenciais, projetos colaborativos e reuniões de trabalho.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Ministério da Educação.

Público Alvo

Profissionais da área de educação em geral.

d) Programa de massificação da banda larga

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) teve início em maio de 2010. Esse programa visa ampliar o acesso à internet em banda larga no país. O programa foi criado depois da constatação de que a internet em banda larga pode ser uma ferramenta de inclusão digital (BRASIL, 2010).

O programa tem como eixo levar internet banda larga a um preço acessível à população, com o objetivo de atingir trinta e cinco milhões de domicílios brasileiros (SOUZA, 2009).

Objetivos

- Criar oportunidades.
- Acelerar o desenvolvimento econômico e social.
- Promover a inclusão digital.
- Reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- Promover a geração de emprego e renda.
- Ampliar os serviços de governo eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado.
- Promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação.
- Aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileira.

Órgãos Responsáveis/Vinculados

- Casa Civil

Público Alvo

Toda a população do país que ainda não tem acesso à internet banda larga.

3.3 Ações, programas e projetos de iniciativa do Governo estadual

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (Ipea) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), atualmente, dos quase seis milhões de goianos, quatro milhões não têm acesso à internet. Isto significa que 66,6% da população goiana não está conectada à rede mundial de computadores. Pensando em mudar esses dados, inserir e incluir cidadãos no mundo digital, o Estado de Goiás lançou, em junho de 2011, mais uma etapa do programa “Goiás Conectado – Telefonia e Banda Larga para Todos”. O programa tem como objetivo a isenção do ICMS para que os beneficiários dos programas sociais do governo tenham acesso à internet.

Segundo Rangel (2011), Superintendente Executivo de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, a inclusão digital é uma ferramenta comprovada para inserir o cidadão na sociedade pós-moderna, em que instantaneidade garante comunicação democrática, participação social, melhoria da qualidade de vida e centros urbanos modernos e inovadores. O Superintendente afirma que Goiás tem hoje 407.872 pontos fixos de banda larga. Pode parecer muito, mas 60,2% desses pontos estão localizados na região metropolitana de Goiânia e 50,46% destes ficam somente na capital. O Superintendente faz um panorama da realidade goiana, com base em dados da ANATEL, do IBGE e do IPEA e conclui que:

- 81,6% dos domicílios goianos não possuem acesso à internet;
- 60,2% dos acessos estão distribuídos em Goiânia e nos 19 municípios da região metropolitana de Goiânia;
- 50,46% dos acessos somente em Goiânia;
- aproximadamente 18% dos acessos têm conexão discada, que é lenta e usa o telefone;
- a média nacional de domicílios, por estado, com Banda Larga é de 20,8%, e desde 2008, Goiás está abaixo da média nacional com 18,4%;
- 50% da população da região metropolitana de Goiânia pertence à classe C;
- 70% da mesma classe C não possuem computador.

De acordo com informações contidas no *site* da Secretaria, o Superintendente afirma que, com a inclusão digital, o cidadão também pode acompanhar mais de perto as contas e os

trâmites do Estado. A digitalização de arquivos e processos só é viável se a população estiver capacitada para acompanhar os dados e lidar com a internet. Esta novidade, conhecida como e-Gov ou Governo Eletrônico aproxima o Estado do cidadão, agiliza o atendimento, desburocratiza e proporciona transparência.

A operadora interessada deverá prover o sinal de internet, fazer a instalação do modem sem custo (inclusive o equipamento) e cobrar valor igual ou inferior a R\$ 30 mensais. Se uma determinada operadora conseguir entregar sinal com velocidade superior a 512 kbps é opção dela, só não pode ser inferior. De acordo com Rangel, agindo dessa forma o governo estimula a livre concorrência, já que existem operadoras manifestando interesse em prover velocidades acima dos 512 kbps. Ao longo do tempo, espera-se que as operadoras baixem ainda mais o valor máximo em função da concorrência e do crescimento da base de clientes.

O principal alvo do Programa Goiás Conectado é o usuário do “Bolsa Universitária”, que é o público que mais utiliza a internet como ferramenta de pesquisa e conhecimento. De acordo com a Secretaria Ciência e Tecnologia, todos os 246 municípios de Goiás também vão ser beneficiados. Com medidas reais e eficientes, além da vontade pública, é possível reverter o atual quadro digital no Estado de Goiás. Mais do que um programa tecnológico, Goiás Conectado é uma iniciativa sistêmica que favorece o crescimento do cidadão, nos aspectos humano e social, tornando-o mais preparado para o mercado e para a vida.

A inclusão digital, de acordo com o gerente de Marketing e Produtos do Centro de Desenvolvimento em Telecomunicação (CPqD), é um indutor para a inclusão social. Em palestra ministrada em setembro de 2011, a convite da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o gerente da CPqD apresentou os projetos sobre inclusão digital que o centro já desenvolve em outras regiões do Brasil. Explicou que o público-alvo são as pessoas que não têm acesso à informação, como as com baixo letramento, os idosos, pessoas com deficiências sensoriais, motora e cognitiva. “O nosso objetivo é conseguir levar os resultados das nossas pesquisas ao mercado e ao cidadão e a gente conta muito que dê certo essa parceria com o estado de Goiás”, afirmou o gerente (BRASIL, 2011c).

O objetivo é mostrar os projetos de inclusão digital já desenvolvidos pelo CPqD, analisar o cenário goiano, e o melhor projeto; para então implementá-lo em Goiás. De acordo com o gerente de inclusão digital da Sectec, essa é uma abordagem do governo para conhecer as novas tecnologias assistivas. Segundo o gerente, foi feita uma pesquisa pelo Comitê Gestor de Informática em que foi caracterizado que mais de 14% da população do Estado de Goiás são pessoas com restrições sensoriais e 10% com baixo letramento, além dos idosos. De acordo com ele, essas pessoas precisam de um fomento, um apoio do governo para serem

incluídas digitalmente e o objetivo desses projetos é oferecer todas as condições para que essas pessoas possam participar da nossa sociedade, com seu direito à cidadania.

O governo estadual, caminhando rumo à inclusão digital, aderiu ao programa Kit Telecentro, entregando-os, no dia 1º de novembro de 2011, para sete municípios goianos. Os municípios escolhidos foram Pirenópolis, Goiás, Caldas Novas, Rio Quente, Alto Paraíso, São Miguel do Araguaia e Goiânia.

O governador de Goiás, representantes do governo e prefeitos assinaram termo de parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O governador ressaltou que Goiás é um destino turístico muito expressivo no Brasil. De acordo com o governador, essas ações compõem um conjunto de outras ações que terão como função fundamental: a estruturação, cada vez melhor, dos municípios goianos enquanto grandes receptores de turistas nacionais e estrangeiros. No total serão 63 Kits Telecentros para inclusão digital

O governador de Goiás, oportunamente, destacou o quanto a área de turismo é importante para a geração de empregos e como os governos federal, estadual e municipal estão unidos para que os municípios estejam cada vez mais preparados para receber turistas. A entrega desses kits foi um dos passos importantes em prol de toda a cadeia estadual de turismo. No futuro, outros municípios serão contemplados.

De acordo com o presidente da Goiás Turismo, com esse investimento em inclusão digital, haverá maior capacitação de profissionais para atender melhor aos turistas, além de oferecer melhor estrutura para recebê-los. Nesse primeiro momento, através do convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo menos 30 pessoas serão capacitadas na inclusão digital. A partir disso, esses equipamentos ficarão à disposição nos centros de atendimento ao turista em cada município.

Por fim, Goiás tem além dos Kit Telecentros implantados mais dois programas Cyber escolas - Escola jovem cibernética de Goiás, que são laboratórios informática presentes em 101 escolas da rede estadual; e o Oficinas Digitais - Governo estadual, que são ações na modalidade telecentros com 31 deles espalhados no estado. Não foram encontrados programas e/ou projetos de inclusão digital no qual os municípios goianos sejam os gerados da iniciativas.

4 Limites e possibilidades da política de inclusão digital no Brasil

Existem diversas iniciativas dentro do Governo Federal que disponibilizam indicadores sobre inclusão digital. Considerando somente *sites* oficiais do Governo Federal, observam-se pelo menos três de maior abrangência: o do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR), o do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID).

O NIC.BR é o braço operacional do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIBR) responsável pela coordenação e integração das iniciativas de serviços da internet no país. Uma de suas atribuições é a produção e divulgação de indicadores, estatísticas e informações estratégicas sobre o desenvolvimento da internet brasileira, sob coordenação e responsabilidade do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.BR). O CETIC.BR produz anualmente, desde 2005, a TIC DOMICÍLIOS e USUÁRIOS que mede o uso das tecnologias de comunicação e informação nos domicílios brasileiros e a TIC EMPRESAS que mede o acesso e o uso das TICs em empresas com 10 funcionários ou mais.

O IBICT é um órgão público federal da administração direta pertencente à estrutura de unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Ele possui, dentro de sua página, um canal de “PRODUTOS & SERVIÇOS” sobre inclusão digital. Este órgão coleta, sistematiza e dissemina informações sobre inclusão digital no Brasil. O portal disponibiliza o mapa da inclusão digital (MIP), com base nos Pontos de Inclusão Digital (PID), compreendendo todos os programas/projetos dessa inclusão no Brasil, independente da iniciativa ser governamental ou não.

O ONID é uma iniciativa do Governo Federal em conjunto com a sociedade civil organizada, que atua na coleta, sistematização e disponibilização de informações para o acompanhamento e avaliação das ações de inclusão digital no Brasil. Além de ser uma importante ferramenta para os gestores de políticas públicas e iniciativas nessa temática, o ONID disponibiliza para a sociedade, informações detalhadas sobre os telecentros existentes em todo o país.

O foco das informações do IBICT e ONID é semelhante; entretanto, há que se considerar a falta de confiabilidade das informações prestadas, devido à grande divergência de dados existente entre eles. As análises que se seguem são baseadas nos indicadores encontrados nos *sites* selecionados ou elaborados a partir da revisão bibliográfica.

4.1 A atual etapa de desenvolvimento da sociedade da informação

A elaboração de ações, programas e projetos de inclusão digital evoluiu conforme demonstrado na Figura 5, saindo de um programa em 1997 e chegando ao total de trinta e dois no final de 2010. No ano de 2011 não houve criação de programas. Um crescimento médio de 2,3 ações⁴⁴ lançadas por ano, de 1997 a 2011.

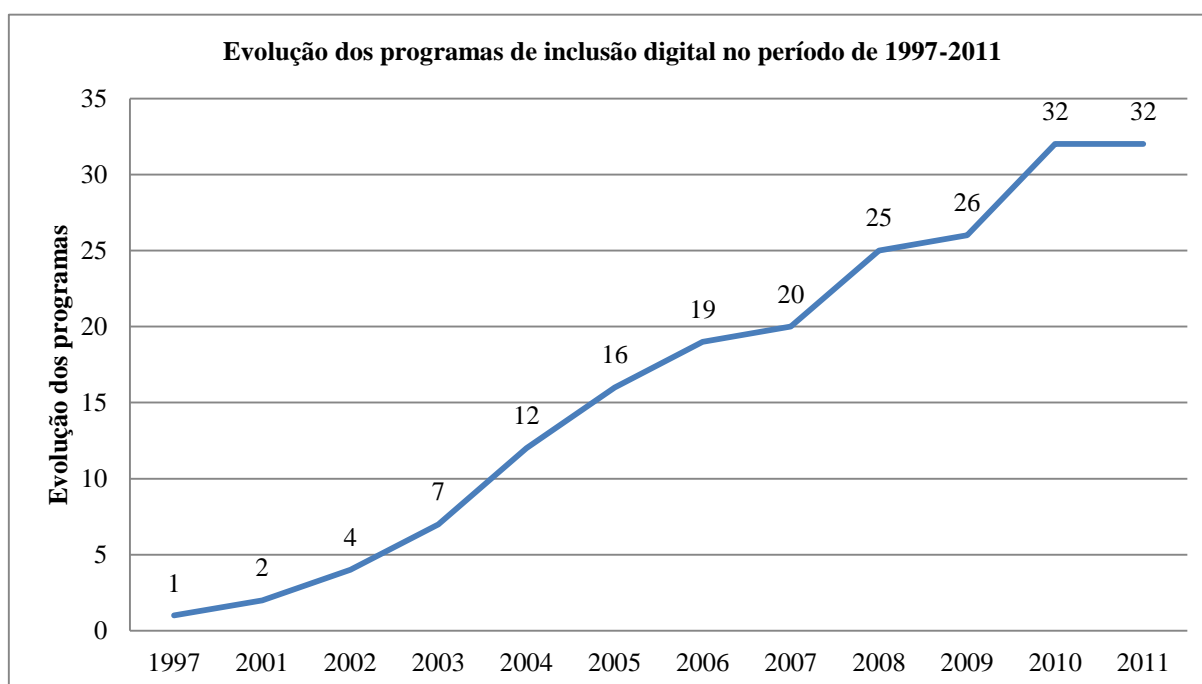


Figura 5 – Evolução dos programas de inclusão digital no período de 1997-2011, elaboração a partir da revisão bibliográfica.

Mesmo apresentando uma média de 2,3 ações criadas durante os anos analisados, as mesmas não estão uniformemente distribuídas, como pode ser confirmado na Figura 6. Existiram anos com picos (2004, 2008 e 2010) na criação de ações, contrastando com anos de atuação praticamente estagnados. Os picos observados coincidem com anos de início de aplicação de um novo Plano PluriAnual (PPA)⁴⁵ e com o final do 2º Governo Lula. A quantidade maior de ações nos anos de 2004 e 2008 pode ser explicada através do novo direcionamento das prioridades governamentais (proporcionada pela elaboração de um novo PPA) conjugado com um orçamento anual que possibilitaria a mudança de rumo. Contudo,

⁴⁴ A palavra ações será usada para designar todas as ações, programas e projetos desenvolvidos pelo Governo Federal visando à inclusão digital.

⁴⁵ Conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 165, o PPA é o planejamento estratégico quadrienal de governo (federal, estadual e municipal), no tocante às suas diretrizes, objetivos e metas. Sua vigência vai do início do 2º ano de um mandato até o fim do 1º ano do mandato posterior.

para 2010 essa explicação torna-se insuficiente. O que pode ser justificada pela “corrida eleitoral” ocorrida naquele ano.

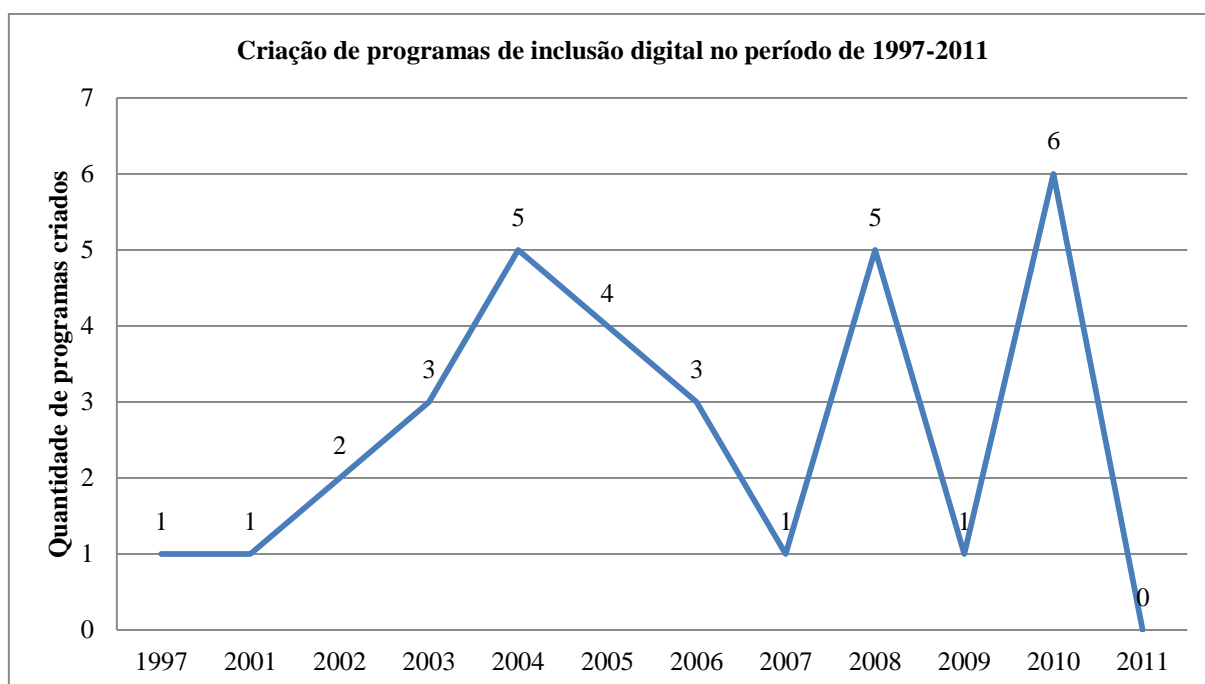


Figura 6 – Criação de programas de inclusão digital no período de 1997-2011, elaboração a partir da revisão bibliográfica.

Desde 1997, a inclusão digital no Brasil desenvolveu-se por iniciativas dispersas em vários ministérios, secretarias e órgãos vinculados ao Governo como, por exemplo, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e outros. Pelo fato de perpassar várias áreas temáticas, instâncias, órgãos e esferas de governo, o caráter multidisciplinar e transversal da inclusão digital acaba impondo dificuldades à articulação unificada sobre uma política pública para o setor. Assim, apesar dos diversos anos já passados, somente em 2011 surge na estrutura governamental, uma Secretaria⁴⁶ com a responsabilidade de fazer a coordenação geral das diversas frentes de ações a fim de promover a inclusão digital, com o objetivo de proporcionar definições e rumos para a consolidação da respectiva política pública.

Na primeira fase da política de inclusão digital (1997-2005), a inclusão digital teve como foco a implantação de telecentros, com treze de um total de dezesseis “projetos” destinados a esse fim. A partir de então, as políticas públicas de inclusão digital passaram a se preocupar com a disponibilização de material para educação à distância, com a produção de material de apoio aos professores⁴⁷, com a capacitação de monitores para atuação em telecentros e com a facilitação para a aquisição de equipamentos computacionais.

⁴⁶ O Decreto 7.642 de 20 de abril de 2011 criou a Secretaria de Inclusão Digital, no âmbito do Ministério das Comunicações, com a finalidade de coordenar todas as ações de inclusão digital no Governo Federal.

⁴⁷ O material disponibilizado é destinado a apoiar os professores no uso dos laboratórios instalados nas escolas.

A fase inicial caracterizou-se pela ampliação da rede de telecentros, envolvendo as estruturas ministeriais, para levar às comunidades brasileiras vulneráveis, locais com infraestrutura necessária de computadores e internet. Nos primeiros programas, a preocupação era com o acesso à internet em um espaço físico apropriado. Porém, houve avanço na concepção dos programas e isso culminou com o programa Casa Brasil, que dentro de um espaço multidisciplinar, tinha o propósito de convergência nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania e popularização da ciência e tecnologia. Um avanço na concepção de telecentros. Entretanto, com poucas unidades instaladas (em torno de noventa em todo Brasil), não se constitui um programa relevante, talvez pelo alto custo da implantação de um telecentro nesses moldes. Então, a partir disso, o foco passa para outras fases além de infraestrutura de acesso e equipamentos de acesso individual (SORJ, 2003), preocupando-se em atender fases como o treinamento e a capacitação intelectual.

Ao relacionar as ações desenvolvidas pelo Governo Federal com as fases propostas por Sorj (2003) tem-se uma configuração conforme mostra a Figura 7. Ressalte-se que a análise apresentada representa a visão do autor sobre os programas e foi elaborada tendo como base as descrições e objetivos de cada ação levantada, podendo ser consultada no Apêndice A.

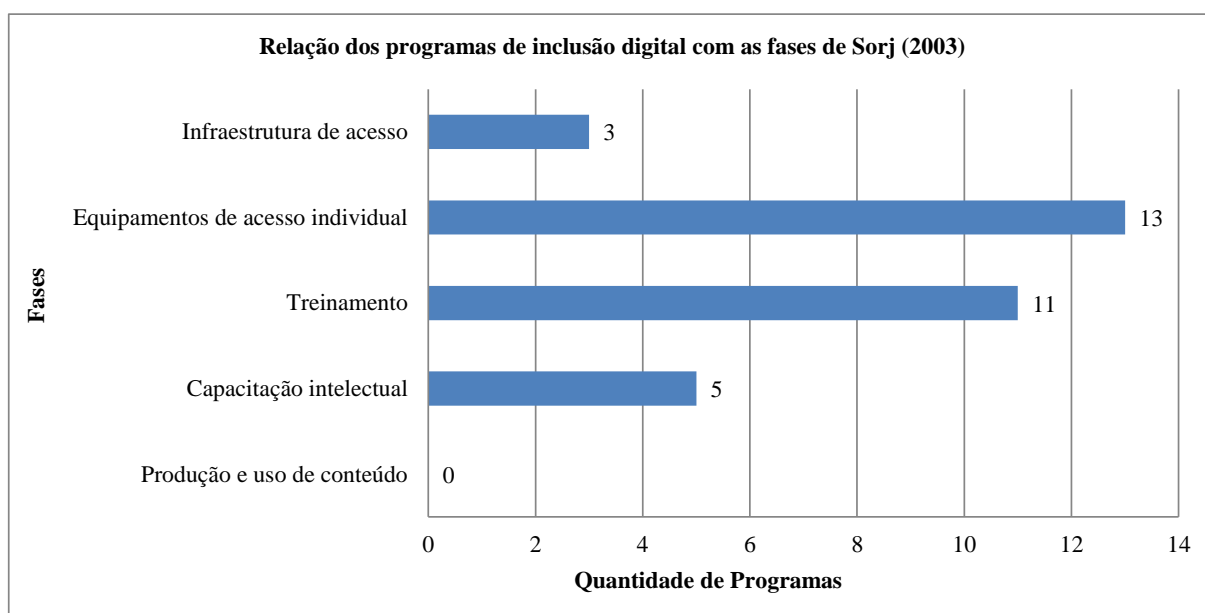


Figura 7 – Relação dos programas de inclusão digital com as fases de Sorj (2003), elaboração a partir da revisão bibliográfica.

Os trinta e dois programas atendem apenas às quatro fases iniciais propostas por Sorj: infraestrutura de acesso, equipamentos de acesso individual, treinamento e capacitação intelectual. A fase de produção e uso de conteúdo não foi contemplada ainda com ações para seu desenvolvimento. A maioria dos programas (85%) ainda estão preocupados em atender

até a fase de treinamento, longe de atingir a proposta dos diferentes autores sobre o assunto; ou seja, a real capacitação do indivíduo, no uso da tecnologia, a fim de que o mesmo – de forma autônoma – possa transformar informação em conhecimento.

Por fim, o último aspecto a ser analisado referente à atual etapa de desenvolvimento da inclusão digital se refere às fases propostas por Guerreiro (2006). O autor ao propor a evolução da *sociedade da informação* para a *sociedade em rede*, estabeleceu datas de início e fim para cada uma das cinco etapas. Segundo sua visão, o Brasil estaria, em 2011, desfrutando dos benefícios da *sociedade do conhecimento*; em outras palavras: permitindo à população brasileira buscar conhecimento por meio de habilidades adquiridas ao longo da fase da *sociedade digital*. Ao final de 2011, observa-se que ainda não foram atingidos os objetivos da fase anterior, pois a inclusão digital, que deveria ter sido o objeto central de uma política de estado, com a finalidade de incluir toda uma geração de excluídos digitais, não alcançou seus objetivos e que, conforme dados expostos a seguir, estamos longe de atingi-los.

4.2 A abrangência da política pública de inclusão

A inclusão digital necessita de dados quantitativos e qualitativos para avaliar a sua eficiência e eficácia. Contudo, como Teixeira⁴⁸ ressaltou, praticamente não existem dados qualitativos disponibilizados ou são ainda incipientes e não permitem concluir se a inclusão digital promove, realmente, inclusão social (informação oral). Fato esse confirmado pela representante do Governo Federal presente no evento⁴⁹.

4.2.1 Programas/projetos e pontos de inclusão digital

O IBICT iniciou uma pesquisa de mapeamento das iniciativas de programas/projetos de inclusão digital no Brasil, com o intuito de mensurar o avanço da inclusão digital no país por parte de agentes públicos e privados, a fim de elaborar um Mapa de Inclusão Digital (MID).

Segundo Gaspar, Gorgônio e Pereira (2010), o MID é um projeto com a função de identificar ações gerais de inclusão digital, em âmbito governamental ou não, que se

⁴⁸ TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves. Um dos conferencistas do 4º Seminário de Educação em Rede.

⁴⁹ Informações colhidas pelo autor em Mesa Redonda sobre o tema “Inclusão digital promove inclusão social?” do 4º **Seminário de Educação em Rede**, realizado em Goiânia em 2011.

concretizem na criação de Pontos de Inclusão Digital (PIDs); ou seja, telecentros, infocentros, laboratórios de informática e centros de inclusão digital, que são definidos como:

Locais dotados de computadores para acesso gratuito ou pago e conectados, ou não, à Internet. Proporcionam o desenvolvimento de habilidades cognitivas por meio do acesso às TICs, criação de conteúdos, entretenimento e comunicação com outras pessoas (GADELHA et al. apud GASPAR, GORGÔNIO e PEREIRA, 2010, p. 70).

Segundo o autor, a metodologia usada na elaboração do MID teve seus elementos iniciais no Estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sobre telecentros/PIDs, em que os quantitativos eram agregados por iniciativas (programas e projetos), discriminados por entidades (governos federal, estadual, municipal e terceiro setor) e distribuídos por regiões.

O IBICT a fim de levantar as informações sobre a quantidade de PIDs gerados por cada programas/projetos de iniciativa geral, buscou a identificação de novas iniciativas através da busca por palavras-chave que combinavam os termos inclusão digital e telecentros com os nomes dos 27 estados e dos 100 maiores municípios. Foram pesquisados, também, *sites* de organizações dedicadas à inclusão digital.

A pesquisa buscou levantar informações sobre a questão do acesso público à internet no Brasil, mediante o tratamento e armazenamento em um banco de dados dos programas/projetos de inclusão digital e os respectivos PIDs gerados por cada uma dessas iniciativas.

Na primeira fase, foram identificadas, em cerca de três mil municípios brasileiros iniciativas no âmbito do governo federal, estadual, municipal e terceiro setor. Foram cadastrados proto-PIDs (potenciais pontos de inclusão digital), entidades que poderiam, cedo ou tarde, se converter em PIDs. Existem, neste trabalho, trinta e dois programas federais de inclusão digital, entretanto, nem todos são iniciativas que resultam na criação de PIDs, mas todas as ações que geram PIDs estão listados no levantamento do IBICT.

Para a segunda fase, o IBICT pretende estabelecer um canal direto com cada ponto de inclusão digital, estimulando-os a atualizar seus próprios dados. Como resultado, espera-se eliminar a duplicidade de informações da pesquisa e assegurar a sua consistência e confiabilidade.

Com base nos dados disponibilizados no IBICT, referentes ao período de 2007-2008, gerou-se a Figura 8 onde se observa os programas/projetos atualmente existentes e a quantidade de PIDs que cada um deles gerou, dados consolidados no Brasil. A fim de facilitar a leitura do gráfico, são discriminados nominalmente todos os programas/projetos com mais de 100 PIDs (20 programas/projetos). Todavia, os programas/projetos com menos de 100

PIDs (133 programas/projetos) foram agrupados em um só tema com o nome de *133 programas/projetos com menos de 100 PIDs*, totalizando 153 programas ou projetos. Esses programas/projetos geraram a quantidade de 19.872 PIDs.

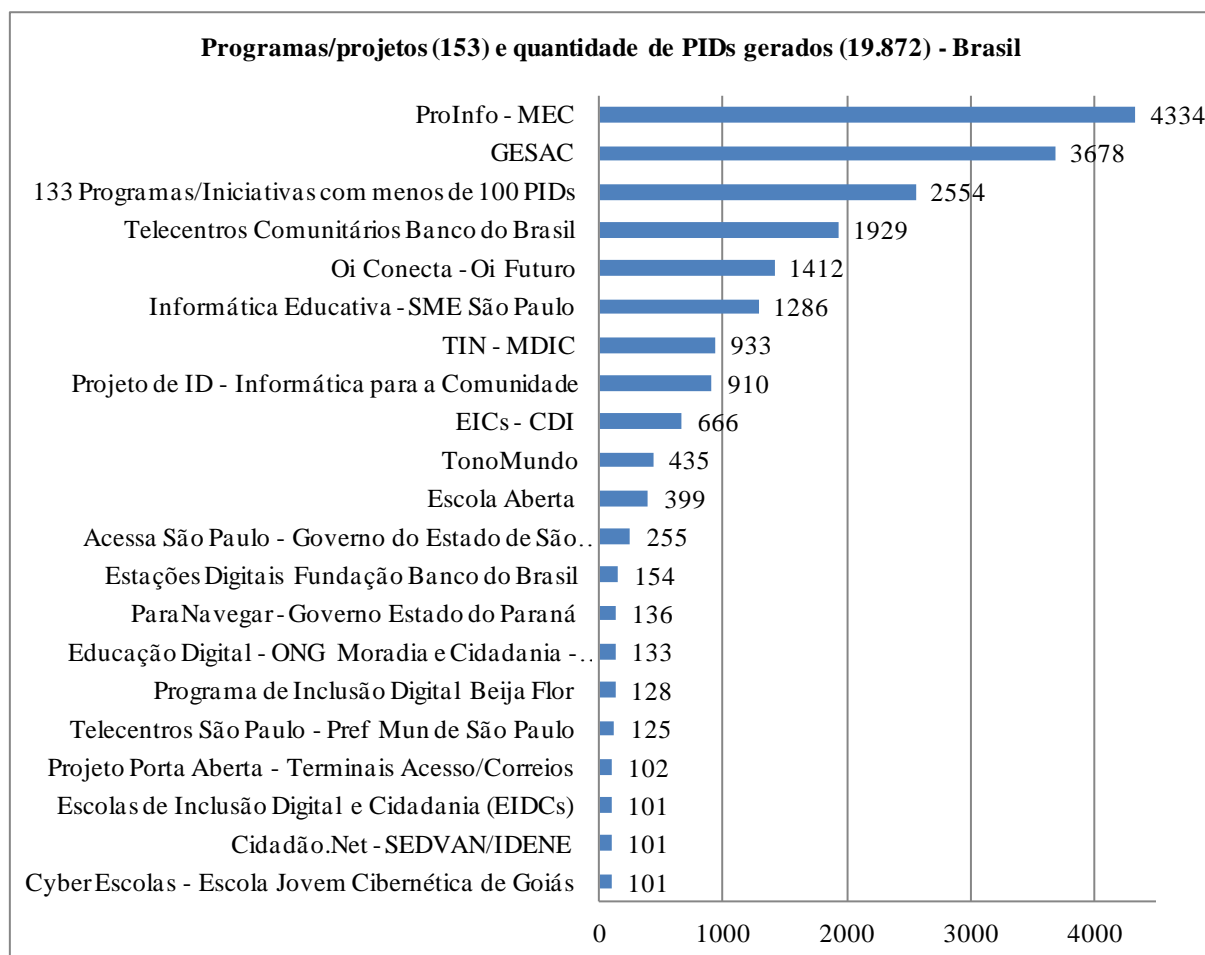


Figura 8 – Programas/projetos (153) e quantidade de PIDs gerados (19.872) – Brasil (IBICT, 2011).

O IBICT apresenta em seu *site* o MID, mostrando os programas/projetos de inclusão digital nas três esferas governamentais e demais áreas da sociedade organizada. Com base nas informações disponibilizadas fez-se uma classificação para identificar quem é o “ator” responsável pela iniciativa de criação do PID.

No Apêndice B estão listadas todas as iniciativas⁵⁰ encontradas no *site*, classificadas conforme a entidade responsável pela implantação do PID. São usadas quatro categorias da seguinte forma: programas federais, programas estaduais, programas municipais e programas do terceiro setor. A Figura 9 mostra a distribuição percentual conforme a classificação acima.

⁵⁰ A quantidade de programas/projetos do Apêndice B (108 iniciativas) difere da quantidade de programas/projetos da Figura 8 (153 iniciativas), entretanto, esses dados estão de acordo com o *site* do IBICT, que dependendo da forma como são pesquisados apresentam valores diferentes.

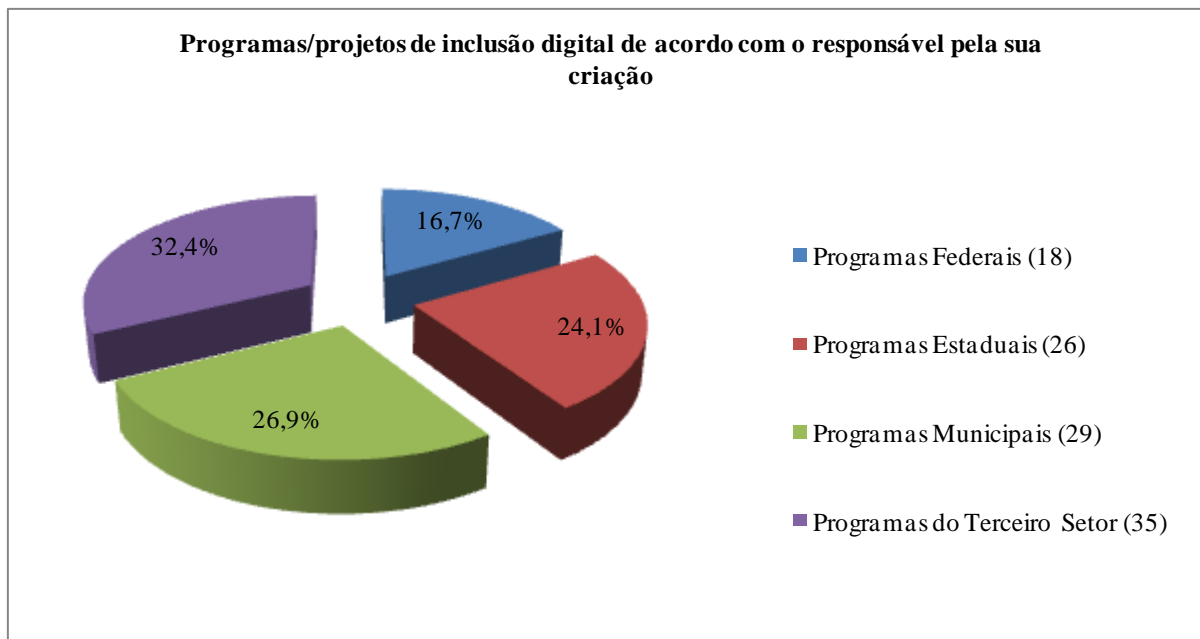


Figura 9– Programas/projetos de inclusão digital de acordo com o responsável por sua criação (IBICT, 2011).

Apesar da Figura 9 mostrar uma relação mais ou menos homogênea entre as diversas entidades geradoras de iniciativas em inclusão digital, quando classificadas por cada um dos programas/projetos, uma análise detalhada da Figura 8 desmente essa falsa impressão. A análise considerando a quantidade de PIDs gerados por cada programa/projeto, conforme apresentado na Figura 8, conclui que os programas ProInfo, GESAC, Telecentros Comunitários Banco do Brasil, TIN, Estações Digitais Fundação Banco do Brasil de iniciativa do Governo Federal, geram um total de 11.028 PIDs. Considerando que dentro do tema *133 programas/iniciativas com menos de 100 PIDs* existem outros programas gerados pela iniciativa do Governo Federal, chega-se a uma visão diferente da leitura rápida e superficial proporcionada pela Figura 9.

Pode-se concluir por meio da Figura 8, que o Governo Federal tem a supremacia na geração de PIDs, pois ao somar todos os PIDs gerados através dos programas/projetos federais, percebe-se que ele detém mais de 55% dos PIDs gerados por suas iniciativas, desconsiderando-se os vários PIDs que são iniciativas do governo central, inclusive aquelas agrupadas sob o item *133 programas/iniciativas com menos de 100 PIDs*.

Em Goiás as iniciativas federais que resultaram na criação de PIDs são mais marcantes. Na Figura 10, por exemplo, tem-se uma visão geral de quantos e quais programas/projetos existentes no Estado de Goiás, observa-se as quantidades de PIDs que cada um deles gerou. Existem 21 programas/projetos de iniciativa geral em andamento, gerando 690 PIDs. Do mesmo modo, a fim de facilitar a leitura do gráfico, são discriminados nominalmente todos os programas/projetos com até 10 PIDs. Abaixo dessa quantidade eles foram agrupados em dois

itens: um que informa a quantidade de cinco programas com um total de dezenove PIDs no qual o Governo Federal é o gerador das iniciativas e outro informando a existência de seis programas em que o terceiro setor é o gerador da iniciativa de inclusão digital, com um total de oito PIDs. No Apêndice C estão listados os programas/projetos desenvolvidos dentro do Estado de Goiás para a criação de PIDs, com sua respectiva classificação, de acordo com o responsável pela iniciativa.

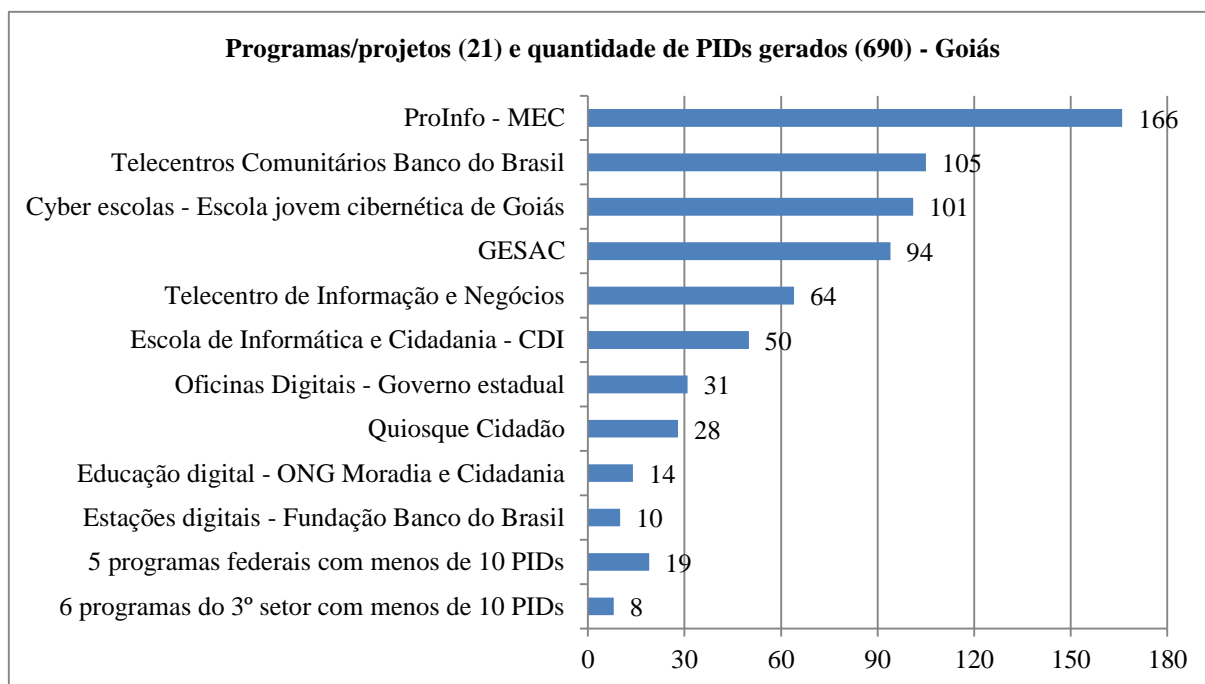


Figura 10 – Programas/projetos (21) e quantidade de PIDs gerados (690) – Goiás (IBICT, 2011).

Tendo o Apêndice C como base, pode-se ainda retirar das informações disponibilizadas pelo MID a distribuição por entidades responsáveis pelas iniciativas de criação de PIDs para o estado, conforme demonstrado na Figura 11. A esfera federal responde financeiramente por mais de 70% das iniciativas de criação de PIDs em Goiás. Verifica-se a inexistência de criação de PIDs com programas/projetos nos quais os municípios são os incentivadores/geradores das iniciativas, pois não existe nenhum programa/projeto de autoria de municípios goianos para criação deles. Isso demonstra que essa esfera do poder público está totalmente dependente das iniciativas federais, a fim de levar aos excluídos digitais do Estado de Goiás os benefícios da sociedade da informação.

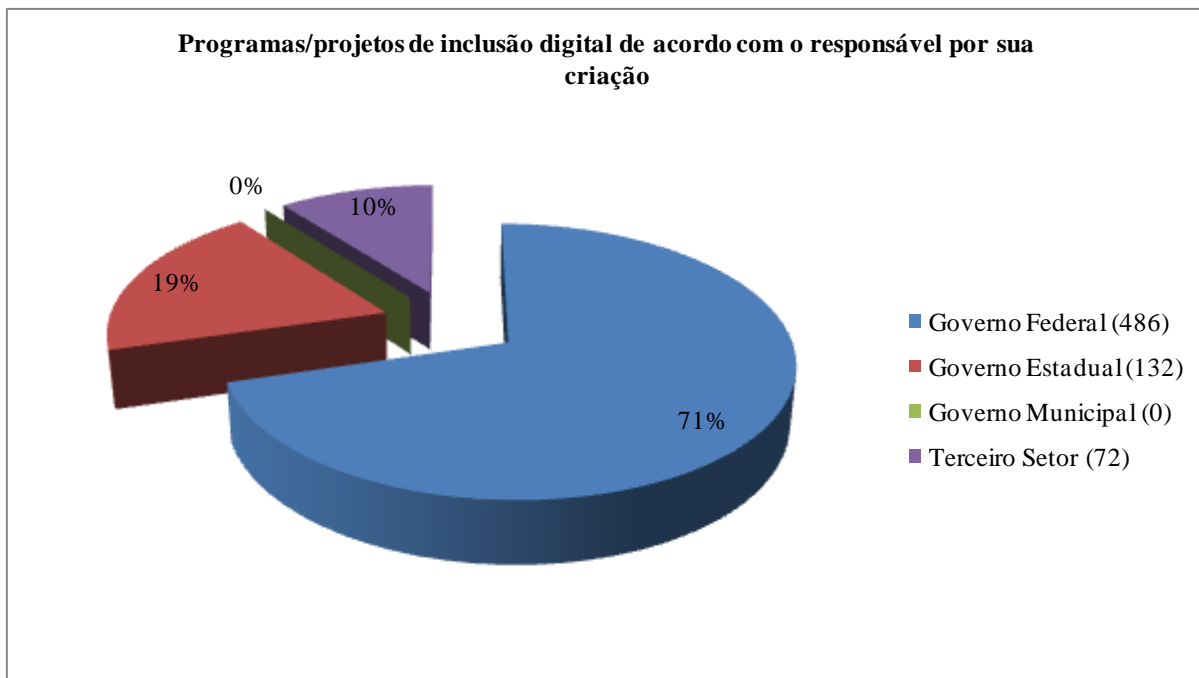


Figura 11 – Programas/projetos de inclusão digital de acordo com o responsável por sua criação (IBICT, 2011).

Analisando os dados levantados acima, pode-se considerar que os gestores estaduais e municipais têm uma participação tímida no processo de inclusão digital e se comportam como se o problema fosse exclusivo do Governo Federal. Não compreenderam a necessidade urgente da inclusão de Goiás na sociedade da informação, pois disto dependerá o futuro da sociedade goiana nessa crescente economia global. Portanto, urge a mudança de posicionamento dos gestores estaduais e municipais, com relação às políticas públicas de inclusão digital no Estado de Goiás.

Ao se analisar as políticas públicas de inclusão digital, confrontadas com a revisão bibliográfica, constata-se que a implantação dessa política ocorreu de forma centralizada, com pouca expressividade dos entes regionais em sua formulação, gerando uma gestão de cima para baixo, o que poderia explicar o pouco comprometimento dos entes subnacionais para o bom desempenho dela.

Ainda, através da revisão bibliográfica constata-se uma implementação em que o Governo Federal regulamentou e disponibilizou ações, programas e projetos para os gestores regionais. Contudo, ele desconsiderou a autonomia dos entes subnacionais para adesão, ou não, a seus projetos. Bem como sua dependência em relação aos gestores estaduais e municipais para execução da política pública de inclusão digital, faltando na fase de planejamento os desdobramentos regionalizados e a articulação da política a especificidades regionais na execução de cada programa.

Com a ausência dos entes regionais da formulação/redirecionamento nessa política pública que envolve projetos multidisciplinares na área de educação, cultura e economia, torna-se necessário avaliar o pleno conhecimento pelos gestores estaduais e municipais dos objetivos a serem alcançados por cada programa/projeto/ação do Governo Federal, e o necessário acultramento dos entes regionais sobre o pensamento teórico da inclusão digital.

4.2.2 Presença de computadores e internet, por domicílios, e acesso à internet

O domicílio é o local de maior privilégio com vistas ao atendimento das cinco fases propostas por Sorj, em 2003. É onde o indivíduo tem maior tranquilidade para acessar a internet sem tempo definido, podendo buscar informações relevantes para seu contexto com calma e segurança.

Como na maioria dos países, a internet brasileira chegou através da comunidade científica e se alastrou rapidamente, transformando-se, atualmente, em um evento presente em 31% dos domicílios brasileiros (CGIBR, 2011). O crescimento do número de computadores e da presença da internet em domicílios pode ser observado na Figura 12. A evolução de números de computadores presentes nos lares brasileiros foi de 22% no período de 2005-2010, saindo de 17% e chegando a 39%. A internet em domicílios teve um aumento na ordem de 18%; em 2005 o percentual era de 13%; e em 2010, estava presente em 31% dos domicílios brasileiros, quase triplicando sua presença nos lares no período analisado.

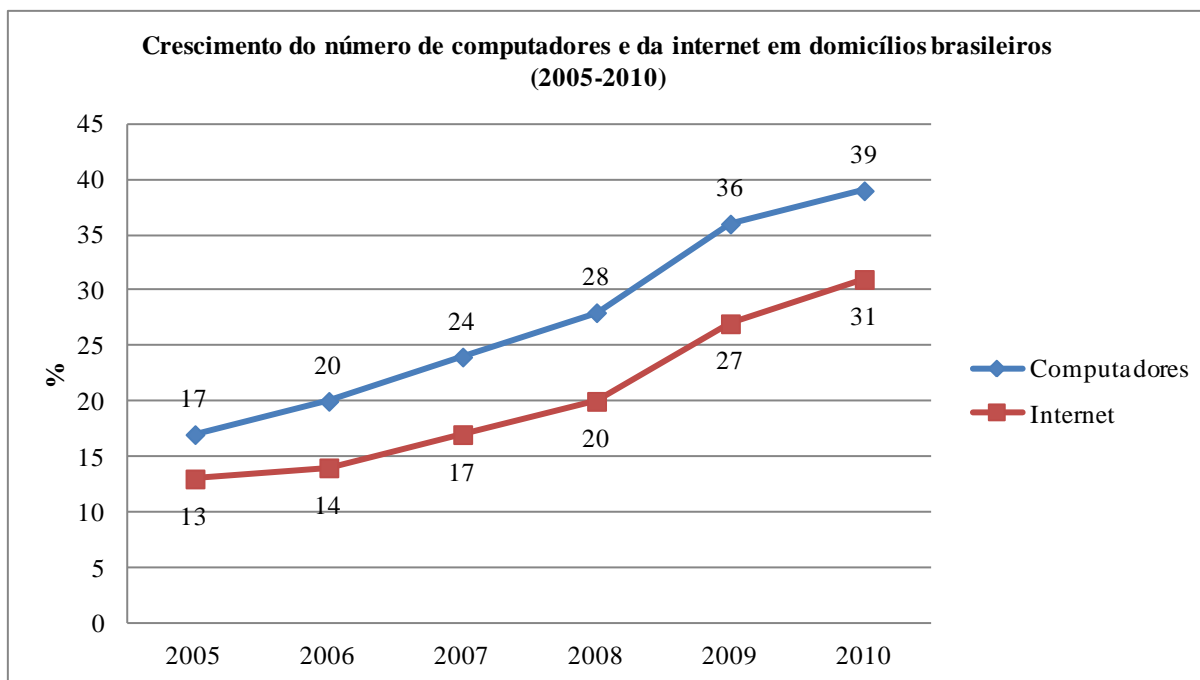


Figura 12 – Crescimento do número de computadores e da internet em domicílios brasileiros (2005-2010) (CGIBR, 2005-2010).

Na Figura 13 observa-se uma evolução pouco significativa (4%) na Classe A, uma boa evolução (19%) na Classe B e uma grande evolução na Classe C (18%) e nas classes D e E (3%), pois se constata um número de computadores duas vezes superior em domicílios nas classes C, saindo de 16% para 34%; e nas classes D e E, saindo de 2% para 5%. Constata-se que, para um país em desenvolvimento, o percentual de penetração de computadores na Classe A é compatível com índices de países desenvolvidos.

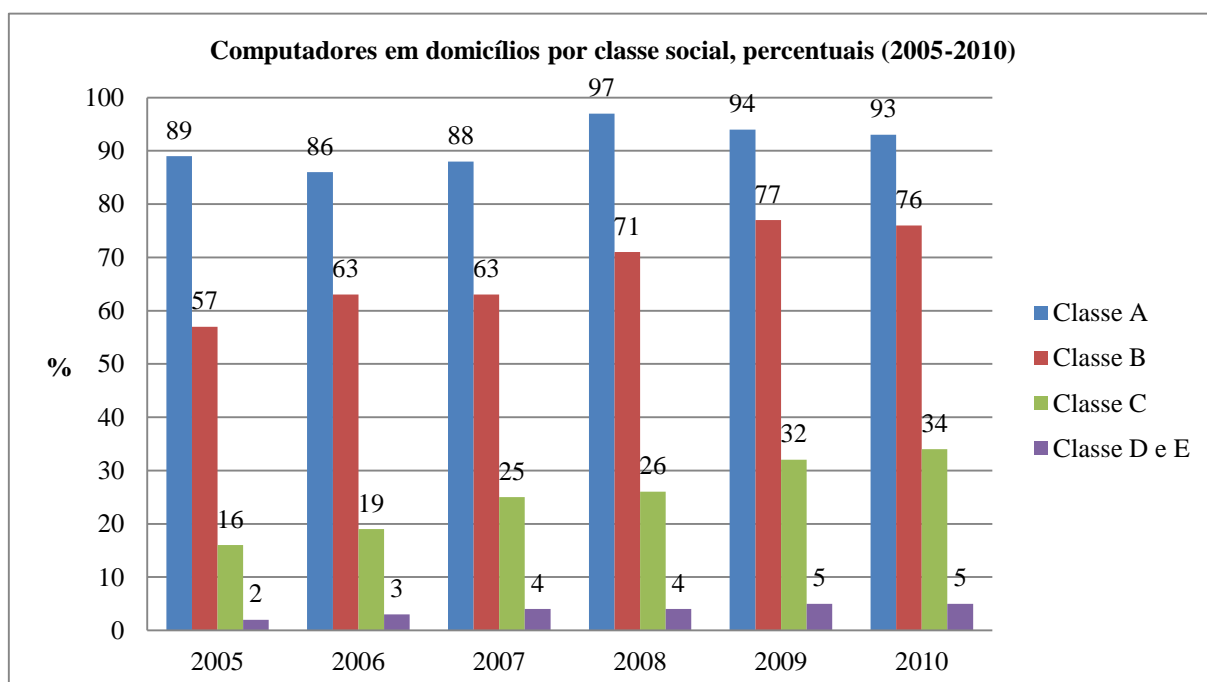


Figura 13 – Computadores em domicílios por classe social, percentuais (2005-2010) (CGIBR, 2005-2010).

A Figura 14 demonstra a penetração da internet nos domicílios brasileiros por classe social. A série histórica de 2005 a 2010, perfazendo um total de seis anos, mostra uma pequena evolução (4%) desse quesito na Classe A. A Classe B experimentou um aumento em torno de 6,5% ao ano e de 18% no período. Dobrou a quantidade de internet em domicílios para a Classe C, saindo de 11% para 24%; e triplicou a quantidade nas Classes D e E saindo de 1% para 3%. Ainda assim, são números praticamente inexpressivos para as classes C, D e E considerando-se a população total dessas classes a ser atingida.

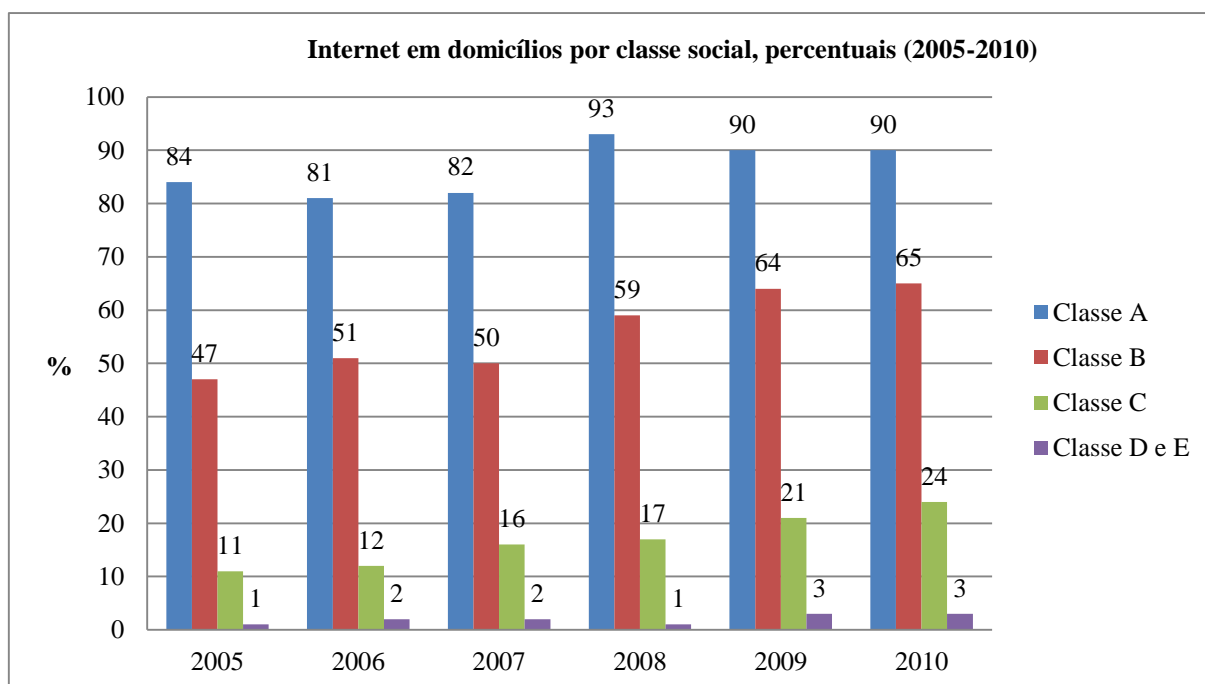


Figura 14 – Internet em domicílios por classe social, percentuais (2005-2010) (CGIBR, 2005-2010).

Deve-se levar em conta, ainda, o percentual de indivíduos que nunca acessaram a internet em cada uma das classes sociais consideradas além da presença de computadores e internet em domicílios. A Figura 15 demonstra esse quantitativo em percentuais. A classe A foi a única em que houve um aumento de indivíduos que nunca acessaram a internet durante a série, saindo de 5% para 10%. Na Classe B este percentual caiu 7%, de 28% para 21%. A classe C apresentou uma redução nesse quesito de 12%, com o melhor desempenho entre as classes, caindo de 61% para 49%. Apesar da queda de 7% durante a série na classe D e E, essa classe ainda apresenta um percentual elevado (81%) para os indivíduos que nunca acessaram a internet.

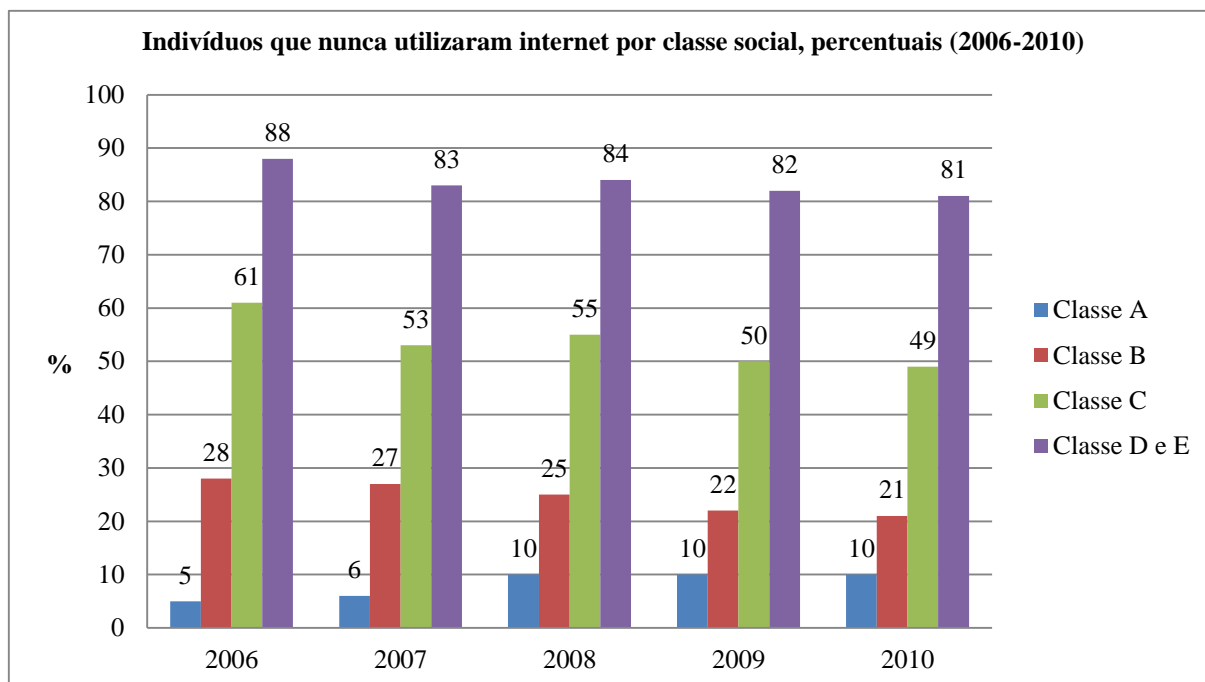


Figura 15 - Indivíduos que nunca utilizaram internet por classe social, percentuais (2006-2010) (CGIBR, 2006-2010)

Ao relacionar esses indicadores com as fases propostas por Sorj (2003), constata-se o seguinte: a classe A pode ser considerada plenamente atendida nas fases de infraestrutura, equipamentos e treinamento, considerando-se a presença de computadores 93% em seus domicílios e da internet em 90% dos domicílios, sendo que somente 10% dos indivíduos dessa classe, quando perguntados, responderam nunca ter acessado internet.

Apesar da classe B não apresentar indicadores tão robustos quanto à anterior, ela pode ser considerada atendida nos mesmos quesitos, pela presença de computadores em 76% dos domicílios e da internet em 65% dos domicílios, sendo que apenas 21% dos indivíduos dessa referida classe responderam nunca ter acessado a internet.

Na classe C a situação é delicada, uma vez que pouco mais de um terço (34%) dos domicílios tem computadores em casa e somente 24% deles tem acesso à internet, sendo que quase metade (49%) dos indivíduos dessa classe nunca acessou internet, então, a classe não pode ser considerada atendida pela fase de infraestrutura de acesso, equipamentos de acesso e treinamento proposta por Sorj.

A situação, no entanto, é totalmente vulnerável nas classes D e E, considerando-se as baixas taxas de penetração de computador (6%) e internet (3%) em domicílios e considerando-se que somente 19% deles acessam a internet. Pode-se inferir que a grande maioria (81%) dos indivíduos dessas duas classes sequer foi atendida na fase de infraestrutura de Sorj, estando, portanto, excluídos digitalmente da sociedade da informação.

Sorj (2003, p. 62) adverte a sociedade da seguinte forma:

Como toda inovação social, o impacto da telemática aumenta potencialmente a desigualdade social, já que dela se apropriam inicialmente os setores mais ricos da população. Assim, a luta contra a exclusão digital não é tanto uma luta para diminuir a desigualdade social, mas um esforço para não permitir que a desigualdade cresça ainda mais com as vantagens que os grupos da população com mais recursos e educação podem obter pelo acesso exclusivo a este instrumento.

A persistir o caminho trilhado até o momento, sem o redirecionamento das políticas públicas de inclusão digital para possibilitar a mudança de rumo nos indicadores analisados, os esforços de inclusão digital serão em vão e haverá justamente um aumento na desigualdade social, pela via da exclusão digital. Uma vez que os dados analisados não oferecem a perspectiva de, a curto prazo, os contingentes das classes economicamente menos favorecidas usufruírem dos benefícios advindos da sociedade da informação.

Por fim, é importante registrar a falta de confiabilidade dos dados disponíveis de inclusão digital nos *sites* dos programas do IBICT e do ONID. Existem divergências quanto aos dados, inclusive dentro do próprio *site*, dependendo de como é formulada a pesquisa. Dados corretos são vitais para projetos de pesquisa, seja ela acadêmica ou não; portanto, existe a necessidade de um trabalho acurado para que então sejam feitas suas exposições.

O esforço governamental para geração de dados destinados a conhecer os resultados da política de inclusão digital são evidentes, contudo encontram-se dispersos. A unificação das ações de pesquisa e controle pelos vários órgãos do governo seria uma boa solução para evitar desperdício de esforços e recursos públicos, evitando a redundância de dados e a divergência entre eles; trazendo ainda confiabilidade aos dados além de facilitar a busca por informações pelo público em geral.

4.2.3 O efetivo alcance da política pública de inclusão digital

A análise final está centrada na possibilidade da atual política pública implantada alcançar ou não o objeto de sua formulação; ou seja, os excluídos digitais. É necessário evidenciar dois pontos dessa avaliação. Primeiro, os programas elaborados para incluir digitalmente a população brasileira na sociedade da informação, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidade, têm os telecentros comunitários como principal meio para realizar seus objetivos. Segundo, é que existem programas formatados de maneira em que a inclusão digital virá por meio da capacidade individual de atingi-la com recursos financeiros e intelectuais próprios; melhor dizendo: somente se o público alvo tiver essa capacidade e que a inclusão digital estará garantida.

Segundo dados da pesquisa anual do Comitê Gestor da Internet, os indivíduos das classes C, D e E habilitados a utilizarem a internet, portanto, habilitados também para o uso das NTICs, utilizam preferencialmente os centros públicos de acesso à internet na modalidade pago, ou seja, as *lanhouses*. Na classe C, 41% dos indivíduos habilitados ao uso de internet têm as *lanhouses* como local individual de acesso, sendo que na classe D e E este percentual é de 67%, apesar de toda ênfase do Governo em telecentros (CGIBR, 2011).

Um dado que chama a atenção na pesquisa, o percentual de indivíduos que utilizam os telecentros como local individual de acesso a internet nas classes C, D e E que são 4%, 6% e 6% respectivamente. Os dados levantados não nos permitem inferir qual seria o motivo desse baixo percentual, necessitando, portanto, um aprofundamento nesse quesito para as próximas pesquisas, a fim de responder tal questão. Mas, ainda assim, com esse dado pode-se concluir que os telecentros são subutilizados por aqueles que conseguiram sua independência digital, pois ele não se torna o local preferido de acesso àqueles considerados pertencentes a sociedade da informação.

CONCLUSÃO

As tecnologias digitais envolveram e, inevitavelmente, transformaram a realidade humana nas áreas sociais, culturais, econômicas e políticas, desafiando a humanidade a compreender os aspectos decorrentes desses fenômenos, que podem se estratificar positiva ou negativamente.

O objeto dessa pesquisa, no entanto, não está focado nessas mudanças, mas no andamento das políticas públicas de inclusão digital, em que o Governo Federal tem assumido ser o principal ator.

A fim de atingir seu objeto de estudo, a revisão da literatura levantou alguns aspectos que devem ser retomados. Primeiro, o pensamento teórico sobre a evolução da sociedade da Informação proposto por Guerreiro (2006), afirmando que por volta do ano 2010 a sociedade estaria iniciando a etapa em que se buscaria constantemente o aprendizado com liberdade, em processos não centralizados em escolas tradicionais. Nessa etapa o conhecimento deixaria de ser privilégio de uma minoria e o fator financeiro não seria fator impeditivo para adquiri-lo. Entretanto, após quase dois anos, ainda não se vê os benefícios advindos dessa etapa.

O atraso para o início da etapa referente à *sociedade do conhecimento* se dá por dois motivos. Em primeiro lugar, a infraestrutura de rede objeto resultante da primeira fase, chamada de *sociedade da informação* por Guerreiro, atende somente a uma parcela da população, deixando de fora muitos municípios, favelas e zonas rurais, locais onde a criação de infraestrutura não se tornou interessante financeiramente. Ressalta-se que o programa PNBL visa cobrir essa lacuna. O segundo motivo, é que a inclusão digital não se tornou o centro de uma política de estado na *sociedade digital*, e mesmo com dois anos após o término dessa etapa, ainda existe um extenso caminho a ser percorrido a fim de que toda a população seja considerada incluída digitalmente, para a conclusão dessa fase.

O segundo aspecto a ser levantado provém da visão teórica entre os tecnófilos e tecnófobos sobre os impactos positivos e negativos do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação pela humanidade. Torna-se desnecessário elencar os posicionamentos de cada grupo, contudo vale ressaltar o ponto de convergência existente entre eles. Segundo seus posicionamentos, existe o risco de aprofundamento da exclusão social, proporcionada pela divisão entre as pessoas que têm acesso integral às novas tecnologias e as marginalizadas desse processo. De acordo com as análises do capítulo 3, que se baseou em dados de

pesquisas, a situação no Brasil caminha justamente para um cenário prejudicial ao grupo dos excluídos.

Existem parcelas da população que já se apoderaram plenamente dos benefícios da sociedade da informação, porém, grandes parcelas continuam à margem dessas oportunidades. Portanto, a desigualdade social tende a aprofundar-se, gerando novas formas de desigualdades, caso o Governo não renove seus esforços, redirecionando as políticas públicas em questão, para democratizar o acesso que, até o momento, tem se pautado como apropriação exclusiva desse pequeno grupo.

O terceiro aspecto diz respeito às fases propostas por Sorj (2003). As pesquisas direcionadas pelo governo estão em níveis elementares, preocupadas prioritariamente em quantificar o processo de inclusão digital, com vários indicadores retratando o nível de infraestrutura de acesso e o nível de equipamentos para acesso; mas poucos deles relacionados com o nível de treinamento individual, com a capacitação intelectual e com a produção e uso de conteúdo.

Com base nesses indicadores não se pode concluir que a parcela que está sendo considerada incluída digitalmente tem alcançado o que os teóricos pensam sobre esse processo, pois, para eles, uma sociedade incluída é aquela em que os indivíduos conseguem transformar informação em conhecimento. Entretanto, pode-se perceber o grande espaço existente para o aprimoramento das políticas públicas e dos indicadores de inclusão digital a fim de, realmente, alcançarem a população que tem necessidades prementes a serem atendidas e responderem efetivamente aos questionamentos dos pesquisadores.

O Governo Federal, em suas iniciativas de gerar uma política pública de inclusão digital, produziu, segundo levantamento do autor, trinta e dois programas de inclusão digital, desde o ano de 1997. Desde o início optou-se por fazer uma política pública utilizando o processo decisório do modelo incrementalista, conforme pode ser observado na evolução dos programas apresentados nestes últimos anos da política. A preocupação inicial era disponibilizar acesso aos excluídos através de telecentros, para então evoluir para a massificação na distribuição de equipamentos, e finalmente se preocupar com a produção de conteúdos, especialmente na disponibilização de material destinado a professores.

O Brasil ainda não conta com uma estratégia nacional de inclusão digital que articule as esferas federal, estaduais e municipais, a sociedade civil e as instituições voltadas à pesquisa e à educação. Apesar disso, observa-se que diversos esforços já foram empreendidos nessa direção. A eficácia das iniciativas ainda não é visível por sua dispersão, pela ausência de

indicadores consolidados e pela inexistência de uma coordenação pública geral e unificada dos programas de inclusão. O que se vê, por enquanto, é o grande distanciamento entre o discurso e a prática governamental, evidenciados pela morosidade na implantação das políticas de inclusão digital e, sobretudo, na desarticulação entre as diferentes iniciativas inclusivas.

No modelo decisório incrementatista existem várias vantagens que estão listadas no referencial teórico, mas que devem ser combinadas com a solidez das políticas públicas, especialmente na fase de elaboração e planejamento. A implementação das políticas públicas de inclusão digital no Brasil apresentou problemas desde o início, uma vez que a fase de planejamento, controle e avaliação foram abandonadas. O projeto mais importante da época, que direcionava como o Governo faria a transição para a sociedade da informação (transformação do Livro Verde em Livro Branco) não se materializou, ocasionando, desde então, ações governamentais descoordenadas. Outro problema enfrentado foi a falta de gestão centralizada dessa política pública, fato que foi alcançado somente em 2011, com a criação da Secretaria de Inclusão Digital (SID) no âmbito do Ministério das Comunicações (MC). Deve-se ressaltar que o fato da SID ter sido criada no MC é indicativo de sua fragilidade, justamente por ser uma política multidisciplinar envolvendo muitos ministérios e as várias áreas de atuação (social, política, cultural e socioeconômica).

Assim como ocorreu na fase de planejamento, o Governo tem negligenciado novamente aspectos importantes na implementação de uma política pública, ou seja, a fase de controle e avaliação. Não existe um efetivo controle dos telecentros que foram criados a partir de verbas federais, pois informações desconexas não respondem às seguintes formulações: Quantos telecentros efetivamente existem? Estão eles funcionando? Qual a quantidade de dias da semana o telecentro está disponível para uso? Existe manutenção nos equipamentos do telecentro? Quantas pessoas o utilizam diariamente? Existe inclusão social a partir dos telecentros? Diante disso, é essencial que o Governo faça uso destes dois instrumentos de política pública: controle e avaliação.

Finalmente, deve-se considerar as novas possibilidades de desenvolvimento regional proporcionados pelo acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, posição admitida inclusive pelas duas correntes (prometeicos e apocalípticos) dos teóricos da sociedade da informação. Existe, todavia, a necessidade do Estado de Goiás e dos municípios goianos apropriarem-se dessa política pública sob risco de haver um aumento nas altas taxas de desigualdade existente no Estado, bem como ocorrer um retardamento do desenvolvimento estadual dentro da realidade do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lynn Rosalina Gama. Novas tecnologias: instrumento, ferramenta ou elementos estruturantes de um novo pensar? Salvador: **Revista da FAEBA**, 1998. Disponível em <http://www.lynn.pro.br/admin/files/lyn_artigo/ee46d136c2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.

ARRETCHE, Marta. **Mitos da descentralização**: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/RBCS_96.pdf >. Acesso em: 03 out. 2011.

_____. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. **Ciência saúde coletiva**. 2003, vol.8, n.2, p. 331-345.

ABEP. **Critério de classificação econômica Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.abep.org/novo/Utils/FileGenerate.ashx?id=197>>. Acesso em: 24 dez. 2011.

ASSUMPÇÃO, Rodrigo Ortiz D'Avila. **Além da inclusão digital**: o projeto sampra.org. 2002.156p. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BACELAR, Tânia. **Palestra magna**: política pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios. Série desenvolvimento rural sustentável - Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. v. 8, 2008, p. 15-28.

BORGES, Jussara. **Inclusão digital e governo eletrônico**: conceitos ligados pelo acesso à informação. 2005. 203p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Ações governamentais em inclusão digital**: análise de utilização do Fust. Brasília, 2006. Disponível em <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055288.PDF>>. Acesso em: 15 set. 2011.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Mapa de inclusão digital**: pesquisa 2007/2008. Brasília, 2009. Disponível em <<http://inclusao.ibict.br/index.php/biblioteca-de-id?sobi2Task=sobi2Details&catid=14&sobi2Id=175> >. Acesso em: 20 out. 2011.

_____. Presidência da República. **Balanco de governo 2003-2010**: cidadania e inclusão social. Brasília, 2010. Livro 4, Volume 2. Disponível em <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.6_Inclusao_Digital.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. Ministério das Comunicações. **Decreto 7.462, de 19 de abril de 2011 altera estrutura do Ministério das Comunicações**. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/23359-decreto-altera-estrutura-do-ministerio-das-comunicacoes>>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. Empresa Brasil de Comunicações. **Café com a Presidenta: Governo amplia o acesso à internet banda larga.** Brasília, 2011b. Entrevista do dia 12 set. 2011. Disponível em: <http://clipping.radiobras.gov.br/clipping/novo/cafe_detail.php?id=1786>. Acesso em: 12 set. 2011.

_____. Governo de Goiás. **Sectec discute projetos para inclusão digital em Goiás.** Goiás, 2011c. Reportagem do dia 20 set. 2011. Disponível em: <<http://www.noticias.goias.gov.br/index.php?idMateria=114701&tp=positivo>>. Acesso em: 15 out. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1. 698p.

COMASSETTO, Leandro Ramires. Internet, a ilusão democrática. **Sociotec E-prints**, vol 1, n. 1, 2005, p. 29-39. Disponível em: <http://www.socitec.pro.br/e-prints_vol.1_n.1_Internet_a_ilusao_democratica_-_Leandro_Ramiro_Comassetto.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.

CGIBR. Tic Domicílios. In: _____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil – 2005.** São Paulo, 2006, cap. 2, p. 69-91. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2005/index.htm>>. Acesso em: 30 out. 2011.

_____. Tic Domicílios. In: _____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil – 2006.** São Paulo, 2007, cap. 2, p. 59-78, cap. 4, p. 95-180. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2006/index.htm>>. Acesso em: 25 out. 2011.

_____. Tic Domicílios. In: _____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil – 2007.** São Paulo, 2008, cap. 2, p. 67-108, cap. 4, 131-224. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2007/index.htm>>. Acesso em: 22 out. 2011.

_____. Tic Domicílios. In: _____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil – 2008.** São Paulo, 2009, cap. 2, p. 73-172, cap. 4, p. 205-310. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2008/index.htm>>. Acesso em: 20 out. 2011.

_____. Tic Domicílios. In: _____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil – 2009.** São Paulo, 2010, cap. 2, p. 93-162, cap. 4, p. 221-328. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2009/index.htm>>. Acesso em: 15 out. 2011.

_____. Tic Domicílios. In: _____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil – tic domicílios e tic empresas 2010.** São Paulo, 2011, cap. 2, p. 111-176, cap. 4, p. 397-504. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2010/index.htm>>. Acesso em: 5 out. 2011.

CORRÊA, Romulo de Amorim. **A construção social dos programas públicos de inclusão digital.** 2007. 157p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DELGADO, Nelson Giordano et al. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais.** Rio de Janeiro: IICA, 2007. 72p.

DAGNINO, Renato; GOMES, Erasmo. O processo decisório na universidade pública brasileira: uma visão de análise de política. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas. vol. 7, n. 4, 2002, p. 43-72.

ERTHAL, João Marcello; RITTO, Cecília. **Brasil conectado: 41,7% da população têm acesso à rede**. 2010. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/mais-brasileiros-conectados>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

GASPAR, Anaísa Caminha; GORGÔNIO, Clovis; PEREIRA, Maria de Nazaré Pereira. Pesquisas Mapa da Inclusão Digital / Ibict. Centros de acesso pago e gratuito: Brasil e Maranhão. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, jan./jun., 2010, p. 69-80.

GIMENES, Simone Camargo. **Avaliação de uma política pública de inclusão digital**: os telecentros comunitários de Porto Alegre. 2008. 148p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GONTIJO, Arimar Colen; MAIA, Claudia Santos Castro. Tomada de decisão, do modelo racional ao comportamental: uma síntese teórica. **Caderno de Pesquisas em Administração** – Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 13-30, out./dez.2004.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GOULART, Nathalia. **Escolas do Brasil têm 3ª pior taxa de computador por aluno**. 2011. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/escolas-brasileiras-oferecem-um-computador-por-cada-6-25-alunos-aponta-estudo-da-ocde>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

GUERREIRO, Evandro Prestes. **Cidade digital**: infoinclusão social e tecnologia em rede. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 351p.

HABERMAS, J. **Ciência e técnica como ideologia**. Lisboa: Editora 70, 1987.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: _____.; SALM, José Francisco (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

IBGE. **Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2008**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

_____. **Censo demográfico 2010**. Brasil, 2011. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2008/internet.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2011.

IIZUCA, Edson Sadao. **Um estudo exploratório sobre a exclusão digital e as organizações sem fins lucrativos da cidade de São Paulo**. 2003. 184p. Dissertação de Mestrado - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n. 22, 2001, p. 102-110.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 264p.

LEVY, Pierre. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001. 192p.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Sociedade Tecnológica**. São Paulo: São Paulo: Scipione, 1994. 110p.

MARTINI, Renato. Inclusão digital & inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, 2005, vol. 1, n. 1. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/7/14>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MASCARENHAS, Paulo Rogério Rocha. **Inclusão Digital dos alunos do Colégio Dom Alano Marie Du Noday: o projeto UCA em Palmas (TO)**. 2009. 105p. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MATTELART, Armand. **A história da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Série desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IICA, 2008, v. 8. 282p.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. 109p.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP**. Rio de Janeiro 40(1):273-88, Mar./Abr. 2006.

PARKINSON, Michael. **Combating social exclusion: lessons from area-based programmes in Europe**. The Joseph Rowntree Foundation, 1998. Disponível em: <<http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/HR838.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2011.

PERICO, Rafael Echeverri. **Articulação de políticas e participação social**. Série desenvolvimento rural sustentável - Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. v. 8, 2008. p. 29-67.

PHIPPS, Linda. **Controle social pelos excluídos: modelos para a Sociedade da Informação**. Informática Pública, ano 2, n. 1, p. 97-144, maio 2000. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO2_N1_PDF/ip0201phipps.pdf>. Acesso em: 01 set. 2011.

RANGEL, Reilly. **Goiás Conectado: inclusão digital e a transformação de um Estado**. 2011. Disponível em: <<http://reillyrangel.com.br/2011/04/goias-conectado-inclusao-digital-e-a-transformacao-de-um-estado/>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. 2007. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF>. Acesso em: 03 out. 2011.

RÜDIGER, Francisco. **Elementos para a crítica da cibercultura**. São Paulo: Hacker Editores, 2002. 164p.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. 2. ed. São Paulo: UNESP Editora Brasiliense, 1990. 157p.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008, Tomo 8, p. 2307-2333.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 48p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: _____.; CASSINO, João (Orgs.). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Livros, 2003, cap. 1, p. 17-47.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HETKOWSKI, Tânia Maria (Org). **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador: Edufba, 2008, p. 43-66.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 176p.

SOUSA, Rodrigo Abdalla Filgueiras. Futuros desafios para o programa nacional de banda larga. **15º Boletim Radar – tecnologia, produção e comércio exterior**, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110905_radar15.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4809.zip>. Acesso em: 3 mai. 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002 - AATR-BA Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 03 out. 2011.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. 491p.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**. São Paulo: Senac, 2006. 319p.

WILHELM, Anthony G. **Democracy in the digital age**: challenges to political life in cyberspace. New York: Routledge, 2000. 184p.

WINKLER, Ingrid. **A implementação das políticas públicas brasileiras de inclusão digital**. 2005. 133p. Dissertação de mestrado - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

Apêndice A – Relação dos programas de inclusão digital com as fases de Sorj (2003)

Relação dos programas de inclusão digital com as fases de Sorj (2003)		
Item	Nome do Programa	Fase
01	Cidade Digital para Convergência Social	Infraestrutura de acesso
02	Programa Banda Larga nas Escolas	
03	Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)	
04	Computador para Todos	Equipamentos de acesso individual
05	Computador Portátil para Professores	
06	Computadores para Inclusão (CI)	
07	Kit Telecentro	
08	Programa Estação Digital	
09	Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac)	
10	Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)	
11	Programa Um Computador por Aluno (Prouca)	
12	Projeter ProInfo	
13	Quiosque do Cidadão	
14	Telecentros de Pesca - Maré	
15	Telecentros do Banco do Brasil	
16	Territórios Digitais	
17	Casa Brasil	
18	Centro de Acesso à Tecnologia para a Inclusão Social (Catis)	
19	Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC)	
20	Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT)	
21	Linux Educacional – solução em software livre	
22	Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID)	
23	Oficina para Inclusão Digital	
24	Pontos de Cultura - Cultura Digital	
25	Programa SERPRO de Inclusão Digital (PSID)	
26	Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital	
27	Telecentros de Informação e Negócios (TIN)	Capacitação intelectual
28	Banco Internacional de Objetos Educacionais	
29	e-ProInfo - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	
30	Portal do Professor	
31	Portal Domínio Público	
32	Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR)	

Apêndice B – Distribuição dos programas/projetos de acordo com a entidade responsável pela sua criação - Brasil

Divisão de programas/projetos pelo responsável pela iniciativa de criar o PID - Brasil		
Item	Nome do Programa/Projeto	Iniciativa
001	Casa Brasil	Governo Federal
002	Centros de Informação e Convivência - (CICs)/Rede Saci	
003	Centros Rurais de Inclusão Digital (Crids)	
004	Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs	
005	Estações Digitais	
006	Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac	
007	Programa de Inclusão Digital de Empresas do DF e Entorno - PCLegal	
008	Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo	
009	Programa Porta Aberta - Terminais Acesso	
010	Programando o Futuro	
011	Projeto Espaço Serpro Cidadão	
012	Projeto Maré - O Telecentro da Pesca	
013	Rede Floresta Topawa Ka'a - Eletronorte	
014	Rede Pipa Sabe - Cidade do Conhecimento/USP	
015	Telecentros Comunitários Banco do Brasil	
016	Telecentros de Informação e Negócios - TINs/MDIC	
017	Telecentros Itaotec Philco	
018	Telecentros Petrobrás	
019	Ação Digital	Governos Estaduais
020	Acessa São Paulo	
021	Centro de Inclusão Digital Profissionalizante	
022	Centro Integrado de Tecnologia da Informação - CITI	
023	Cidadão.NET	
024	Computador na Escola	
025	Escola Digital Integrada (EDI) - Universidade de Brasília	
026	Escola Jovem Cibernética de Goiás/Projeto Cyber Escolas	
027	Espaço Digital	
028	Identidade Digital	
029	Ilhas Digitais	
030	Internet Comunitária - Proderj/RJ	
031	Liberdade Digital - Proderj/RJ	
032	Navegando na Internet na Melhor Idade - Prodest/ES	
033	Núcleos de Inclusão Digital Comunitário	
034	Oficinas Digitais - Escolas de Informática e Cidadania	
035	Programa de Inclusão Digital Beija-Flor	
036	Projeto Cidadão Pará	
037	Projeto Clicar - Centro de Estudos e Pesquisa da Criança e do Adolescente	
038	Projeto Município Digital - Proderj/RJ	
039	Projeto Paranavegar	

Divisão de programas/projetos pelo responsável pela iniciativa de criar o PID - Brasil		
Item	Nome do Programa/Projeto	Iniciativa
001	Casa Brasil	Governo Federal
002	Centros de Informação e Convivência - (CICs)/Rede Saci	
003	Centros Rurais de Inclusão Digital (Crids)	
004	Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs	
005	Estações Digitais	
006	Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac	
007	Programa de Inclusão Digital de Empresas do DF e Entorno - PCLegal	
008	Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo	
009	Programa Porta Aberta - Terminais Acesso	
010	Programando o Futuro	
011	Projeto Espaço Serpro Cidadão	
012	Projeto Maré - O Telecentro da Pesca	
013	Rede Floresta Topawa Ka'a - Eletronorte	
014	Rede Pipa Sabe - Cidade do Conhecimento/USP	
015	Telecentros Comunitários Banco do Brasil	
016	Telecentros de Informação e Negócios - TINs/MDIC	
017	Telecentros Itaotec Philco	
018	Telecentros Petrobrás	
040	Rede de Inclusão e Letramento Digital - Rede.Lê	Governos Municipais
041	Rede do Saber	
042	Sua Escola 2000 por Hora	
043	Telecentro para Portadores de Necessidades Especiais - Univ Est de Maringá	
044	TeleCentroRS	
045	Centro Municipal de Inclusão Digital Rede do Futuro	
046	Centro Municipal de Informática - Prefeitura Municipal Pedra Preta	
047	Inclusão Digital - Casa Cultural Careca e Camaradas	
048	Informática Para Todos - Prefeitura Municipal de Aquidauana MS	
049	Internet Cidadã - Prefeitura de Belo Horizonte	
050	Internet para Todos - Prefeitura de Vitória	
051	Jovem Com - Cidadania Digital	
052	Mangaratiba Digital	
053	Piraí Digital	
054	Pontos Públicos de Acesso - Cidade do Conhecimento	
055	Programa de Inclusão Digital	
056	Programa de Inclusão Digital Rio das Ostras	
057	Programa Telecentros Campinas (TCC) - Prefeitura Municipal Campinas/IMA	
058	Projeto Ação Digital - Russas	
059	Projeto Faróis do Saber - Prefeitura de Curitiba	
060	Projeto Inclusão Digital - Prefeitura Municipal de Sobral	
061	Projeto Inclusão Digital - Prefeitura Municipal de Vitória	
062	Projeto Inclusão Digital de Curitiba - Inter Clique - Prefeitura de Curitiba	
063	Projeto Recife.com.Jovem (Escola Itinerante de Informática)	
064	Projeto Rio On-Line	

Divisão de programas/projetos pelo responsável pela iniciativa de criar o PID - Brasil			
Item	Nome do Programa/Projeto	Iniciativa	
001	Casa Brasil	Governo Federal	
002	Centros de Informação e Convivência - (CICs)/Rede Saci		
003	Centros Rurais de Inclusão Digital (Crids)		
004	Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs		
005	Estações Digitais		
006	Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac		
007	Programa de Inclusão Digital de Empresas do DF e Entorno - PCLegal		
008	Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo		
009	Programa Porta Aberta - Terminais Acesso		
010	Programando o Futuro		
011	Projeto Espaço Serpro Cidadão		
012	Projeto Maré - O Telecentro da Pesca		
013	Rede Floresta Topawa Ka'a - Eletronorte		
014	Rede Pipa Sabe - Cidade do Conhecimento/USP		
015	Telecentros Comunitários Banco do Brasil		
016	Telecentros de Informação e Negócios - TINs/MDIC		
017	Telecentros Itaotec Philco		
018	Telecentros Petrobrás		
065	Projeto Volta Redonda Incluída		
066	Rede Cidadania de Inclusão Digital - Prefeitura Municipal de Santo André		
067	Rede Cyberela/Rádio Fala Mulher		
068	Telecentro CCSP - Centro Cultural São Paulo/Prefeitura de São Paulo		
069	Telecentro Educação e Inclusão Digital - Prefeitura Municipal de Niterói		
070	Telecentro Sampa.ORG		
071	Telecentros Porto Alegre		
072	Telecentros São Paulo		
073	Telecentros Vivo		
074	Abrindo os Olhos		Terceiro Setor
075	Ação Digital Nordeste		
076	ADD Training		
077	APAE de Parnaíba		
078	Centro de Inclusão Digital (CIDs)		
079	Centro Sócio - Pastoral Nossa Senhora da Conceição		
080	Centros Comunitários de Inclusão Digital (CCIDs) - Projeto Missão Criança		
081	Cybersolidário em Rede - Rede Cipã		
082	Cidadão Digital		
083	Computer Clubhouse - Intel		
084	Comunidade Digital		
085	Criança do Café na Escola - CeCafé		
086	Educação Digital		
087	Escola de Capacitação em Informática e Cidadania - Comitê para Popularização da Informática		
088	Escola Virtual		
089	Escolas de Informática e Cidadania - EICs		

Divisão de programas/projetos pelo responsável pela iniciativa de criar o PID - Brasil		
Item	Nome do Programa/Projeto	Iniciativa
001	Casa Brasil	Governo Federal
002	Centros de Informação e Convivência - (CICs)/Rede Saci	
003	Centros Rurais de Inclusão Digital (Crids)	
004	Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs	
005	Estações Digitais	
006	Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac	
007	Programa de Inclusão Digital de Empresas do DF e Entorno - PCLegal	
008	Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo	
009	Programa Porta Aberta - Terminais Acesso	
010	Programando o Futuro	
011	Projeto Espaço Serpro Cidadão	
012	Projeto Maré - O Telecentro da Pesca	
013	Rede Floresta Topawa Ka'a - Eletronorte	
014	Rede Pipa Sabe - Cidade do Conhecimento/USP	
015	Telecentros Comunitários Banco do Brasil	
016	Telecentros de Informação e Negócios - TINs/MDIC	
017	Telecentros Itaotec Philco	
018	Telecentros Petrobrás	
090	Estação Futuro - Viva Rio	
091	Eu Cidadão	
092	Garagens Digitais	
093	Gemas da Terra - Rede Rural de Telecentros Comunitários	
094	Informática Comunicação e Cidadania - ONG Serta	
095	Instituto Stefanini	
096	Internet Livre	
097	Kabum! Escola de Arte e Tecnologia	
098	KHouse - Kidlink Brasil	
099	MacInternet	
100	Nossa Língua Digital - Instituto Pão de Açúcar	
101	Oficinas Inclusão Digital	
102	Por Um Mundo Mais Feliz - Instituto HSBC Solidariedade	
103	Programa KidSmart - IBM	
104	Projeto ACM Digital	
105	Projeto Capacitação - Instituto Fleury	
106	Rede Jovem Comunitas	
107	Telecentros Culturais Comunitários do Saúde & Alegria - ONG Saúde & Alegria	
108	Telemar Educação	

Apêndice C – Distribuição dos programas/projetos de acordo com a entidade responsável pela sua criação - Goiás

Divisão de programas/projetos pelo responsável pela iniciativa de criar o PID - Goiás		
Item	Nome do programa/projeto	Iniciativa
01	Casa Brasil	Governo Federal
02	Estações digitais - Fundação Banco do Brasil	
03	GESAC	
04	Pontos de Cultura	
05	ProInfo - MEC	
06	Quiosque Cidadão	
07	Telecentros Comunitários Banco do Brasil	
08	Telecentros Minerais - Ministério das Minas e Energia	
09	Telecentros Petrobrás	
10	Territórios Digitais	
11	TINs	
12	Cyber escolas - Escola jovem cibernética de Goiás	Governo Estadual
13	Oficinas Digitais - Governo estadual	
14	Centros de ID - Fundação Bradesco	Terceiro Setor
15	Educação digital - ONG Moradia e Cidadania	
16	Escola de Informática e Cidadania - CDI	
17	Escola virtual - Fundação Bradesco	
18	Missão Criança	
19	Outras	
20	Programando o Futuro	
21	Rede Cyberela/Cemina	